

Agência Reguladora do Estado do Ceará - ARCE

DECISÃO DOS RECURSOS (INFRARRELACIONADOS)

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da Agência Reguladora do Estado do Ceará, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **EDITAL Nº 1, DE 16 DE JANEIRO DE 2025**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome
421000202	Yago Antonio Barbosa De Oliveira
421000205	Larissa Teixeira Da Cunha
421000271	Beatriz Viana Mesquita Borges
421000295	Robson Alcântara De Oliveira
421000355	Jairline Rodrigues Da Silva
421000401	Jose Anderson Batista Marques
421000503	Maria Jamylle Oliveira Santiago
421000875	Israel Jose Costa Brito
421001302	Jose Jorge Ferreira
421001644	Bruno Facundo Braga
421001694	Lucas Souza Dos Santos
421001941	Francisca Mardulce Barbosa Ehrich Freitas
421002218	Regis Lima Coelho
421002241	Alana Kecia Alves De Menezes Monteiro
421002333	Lucas Gomes Castro
421002357	Hector Cavalcante Silva
421002371	Jose Cristiano Teixeira Lucio

421002422	Matheus Sarmento Uchoa
421000045	Júlia De Sousa Pinheiro
421000119	Rafael Carneiro Da Costa
421000352	Raphael Pereira Dos Santos
421000373	Monica Maria De Souza Lima
421000415	Mateus Alves Vasconcelos
421000497	Larissa Mota De Sousa
421000782	Hallan Robert Apolinário Freire
421001416	Icaro Regis Da Graça Batista
421002320	Juliane Da Silva Ciriaco
421002364	Rodrigo Fernandes Ribeiro
421002369	Guilherme Reis Tavares
421000157	Francisco Iago Da Rocha
421000272	Matheus Rocha Do Nascimento
421000333	Arlen Wanderson Landim Ferreira
421000452	Helder Benevides Pedrosa Neto
421000459	Jardel De Queiroz Juvêncio
421000905	Rafael Bezerra Cavalcanti
421001333	Tiago Regis De Melo
421002289	Adriano Magno Nicacio Alves
421002338	Emanuel Santana Da Costa
421000123	Geilson Mota De Souza
421000127	Francisco Paulo Rodrigues Lira
421000141	Thyago Brytner De Freitas Ponte
421000150	Anderson Dos Santos Gomes
421000192	Gabriela Pinto De Menezes
421000236	David Bruno De Oliveira
421000312	Carlos Enrico Lima Moura
421000449	Francisco Welber Castro Rocha
421000487	Caio Guimarães Pinto Saunders
421000493	Janete Araujo Da Silva
421000586	Victor Gomes Maciel
421000597	Jordano De Araujo Almeida
421000683	Iago Almeida Moura
421000708	Claudia Sebastiana Da Silva
421000836	Thaynê Rafaela Da Silva
421000914	Lizia Gurjao Pereira De Lima
421001030	Thalita Dos Santos Rodrigues
421001040	Livia Mendes Carneiro
421001047	Michael Carneiro Sampaio
421001118	José Rafael Bernardino Da Silva
421001152	Marcus Vinicius Saraiva Martins Filho
421001365	Elisfabio Brito Duarte
421001444	Alexandre Veras Nunes
421001556	Waleska Bezerra Araujo Ramalho

421001567	Pedro Henrique De Almeida Antunes
421001635	Carlos Felipe Da Luz Neto
421001700	Patricia Marla Farias Lima Machado
421001772	Camila Gomes Diógenes
421001954	João Ricardo Salles Pinheiro Fernandes
421001978	Francisco Jannedson Araújo Bezerra
421002169	Maria Luiza Miranda Da Costa
421002203	João José De Paula Pessoa Vieira
421002356	Cleonice Oliveira Das Chagas
421000090	Antonio Natanael Costa Sancho
421000135	Gustavo Ricci Da Silva
421000247	Francisco Guedes Cavalcante
421000288	Ammanda Aragão Abreu
421000327	Roberta De Freitas Godoy
421000337	Francisco Orlando Holanda Costa Filho
421000430	Carlos Henrique De Brito Lima
421000504	Pedro Henrique Araújo Silva
421000585	Amanda De Sousa E Silva
421000802	Ikael Dias Martins
421000806	José Matheus Lopes Alves Frota
421000862	Levi Carneiro Da Silva
421000866	Marcilio Oliveira Moura
421000980	Marcella Facó Soares
421001055	Karina Bandeira Cantarini
421001106	Tathiane Andrade De Melo
421001178	Francisco Antonio Fernandes Moreira
421001484	Igor Barros Pinho
421001616	Wesley Santos Lima
421001632	Benjamim Mario Moraes Baptista
421001699	Artur De Castro Paranhos Ferreira
421001709	Ayrton Queiroz De Sousa Marinho Mesquita
421001737	Lucas Silva Santana
421001956	Rejane Felix Pereira
421001963	Gizelle Helene Jeronimo Da Cruz
421002004	Emanuel Fonseca Matias Aguiar Feitosa
421002069	Patricia Oliveira Silva
421002206	Isadora Macedo Martins Rufino
421002210	Karoline Carvalho Barbosa
421002295	Rodrigo Magalhães Siqueira Borges
421002319	José Dorivaldo Florêncio De Oliveira
421002336	Flavio Marcilio Matos De Lima
421002415	Igor Ramos Alves
421000136	Rodrigo De França Cunha
421000324	Emerson Nascimento Cunha
421000426	Ernesto Saboya De Figueiredo Neto

421000499	Davi Garcia Lopes Pinto
421000584	Jorge Alexandre De Oliveira Neto
421000643	Paula Resende Rufino
421000867	Rafael Silva Procopio Maciel
421001192	Regis Rafael Tavares Da Silva
421001364	Rodrigo Sales Praciano Sampaio
421001650	Vitor Fraga De Medeiros
421001784	Raimundo Peter Barbosa Dos Anjos
421002002	Lara Braide Rocha
421002114	Kelly Nogueira De Oliveira
421002142	Erika Roberta Braga Vieira
421002156	Ana Letícia Ramos Bezerra
421002163	Francelino Franco Leite De Matos Sousa
421002447	Maria De Fátima Lins Portela
421002492	Carlos Augusto Firmeza Guabiraba Filho

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Analista de Regulação - Especialista Contábil-financeiro

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	10	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tecer um bom texto é uma tarefa que requer competência por parte de quem a pratica, pois a construção textual não pode ser vista como um emaranhado de frases soltas e ideias desconexas. Pelo contrário, elas devem estar organizadas e justapostas entre si, denotando clareza de sentido em relação à mensagem que se deseja transmitir. O tema é algo mais abrangente e consiste no assunto que deve ser explorado ao longo do texto. Já o título é algo mais sintético, é como se fosse afunilando o assunto que será posteriormente discutido. O importante é sabermos que: do tema é que se extrai o título, haja vista que o tema é um elemento-base, fonte norteadora para os demais passos. Existem certos temas que não revelam uma nítida objetividade, como o exposto anteriormente. É o caso de fragmentos literários, trechos musicais, frases de efeito, entre outros. Nesse caso, exige-se mais do leitor quanto à questão da interpretação, para daí chegar à ideia central. Conclui-se, portanto, que tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. Justifica-se, portanto, que o tema do texto em questão é: “a hipocrisia da sociedade e a complexidade da natureza humana”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	10	07	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A habilidade prevista concerne à capacidade de localizar, no percurso do texto, uma informação que, implicitamente, não é evidenciada na sua superfície. Como se vê, corresponde a uma habilidade bastante elementar; porém criteriosa. Assim, espera-se que o leitor seja capaz de reconhecer uma informação estabelecida entre várias outras expressas de forma clara e evidente no texto. São informações que se situam na sua superfície, ou seja, são explícitas no texto: O menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos: “Fui embora, com o rosto corado de vergonha”; “De vergonha mesmo?”; e “Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha”.

A personagem, ao comprar o doce para o menino, sente-se envergonhada por estar ao lado de um menino sujo de rua: “Um pouco aturdida eu o olhava, ainda em dúvida se fora a mão da criança o que me ceifara os pensamentos”; “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino”; e “Eu não olhava a criança, queria que a cena humilhante para mim, terminasse logo”.

A personagem indaga a respeito da sinceridade e das motivações por trás dos atos caridosos e humanitários: “E as pessoas que tomavam sorvete?”; Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem?; e “O fato é que, quando atravessasse a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos”.

No entanto, de acordo com o enredo na narrativa, infere-se que, logo após deparar-se com a realidade das ruas, a personagem sente um peso na consciência por fazer parte de um grupo social que não se importa com o bem-estar do próximo ou que finge não enxergar os problemas precários daquele momento. Após sentir-se odiada por si mesma e, ao mesmo tempo, caridosa, o ato leva a personagem a refletir sobre problemas vivenciados a partir de então. Dessa forma, tal informação em destaque é implícita, ou seja, subentendida.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	07	01	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A caridade é um tema que transcende religiões, culturas e sociedades, sendo um dos pilares fundamentais da convivência humana. O conceito de caridade não se limita apenas à doação de recursos financeiros, mas abrange um amplo espectro de ações voltadas para o amor ao próximo e a promoção do bem-estar coletivo. Em relação à crônica, o menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro: comprovação da opção de resposta B. Ressalta-se que o desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto: comprovação da opção de resposta A. Uma das reflexões da personagem põe em destaque, também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social, isto é, conferindo aqui uma própria crítica da caridade: comprovação da opção de resposta D. No entanto, “a caridade é um tipo de ação que “disfarça” a crueldade do sistema e o desperdício do que lhe é inerente – tecendo uma própria crítica da caridade, já que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, “usam a pobreza delas para fazer algo bom apenas para se sentirem melhor”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	08	12	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto. O menino proporcionou à personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro. Observe: “E as pessoas que tomavam sorvete? Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem? O fato é que, quando atravessei a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos. E, agora, sozinha, meus pensamentos voltavam lentamente a ser os anteriores, só que inúteis” (13º§). Observe, ainda, que: “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino” (4º§). Conclui-se, portanto, que há um sentimento de “desaprovação”, tendo em vista que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, usam a pobreza delas para fazer algo “bom” apenas para se sentirem melhor.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	02	11	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como já evidenciado anteriormente, o desfecho do texto retrata uma própria crítica da caridade. As pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, usam a pobreza delas para fazer algo “bom” apenas para se sentirem melhor. Um tipo de ação que disfarça a crueldade do sistema e a exploração que lhe é intrínseca. Uma das reflexões da personagem põe em destaque também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	06	05	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única informação correta apresentada para análise é: O sujeito da oração “Recebeu um doce em cada mão, [...]”, pode ser identificado pelo contexto, pois trata-se de sujeito oculto. As demais afirmações possuem erros graves, a saber:

- No trecho “Acordei finalmente”, o sujeito paciente é percebido através da forma verbal apresentada: o sujeito da oração é oculto.
- Em “[...] o sol parecia brilhar com mais força.” (11º§), o termo “mais” intensifica a ação verbal: na verdade o termo “força” que recebe tal intensificação.
- No excerto “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, [...]” (4º§), a expressão “talvez” denota “convicção”: a palavra “talvez” indica “incerteza”, “dúvida”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	14	15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão argumentada, trata-se de uma questão gramatical, envolvendo a área da fonética e fonologia da língua inglesa. O recurso indaga sobre sotaque, variação linguística, regionalismo e variação cultural. Em questões gramaticais, não se analisa estes tipos de variações. A língua é uma só, a regra é a mesma, e a aplicação da gramática é, principalmente, na fonética, igual para qualquer país falante de inglês, região, cultura, sotaque (até mesmo para pessoas que possam apresentar qualquer tipo de dificuldade na pronúncia).

Portanto, os argumentos sobre a variação linguística britânica, americana ou outra, não se diz procedente em uma questão de gramática fonética de língua inglesa, ou qualquer outra língua.

Segue as simbologias fonéticas corretas, de cada alternativa, inclusive da palavra em questão de análise do texto, de acordo com a tabela do alfabeto fonético internacional da língua inglesa:

Wellbeing > ɛ (being é a palavra em análise para som da letra e)

Been > i

Bean > ɛ (bean é a única alternativa com a mesma simbologia fonética para o som da letra e)

Beauty > y

Behavior > ə

Também é alegado que, nas alternativas, não se destaca a letra a ser analisada, porém no enunciado, é destacado e explicado que o som a ser analisado é, claramente, o som da letra e. Não há por que haver destaque nas alternativas, sendo que o único som em análise é da referida vogal.

Fontes:

- https://easypronunciation.com/pt/american-english-pronunciation-ipa-chart#about_this_ipa_chart
- <https://mavink.com/post/305f1eeb2c7713462821111d0d3d70b87bam9f1a45/tabela-fonetica-de-ingles>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	13	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto a alternativa d, cita questions (perguntas, argumentações, questionamentos), o que não encontra-se no texto. O autor não faz questionamentos, não realiza perguntas e nem argumenta sobre o tema, ele cita e opina sobre alguns efeitos dos problemas ambientais. Portanto, a palavra “questions” coloca a opção de letra d como errada.

Já quanto a opção de letra c, esta opção não pode ser considerada certa, pois ela cita all (todos) os fatores que prejudicam o meio ambiente e, no texto, não estão transcritos todos os fatores e sim, alguns citados pelo autor. Para que a alternativa fosse a correta, todos os fatores existentes deveriam ser citados. Portanto, a palavra “all” anula e deixa esta alternativa errada.

A interpretação de textos (seja de qualquer área de estudo), é focada no conteúdo e na mensagem que o texto carrega e elucida. Colocar inferências próprias na interpretação, é desviar do real objetivo do texto, além de causar transformações na autoria do mesmo. Para interpretar deve-se analisar e encontrar a resposta no próprio texto. Portanto, a única resposta correta, que se encontra presente, dita e elucidada pelo texto, é a já gabaritada.

Fontes:

- <https://www.plataformacejurnorte.com.br/noticias/interpretacao-de-textos-introducao>
<https://cdn.novaconcursos.com.br/arquivos-digitais/apostilas/20677/33597/nv-002dz-23-portugues-bas-concursos-amostra.pdf>
- https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/question?q=questions#google_vignette

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	20	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando os dados fornecidos, nota-se que temos um item que sempre estará presente nas amostras (cinto de segurança arrebitado). Sendo assim, devemos escolher 3 das amostras coletas e cada um deve ser distinto.

O número de maneiras distintas de escolher 3 itens entre 4 amostras é dado pela combinação:

$$C_{4,3} = \frac{4!}{3! \cdot (4-3)!}$$

$$C_{4,3} = 4$$

Com isso, há 4 formas de escolher 3 itens dentre as amostras.

Multiplicando pela quantidade de itens disponíveis: Agora, para cada uma dessas escolhas, precisamos considerar a quantidade de itens disponíveis de cada tipo.

- Se escolhermos poltronas com defeitos, temos 8 amostras disponíveis.
- Se escolhermos suportes de braços quebrados, temos 7 amostras disponíveis.
- Se escolhermos janelas estilhaçadas, temos 4 amostras disponíveis.
- Se escolhermos apoios para as pernas rompidos, temos 5 amostras disponíveis.

Então, para cada uma das 4 combinações, a quantidade total de maneiras de escolher as amostras será o produto das quantidades de itens disponíveis para os itens escolhidos. Vamos calcular isso para cada uma das 4 combinações possíveis das amostras:

Combinação 1: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 4 = 224$

Combinação 2: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 5 = 280$

Combinação 3: poltronas com defeitos, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 4 \cdot 5 = 160$

Combinação 4: suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $7 \cdot 4 \cdot 5 = 140$

Descobrimos todas as possibilidades, agora vamos somar os resultados para descobrirmos o total de quartetos possíveis.

$$224 + 280 + 160 + 140 = 804$$

A escolha de qual dos “10 cintos” entra em cada quarteto faz parte da combinação de itens, ou seja, 804 já representa todos os quartetos possíveis com um cinto e 3 outros tipos.

Fontes:

- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Heitor. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 7: Combinatória e Probabilidade. Editora Atual, 2013.
- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 3. Editora Ática, 2005.
- PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. Editora Moderna, 2004.
- OSS, Sheldon M. Introdução à Probabilidade e Estatística. Editora Pearson, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	23	22

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

Como Ana deve estar no comitê, 1 vaga deve ser fixada para ela. Sobram, portanto, 5 vagas no comitê e 18 especialistas disponíveis para ocupá-las (já foram excluídos Carlos e Ana do raciocínio: $20 - 2 = 18$). Assim, há um total de $C_{18}^5 = 11628$ maneiras distintas de formar essa comissão com as condições solicitadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	32	33	31

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Prosperam as razões recursais ao afirmarem que a terceira afirmativa é falsa. Assim, o julgamento correto das assertivas deveria ser F / F / F. Desse modo, os recursos são procedentes e a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
37	40	38	40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Compulsando as razões recursais, verifica-se que, em síntese, estas pretendem a anulação da questão baseando-se na ideia de que a alternativa B também estaria correta. A pretensão não merece prosperar, contudo.

O art. 6º, §3º, da Lei Federal nº 8.987/1995, estabelece de forma clara embora seja possível a interrupção do fornecimento em razão de inadimplemento do usuário, é imprescindível que esta somente ocorra após prévio aviso. Assim, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar, o qual possui fundamento no art. 30, I, CF/88.

Fonte:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	49	48	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 7 Boas práticas regulatórias: Análise do Impacto Regulatório.

Está incorreta apenas a afirmativa: “A adoção de Análise de Impacto Regulatório – AIR, como ferramenta obrigatória, garante a qualidade da regulação. Trata-se de encaixar esta ferramenta nos processos de produção normativa em curso nos diferentes órgãos da administração pública.”

Todas as demais afirmativas estão corretas.

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato.

Para melhor compreensão do tema abordado nesta questão, vide transcrição a seguir e as fontes consultadas para sua elaboração:

A recente introdução da obrigatoriedade de realização de Análises de Impacto Regulatório nos processos de edição e alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários de serviços, não somente para as agências reguladoras federais, mas também para todos os demais órgãos e entidades da administração pública federal, representa importante passo no sentido do aprimoramento da qualidade da regulação de responsabilidade desses órgãos e entidades. Nesse contexto, entende-se que a discussão sobre a forma de introdução dessa ferramenta no Brasil torna-se ainda mais relevante, e a experiência pioneira das agências reguladoras federais tende a ser utilizada

como um importante benchmarking para a disseminação da ferramenta no país. Tanto na esfera federal quanto infranacional.

A institucionalização da AIR entre as agências reguladoras federais não se iniciou a partir do comando legal. Ao contrário, a experiência acumulada pelas agências serviu de base para a edição do Decreto que regulamenta a legislação, e, antes disso, para a edição do documento “Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de Análise de Impacto Regulatório – AIR”, publicado em junho de 2018, para orientar a elaboração e a aplicação da ferramenta no âmbito do Governo Federal. Apesar dessa origem comum, o processo de introdução da AIR não se deu de maneira convergente entre as agências federais. Diferentes modelos de implantação têm sido adotados ao longo do tempo, variando de acordo com as capacidades institucionais e com as práticas regulatórias adotadas por cada órgão, o que leva a resultados diferentes e, conseqüentemente, sugere formas distintas de utilização da ferramenta. A legislação nova que determina a adoção da AIR em toda a administração pública federal impõe o desafio de institucionalizar a AIR nesses órgãos e, mais ainda, torná-la um instrumento efetivo no processo de tomada de decisão.

A simples adoção da AIR como ferramenta obrigatória não garante a qualidade da regulação. Logo, não se trata de encaixar a ferramenta nos processos de produção normativa em curso nos diferentes órgãos da administração pública federal.

O principal ganho esperado é aquele decorrente do potencial de transformação do processo de elaboração de atos normativos provocado pela sistematização da AIR (GUARANY, 2019). Não basta, portanto, a simples conversão da AIR em um documento de preenchimento obrigatório pelo regulador, por meio de um formulário sem reflexão ou dados suficientes, para dar cabo de mais uma burocracia no dia a dia do regulador. Ao contrário. O uso indiscriminado da ferramenta traz consigo o risco de utilização da AIR para outros fins, diferentes do que se espera, que levam a resultados que pouco ou nada contribuem para o processo de tomada de decisão. Em vez disso, prestam-se a legitimar a atuação do regulador ou decisões previamente tomadas, invertendo a lógica da aplicação da ferramenta.

2 – Regulação e AIR

A regulação pode ser compreendida como a intervenção do Estado sobre a economia por meio da imposição de regras e sanções voltadas para a correção de falhas de mercado e a maximização dos benefícios para a sociedade (BOEHN, 2007). Tal intervenção, no entanto, não se dá de forma direta, pela mera imposição de objetivos do Estado. Em vez disso, incumbe ao regulador o importante papel de atuar na conciliação dos interesses do Estado, do mercado e da sociedade e no diálogo com os agentes sujeitos à regulação (MARQUES NETO, 2009).

Fonte:

- Boas Práticas Regulatórias - Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira – Qualireg. (Livro Eletrônico). Coletânea de experiências e pesquisas aplicadas em regulação sobre construção de capacidade institucional das entidades reguladoras no Brasil. Controladoria Geral da união. Brasília-2024. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br> Consulta efetuada em 27.01.2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
47	46	43	42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: conceitos básicos: regulação econômica e social; externalidades, bens públicos e bens comuns, assimetria de informação; falhas de mercado (barreiras de entrada); Estado e regulação; falhas de governo; conceitos de regulação.”

A alternativa que atende ao comando da questão é: “Externalidades; Assimetria de informações; Regulação econômica; Falha de mercado.” (Vide transcrições a seguir):

No período intervencionista, iniciado em fins do século XIX, o Estado regulador aparece com evidência para corrigir o funcionamento do mercado, já que este, autorregulado, não fora capaz de criar os mecanismos de competição que favorecessem a adequada prestação do serviço aos usuários e consumidores. Assim, toda a economia passa a ser regulada (Cf. Di Pietro, 2003, p. 32).

Já no início do século XX, ainda que existindo a intervenção indireta do Estado por meio da regulação, prepondera a intervenção direta pela multiplicação de empresas estatais tanto nos Estados Unidos, como em países da Europa e da

América Latina, em resposta à crise social surgida após a 1ª Guerra Mundial e à crise de 1929 nos Estados Unidos. Como decorrência, o instituto da concessão ficou relegado a segundo plano. A intervenção indireta (regulação) atuava mais na ordem econômica para evitar cartéis e qualquer forma de dominação do mercado que prejudicasse a concorrência, enquanto a prestação de serviços públicos era praticamente feita pelo Estado. Caracterizou-se, portanto, a fase do Estado providência, produtor de bens e serviços, denominado, nos Estados Unidos, de Estado do Bem-Estar ou Estado Social. É no período dito neoliberal, instaurado nas décadas de 70 e 80 do século passado, sob a liderança dos Estados Unidos e Inglaterra, que surge de forma preponderante o Estado regulador. As empresas estatais passam a ser controladas pela iniciativa privada, num processo de desestatização, e há a quebra de monopólios estatais. O instituto da concessão retorna e se introduz algo de novo, a competição na prestação dos serviços públicos. (Fonte: O papel e o funcionamento das Agências Reguladoras no contexto do Estado brasileiro.)

Externalidades - Ação que impacta benefício ou custo de terceiro não diretamente envolvido na produção ou no consumo de um bem ou serviço. As externalidades podem resultar em fracasso de mercado: Uma situação em que o mercado deixa de produzir o nível eficiente de produto. (Fonte: Introdução à Economia 2ª Ed. R Glenn Hubbard Anthony Patrick o Brien. Bookman. 2010)

Assimetria de informação deve ser entendida no seguinte contexto: ela ocorre quando as informações de conhecimento das firmas reguladas não são observadas ou detectadas pelo órgão regulador ou estão disponíveis em quantidade e qualidade insuficientes para uma regulação eficiente. O regulado tem um conhecimento consideravelmente maior do esforço empreendido na prestação do serviço, de suas atividades, etapas de produção e estrutura de custos, que o órgão regulador. Outrossim, a obtenção dessas informações pelo regulador demonstra-se bastante onerosa, de sorte que as decisões tomadas pelo regulador muitas vezes se subordinam ao conjunto de informações fornecidas pelos próprios regulados. (Fonte: Assimetria de informação, competição e leilões de energia. Revista do TCU 114. jan/ abr - 2009)

A regulação econômica tem por finalidade promover um ajustamento de mercado que leve à competição entre as empresas concorrentes, submetendo-as a um ambiente fortemente competitivo. (Fonte: CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 4, artigo 5, Rio de Janeiro, Dez. 2010 p. 660-660)

O resultado perfeitamente competitivo é dificilmente verificado na prática, onde a presença de falhas de mercado pode conduzir a economia a resultados bastante distintos. (Fonte: CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 4, artigo 5, Rio de Janeiro, Dez. 2010 p. 660-660)

Fontes:

- Introdução à Economia 2ª Ed. R Glenn Hubbard Anthony Patrick o Brien. Bookman. 2010.
- O papel e o funcionamento das Agências Reguladoras no contexto do Estado brasileiro. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 42 n. 166 abr./jun. 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/428>
- Assimetria de informação, competição e leilões de energia. Revista do TCU 114. jan/ abr – 2009. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br>.
- CADERNOS EBAPE. BR, v. 8, nº 4, artigo 5, Rio de Janeiro, Dez. 2010 p. 660-660. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/5179/3913>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	58	55	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa solicita assinalar uma variação patrimonial aumentativa. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2010), página 545:

- Incorporação de Passivos (variação patrimonial diminutiva)
- Desincorporação de Passivos (variação patrimonial aumentativa)
- Benefícios Previdenciários e Assistenciais (variação patrimonial diminutiva)
- Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (variação patrimonial diminutiva)

Nesse sentido, a alternativa correta é a letra B, desincorporação de Passivos (variação patrimonial aumentativa)

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 10. ed. 2023. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	57	52	58

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o que está disposto na Lei nº 4.320/1964, na Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar nº 101/2000:

(F) O plano plurianual (correto: lei de diretrizes orçamentárias) disporá sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

(V) A lei orçamentária anual poderá conter autorização para a realização de crédito por antecipação da receita orçamentária, com o objetivo de atender insuficiências de caixa por parte do Ente.

(V) O plano plurianual é avaliado e votado pelos congressistas para, em seguida, ser devolvido ainda no mesmo ano para sanção do presidente.

(F) A Lei Orçamentária Anual (correto: lei de diretrizes orçamentárias) estabelece as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

Desse modo, a alternativa correta é a letra D.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
55	51	58	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Decreto nº 6.017/2007, que regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos

- A) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções, que poderá ser celebrado por apenas uma parcela dos seus signatários, sem prejuízo de que os demais venham a integrá-lo posteriormente.
- B) O termo de parceria é o instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público.
- C) Observados os limites constitucionais e legais, os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes que se consorciarem, admitindo-se, entre outros, a prestação de serviços, inclusive de assistência

técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados.

- D) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica e direito público ou de direito privado. E os consórcios públicos revestidos de personalidade jurídica de direito privado observarão (SIM) as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, admissão de pessoal e à prestação de contas.

Desse modo, a alternativa correta é a letra C.

Fonte:

- BRASIL. Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	60	54	52

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2010)

- A) O 6º nível das contas do PCASP refere-se ao Item.
- B) O 4º nível das contas do PCASP refere-se ao Título.
- C) A classe 5 de contas do PCASP refere-se às Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
- D) A classe 3 de contas do PCASP refere-se às Variações Patrimoniais Diminutivas

Desse modo, a alternativa correta é a letra D.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 10. ed. 2023. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	53	60	59

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2010), páginas 509 a 520, o resultado orçamentário (déficit ou superávit), é a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. Se essa diferença for negativa, tem-se um déficit, se for positiva, tem um superávit.

Nesse sentido:

Receitas arrecadadas (realizadas) = R\$11.000,00

Despesas empenhadas (realizadas) = R\$ 8.000,00

Houve um resultado orçamentário superavitário de R\$ 3.000,00 (11.000,00 – 8.000,00).

O excesso de arrecadação é a diferença entre receitas previstas e receitas arrecadadas. Nesse sentido, houve um excesso de arrecadação de R\$ 1.000,00 (11.000,00 – 10.000,00).

Tendo em vista que a letra a questão contém duas alternativas corretas (B e D), a banca defere pela anulação da questão.

Fonte:

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor

Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 10. ed. 2023. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2024/26>>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
63	64	67	69

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ASSAF NETO (2017), no livro Fundamentos de Administração Financeira coloca:

“7.2.1 Análise Horizontal (AH)

Essa análise permite que se avalie a evolução dos vários itens de cada demonstração financeira em intervalos sequenciais de tempo. Por exemplo, as evoluções das vendas e dos lucros brutos de uma empresa, verificadas nos últimos três anos, são facilmente avaliadas e interpretadas mediante o estudo da análise aplicada às demonstrações de resultados referentes aos períodos considerados.”

A introdução da questão faz uma conceituação geral sobre análises de demonstrações financeiras, seja horizontal ou vertical. Contudo, o comando da alternativa cita a conceituação específica de determinada análise e solicitada que marque de qual se trata. No caso, a única resposta possível é “Horizontal”.

Desta forma, o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira / Alexandre Assef Neto, Fabiano Guasti Lima. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
- VITAL, Juliana Tatiane. *Administração Financeira I*. 3. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências da Administração, 2015.

Disponível em:

http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_5/Adm_Financeira-I/material_didatico/adm_financeira_I-3ed.pdf. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
64	67	70	62

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ASSAF NETO (2017), no livro Fundamentos de Administração Financeira coloca:

“Reduções no capital circulante líquido (CCL) produzem dois grandes benefícios à empresa:

- a) Libera capital investido em giro. Como todo dinheiro investido na empresa tem um custo de oportunidade, menos capital investido atua no sentido de reduzir o custo de capital e gerar maior valor econômico para a empresa;*
- b) Redução no giro “incentiva” a empresa a demonstrar maior eficiência operacional em produzir e vender com menor folga financeira. Menor volume de capital investido gera menor custo de capital, e esse benefício econômico pode ser repassado aos clientes, gerando maiores vendas.”*

A introdução da questão faz uma conceituação geral sobre análise do capital de giro. O comando da alternativa solicita claramente que seja especificada a alternativa que representa benefício à empresa em decorrência de reduções do Capital de Giro Líquido (CGL) ou Capital Circulante Líquido (CCL).

A alternativa “Redução do custo de oportunidade, dada liberação de capital investido em giro.” é a única que coaduna com a literatura citada. As demais conflitam.

Desta forma, o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira / Alexandre Assef Neto, Fabiano Guasti Lima. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
- VITAL, Juliana Tatiane. *Administração Financeira I*. 3. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências da Administração, 2015.

Disponível em:

http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_5/Adm_Financeira-I/material_didatico/adm_financeira_I-3ed.pdf. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
65	62	69	64

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão cita reajuste de aluguel pela variação de determinado índice de inflação, no caso o IGP-M, com divulgação mensal. Para se obter a variação anual é utilizado sempre o cálculo de percentual sobre percentual, que na prática equivale à fórmula de juros compostos. Nunca se utiliza a soma simples de percentuais mensais para determinar a variação anual de determinado índice inflacionário, que seria a prática de juros simples.

Este conhecimento é implícito e faz parte da avaliação da questão.

Desta forma, o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- ASSAF NETO, Alexandre. Fundamentos de administração financeira / Alexandre Assef Neto, Fabiano Guasti Lima. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
- ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações / Alexandre Assef Neto. – 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
67	63	68	63

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TA 200 (R1) assim estabelece:

“13. (I). Ceticismo profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

...

A20. O ceticismo profissional inclui estar alerta, por exemplo a:

- *evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas;*
- *informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria;*
- *condições que possam indicar possível fraude;*
- *circunstâncias que sugiram a necessidade de procedimentos de auditoria além dos exigidos pelas NBCs TA.*

A21. A manutenção do ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria é necessária, por exemplo, para que o auditor reduza os riscos de:

- *ignorar circunstâncias não usuais;*

...

- *uso inadequado de premissas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria e ao avaliar os resultados destes.*

...

A23. O auditor pode aceitar registros e documentos como genuínos, a menos que tenha razão para crer no contrário.

...

A24. Não se pode esperar que o auditor desconsidere a experiência passada de honestidade e integridade da administração da entidade e dos responsáveis pela governança.” (grifo nosso)

A alternativa “Estar alerta a informações que garantam a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria.” não está descrita na norma supra e não coaduna com o que se pede no comando da questão, que deve considerar a atuação do auditor interno com ceticismo perante as realizações de auditorias.

A norma coloca que o ceticismo profissional deve ocorrer em “condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria”, o que não ocorre no caso de o auditor ter “informações que garantam a confiabilidade dos documentos...”, não acontecendo, necessariamente, alerta ou ceticismo. Não há por que ser cético (descrente, incrédulo, desconfiado) onde há garantias já confirmadas dos documentos (ver citação A23 supra).

A alternativa “Reduzir os riscos de uso inadequado de premissas ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria e ao avaliar os resultados destes.” está literalmente citada na norma em questão e deve ser considerada correta. As demais alternativas não encontram respaldo legal e estão incorretas.

Desta forma, o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria*. Brasília, 2016. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf). Acesso em: 17 fev. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
68	69	66	61

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, assim estabelece:

“Art. 2º

...

III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

IV - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

...

Art. 40. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.” (grifo nosso)

Guimarães, 2017, assim coloca:

“...Historicamente, a permissão constitui um ato precário utilizado para permitir atuações episódicas de particulares na prestação de atividades públicas. Contudo, sua utilização nesses termos não se amolda às

exigências da prestação de serviços públicos que demandam investimentos e estabilidade. Precariedade é tudo que não se espera de um vínculo dessa natureza.

...

Com efeito, como assinalado anteriormente, em termos práticos a distinção entre concessão e permissão perdeu o sentido, pois independente da maneira pela qual se institui o vínculo, os interesses legítimos do particular deverão ser prestigiados. Assim, não se poderia conceber a permissão como ato precário em sendo ela o resultado de um procedimento de efetiva transferência de atividades privadas para particulares, dotadas do mínimo de estabilidade. Assim, na perspectiva de análise que interessa aqui (prestação de serviços públicos por particular), a concessão será qualificada como não sendo precária. E não se cuida de fazer ouvidos mocos à lei, mas sim de reconhecer que a aposição de um prazo de vigência ao instrumento de delegação tem sentido, assim como protegem-se os investimentos privados realizados em atividades públicas (que não podem ser expropriados).” (grifo nosso)

A delegação de serviços público a título precário implica na adesão de contrato pronto, onde não se discutem as cláusulas e não há garantias ao contratado (permissionário) de permanência do vínculo com a Administração Pública, ou seja, a qualquer momento e sem indenização a mesma poderá revogar esse contrato.

Das alternativas citadas, o transporte escolar, em regra, é o único contratado de forma precária e que poderia ser permissionado tanto à pessoa física ou jurídica, em que ao permissionário é permitido definir os veículos, rotas, horários, valores cobrados etc. Liberalidades essas não existentes às demais alternativas da questão, que, em regra, exemplificam tipos de negócios e empresas que efetuam altos investimentos privados para a execução dos serviços públicos e necessitam de garantias e prazos contratuais mínimos devidamente estipulados, onde as delegações são efetuadas somente após processos licitatórios, em que, na prática, o que menos se espera é precariedade e a concessão é o ato utilizado para delegação dos serviços públicos à exploração privada, como supra exposto por Guimarães (2017).

Desta forma, o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm. Acesso em 17 fev 2025.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [\[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm\]](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 mai. 2025.
- PUC-SP. Enciclopédia Jurídica. "Formas de Prestação de Serviços Públicos." Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/85/edicao-1/formas-de-prestacao-de-servicos-publicos>. Acesso em: 28 mai. 2025.

Cargo: Analista de Regulação - Especialista Econômico-Financeiro

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	10	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tecer um bom texto é uma tarefa que requer competência por parte de quem a pratica, pois a construção textual não pode ser vista como um emaranhado de frases soltas e ideias desconexas. Pelo contrário, elas devem estar organizadas e justapostas entre si, denotando clareza de sentido em relação à mensagem que se deseja transmitir. O tema é algo mais abrangente e consiste no assunto que deve ser explorado ao longo do texto. Já o título é algo mais sintético, é como se fosse afunilando o assunto que será posteriormente discutido. O importante é sabermos que: do tema é que se extrai o título, haja vista que o tema é um elemento-base, fonte norteadora para os demais passos. Existem certos temas que não revelam uma nítida objetividade, como o exposto anteriormente. É o caso de fragmentos literários,

trechos musicais, frases de efeito, entre outros. Nesse caso, exige-se mais do leitor quanto à questão da interpretação, para daí chegar à ideia central. Conclui-se, portanto, que tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. Justifica-se, portanto, que o tema do texto em questão é: “a hipocrisia da sociedade e a complexidade da natureza humana”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	07	01	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A caridade é um tema que transcende religiões, culturas e sociedades, sendo um dos pilares fundamentais da convivência humana. O conceito de caridade não se limita apenas à doação de recursos financeiros, mas abrange um amplo espectro de ações voltadas para o amor ao próximo e a promoção do bem-estar coletivo. Em relação à crônica, o menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro: comprovação da opção de resposta B. Ressalta-se que o desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto: comprovação da opção de resposta A. Uma das reflexões da personagem põe em destaque, também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social, isto é, conferindo aqui uma própria crítica da caridade: comprovação da opção de resposta D. No entanto, “a caridade é um tipo de ação que “disfarça” a crueldade do sistema e o desperdício do que lhe é inerente – tecendo uma própria crítica da caridade, já que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, “usam a pobreza delas para fazer algo bom apenas para se sentirem melhor”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	08	12	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto. O menino proporcionou à personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro. Observe: “E as pessoas que tomavam sorvete? Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem? O fato é que, quando atravessei a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos. E, agora, sozinha, meus pensamentos voltavam lentamente a ser os anteriores, só que inúteis” (13º§). Observe, ainda, que: “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino” (4º§). Conclui-se, portanto, que há um sentimento de “desaprovação”, tendo em vista que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, usam a pobreza delas para fazer algo “bom” apenas para se sentirem melhor.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	02	11	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como já evidenciado anteriormente, o desfecho do texto retrata uma própria crítica da caridade. As pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, usam a pobreza delas para fazer algo “bom” apenas para se sentirem melhor. Um tipo de ação que disfarça a crueldade do sistema e a exploração que lhe é intrínseca. Uma das reflexões da personagem põe em destaque também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	14	15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão argumentada, trata-se de uma questão gramatical, envolvendo a área da fonética e fonologia da língua inglesa. O recurso indaga sobre sotaque, variação linguística, regionalismo e variação cultural. Em questões gramaticais, não se analisa estes tipos de variações. A língua é uma só, a regra é a mesma, e a aplicação da gramática é, principalmente, na fonética, igual para qualquer país falante de inglês, região, cultura, sotaque (até mesmo para pessoas que possam apresentar qualquer tipo de dificuldade na pronúncia).

Portanto, os argumentos sobre a variação linguística britânica, americana ou outra, não se diz procedente em uma questão de gramática fonética de língua inglesa, ou qualquer outra língua.

Segue as simbologias fonéticas corretas, de cada alternativa, inclusive da palavra em questão de análise do texto, de acordo com a tabela do alfabeto fonético internacional da língua inglesa:

Wellbeing > ĕ (being é a palavra em análise para som da letra e)

Been > i

Bean > ĕ (bean é a única alternativa com a mesma simbologia fonética para o som da letra e)

Beauty > y

Behavior > ə

Também é alegado que, nas alternativas, não se destaca a letra a ser analisada, porém no enunciado, é destacado e explicado que o som a ser analisado é, claramente, o som da letra e. Não há por que haver destaque nas alternativas, sendo que o único som em análise é da referida vogal.

Fontes:

- https://easypronunciation.com/pt/american-english-pronunciation-ipa-chart#about_this_ipa_chart
- <https://mavink.com/post/305f1eeb2c7713462821111d0d3d70b87bam9f1a45/tabela-fonetica-de-ingles>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	13	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto a alternativa d, cita questions (perguntas, argumentações, questionamentos), o que não encontra-se no texto. O autor não faz questionamentos, não realiza perguntas e nem argumenta sobre o tema, ele cita e opina sobre alguns efeitos dos problemas ambientais. Portanto, a palavra “questions” coloca a opção de letra d como errada.

Já quanto a opção de letra c, esta opção não pode ser considerada certa, pois ela cita all (todos) os fatores que prejudicam o meio ambiente e, no texto, não estão transcritos todos os fatores e sim, alguns citados pelo autor. Para que a alternativa fosse a correta, todos os fatores existentes deveriam ser citados. Portanto, a palavra “all” anula e deixa esta alternativa errada.

A interpretação de textos (seja de qualquer área de estudo), é focada no conteúdo e na mensagem que o texto carrega e elucida. Colocar inferências próprias na interpretação, é desviar do real objetivo do texto, além de causar transformações na autoria do mesmo. Para interpretar deve-se analisar e encontrar a resposta no próprio texto. Portanto, a única resposta correta, que se encontra presente, dita e elucidada pelo texto, é a já gabaritada.

Fontes:

- <https://www.plataformacejurnorte.com.br/noticias/interpretacao-de-textos-introducao>
<https://cdn.novaconcursos.com.br/arquivos-digitais/apostilas/20677/33597/nv-002dz-23-portugues-bas-concursos-amostra.pdf>
- https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/question?q=questions#google_vignette

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	23	22

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

Como Ana deve estar no comitê, 1 vaga deve ser fixada para ela. Sobram, portanto, 5 vagas no comitê e 18 especialistas disponíveis para ocupá-las (já foram excluídos Carlos e Ana do raciocínio: $20 - 2 = 18$). Assim, há um total de $C_{18}^5 = 11628$ maneiras distintas de formar essa comissão com as condições solicitadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	32	33	31

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Prosperam as razões recursais ao afirmarem que a terceira afirmativa é falsa. Assim, o julgamento correto das assertivas deveria ser F / F / F. Desse modo, os recursos são procedentes e a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	44	44	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “AGÊNCIAS REGULADORAS: 5. Abordagens econômicas: teoria econômica da regulação, teoria da captura, teoria do agente principal.”

A questão foi pensada e desenhada para julgar 3 afirmativas. Desta feita, após o julgamento das afirmativas, o comando da questão solicita marcar a alternativa que apresenta o correto julgamento das afirmativas. Dessa forma, não há como ter mais de uma resposta que atenda ao comando da questão. Outrossim, não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado. Todas as afirmativas a serem consideradas estão corretas. (Vide transcrições a seguir):

(...), observou-se a teoria da captura diante da interferência política, pessoal e econômica que atinge os usuários-consumidores, acabando por impedir decisões de cunho técnico e partindo para interesses próprios. Importante frisar que o fenômeno da captura é originário dos Estados Unidos da América, sendo desenvolvida a partir dos estudos de George Stigler (The Theory of Economic Regulation) em 1971, considerado o marco dessas discussões, ora pertencentes à Escola de Economia de Chicago. Assim, por definição, a teoria da captura, ocorre quando interesses privados, ainda que não preponderem no início, acabam por ultrapassar os motivos do interesse público, visto que as agências reguladoras acabam por se curvar à influência dominante dos regulados ou serem capturadas pelos seus interesses (Salomão Filho, 2001). (Fonte: BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições.)

4.1) Teoria da Agência

A teoria do agente-principal vem sendo desenvolvida na tentativa de introduzir a questão dos incentivos. Na visão de HART (1995) apesar dela ser mais rica e mais realista em relação às firmas do que a teoria neoclássica, ela deixa de esclarecer o ponto básico dos determinantes dos limites da firma. Esta abordagem está relacionada com as questões relativas tanto à assimetria de informações quanto àquelas relacionadas aos direitos de propriedade, uma vez que estes últimos possuem efeitos em termos de incentivos. Esta vertente da teoria dos contratos se interessa pelo relacionamento entre dois atores econômicos (um é o principal e o outro é o agente), no qual o agente dispõe de um conjunto de possíveis comportamentos a adotar, suas ações afetam o bem-estar entre as partes e dificilmente são observáveis pelo principal. Este tipo de relação coloca em tela o problema de assimetria de informações entre o agente e o principal. A análise consiste, então, em como um ator econômico (principal) estabelece um sistema de compensação (contrato) que motive o outro ator (agente) a agir de acordo com o interesse do primeiro. O grande ponto colocado por esta vertente da teoria dos contratos é que é difícil monitorar o esforço dos atores econômicos envolvidos em uma transação. Daí deriva-se uma grande dificuldade na elaboração dos contratos. Por esta razão são incluídos esquemas de incentivos baseados na performance observada. Na elaboração de um esquema de incentivos as partes envolvidas enfrentam o trade off entre incentivos ótimos e repartição de riscos ótima. Mesmo admitindo a vigência de um contrato entre as partes (como por exemplo, um contrato de concessão), a relação e o cumprimento dos dispositivos contratuais se enquadram num contexto de informação assimétrica, pois o principal dispõe de um conjunto imperfeito de informações sobre o agente. Se essas informações são referentes à estrutura de custos do agente (empresa regulada), é de se esperar que o principal (regulador) tenha uma base de conhecimento que depende da confiabilidade das informações prestadas pelo agente. Neste ponto reside o problema da captura do regulador por parte

Em questão de Teoria de Regulação Econômica, o primeiro grande conceito a ser lembrado é o de eficiência econômica, seja sob a forma produtiva, distributiva ou alocativa. O primeiro traduz-se na utilização da tecnologia e da planta produtiva instalada com o máximo de rendimento e mínimo custo; o segundo consiste na capacidade de eliminação de rendas monopolísticas e/ou outros ganhos temporários de agentes econômicos individuais através da concorrência;

A eficiência sob a forma alocativa, o mais importante do ponto de vista da Teoria da Regulação nos diz que um resultado econômico é mais eficiente do que outro se ele é superior de Pareto¹, o que geralmente ocorre quando há a realização de um maior número de transações e, portanto, maior renda é gerada. Há controversas na doutrina e jurisprudência a respeito do conceito de Teoria da Regulação, parte por ser um fenômeno recente no Brasil. Entende-se que a regulação jurídica é um fenômeno jurídico que autoriza determinados órgãos técnicos (agências reguladoras e outros similares) a normatizar e controlar determinada atividade de cunho técnico, fora do Poder Legislativo. Desta forma, fixamos como conceito operacional: é uma intervenção estatal em setores estratégicos da atividade econômica ou de serviços públicos, que visa normatizar, controlar e fiscalizar tendo em vista ao planejamento governamental para induzir comportamentos e restringir a liberdade dos agentes econômicos nos seus objetivos e instrumentos operacionais.

Fontes:

- BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições. In: Alimentação em jogo: o lobby na regulação da publicidade no Brasil [online]. Santo André: Editora UFABC, 2021, pp. 49-66.
- ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E PROBLEMAS REGULATÓRIOS. Helder Q. Pinto Jr. e Melissa Cristina Pinto Pires. Fevereiro/2000. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/notas-e-estudos-tecnicos/notas-tecnicas/arquivos/2000/nota-tecnica-9-2000.pdf>.
- DE LIRA, Marília Gabriela de Amp de. Teoria da Captura no Brasil. Revista Eletrônica da Estácio Recife, Recife, v. 1, n. 1, p.1-10, 2015. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/issue/view/6/showToc>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	42	46	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 1 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos;”

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado.. Está incorreto o que se afirma apenas em: “A intervenção estatal regulatória é pautada pela imposição de objetivos e comportamentos previamente determinados pela autoridade pública. Na moderna regulação, o Estado exerce seu papel de forma impositiva, arbitrando interesses e tutelando hipossuficiências.” (Vide transcrições a seguir)

1.4 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos

As transformações ocorridas nos últimos anos (de forma acentuada no Brasil, mas igualmente em vários países do continente europeu que guardam muita semelhança com nossa tradição de intervenção estatal e de estrutura jurídica) apontam para uma redução da intervenção direta e do incremento de uma nova forma de intervenção, substancialmente distinta daquela acima divisada. Tem lugar entre nós o fortalecimento do papel regulador do Estados em detrimento do papel do Estado produtor de bens e serviços.

[...]

A atividade estatal de regulação não deixa de ser uma forma de intervenção estatal na economia. Porém, uma forma de intervenção que nos seus pressupostos, objetivos e instrumentos difere substancialmente da intervenção direta no domínio econômico.

Difere nos seus pressupostos porque a intervenção regulatória é muito mais pautada pelo caráter de mediação do que pela imposição de objetivos e comportamentos ditados pela autoridade.

É próprio dessa concepção de regulação a permeabilidade do ente regulador aos interesses dos regulados, sejam operadores econômicos, sejam usuários, sejam mesmo os próprios interesses estatais enredados no setor regulado.

[...]

Portanto, o caráter de imposição da vontade da autoridade estatal (que impõe o interesse público selecionado pelo governante) dá lugar, na moderna regulação, à noção de mediação de interesses, no qual o Estado exerce sua autoridade não de forma impositiva, mas arbitrando interesses e tutelando hipossuficiências.

Difere dos seus objetivos porque, contrariamente ao que ocorre na intervenção estatal direta, os objetivos se deslocam dos interesses do Estado-Nação e passam a se identificar mais com os interesses da sociedade (tanto os interesses dos cidadãos - consumidores efetivos ou potenciais de bens econômicos - quanto os interesses subjacentes às relações econômicas).

A intervenção estatal direta se justifica pela incompatibilidade suposta entre interesses públicos e a atuação privada. Já a moderna regulação estatal procura atuar no sentido de compor e articular os interesses públicos com os interesses dos particulares, partindo do pressuposto de que a atuação privada em setores sujeitos à regulação não só é aceitável como é essencial para atingir o interesse público. Antes, objetiva suprimir espaços da atuação privada, procura condicionar, amoldar, incentivar e coordenar (em uma palavra, regular) a atuação dos particulares.

Por fim, difere nos instrumentos porque a regulação vai demandar a construção de mecanismos de intervenção estatal que permitam efetivar essa nova forma de relacionamento com os agentes econômicos. Os espaços de exercício da regulação deverão ser aptos ao exercício da mediação e da interlocução com os agentes envolvidos no setor regulado. De outro lado, o manejo das competências regulatórias passa a seguir regras e procedimentos aptos a impedir que a atividade regulatória seja capturada por interesses privados ou que seja cerceada pelos interesses das forças políticas.

Fonte:

- MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo As Agências Reguladoras Independentes e seu Enquadramento Legal: A Importância de Uma Lei Quadro. REVISTA DE DIREITO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES. v.1, p.41 - 58, 2006.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	54	54	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por conteúdo programático: “MICROECONOMIA - 1.1. Teoria do Consumidor: 1.1.1. Preferência. 1.1.2. Curva de demanda individual e de mercado.”

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou justificar a alteração do gabarito já divulgado.

Está incorreta apenas a afirmativa: “A curva da demanda de mercado revela, também, a relação entre preços e quantidades individuais ofertadas.”

Não há que se confundir Curva de Demanda de Mercado com Curva de Oferta de Mercado.

A curva de oferta revela quanto de um bem as empresas venderiam, para diferentes preços do bem. Trata-se de uma curva positivamente inclinada (ascendente): quanto maior o preço do bem, maior a quantidade produzida/vendida pelas empresas.

A curva de demanda revela a totalidade que os consumidores comprariam de um bem para diferentes preços deste bem.

Fontes:

- Varian, Hall R. 2012. Microeconomia – princípios básicos. Tradução da 8ª edição. Elsevier.
- SOLOMON, M. O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	53	56	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “MACROECONOMIA - 3.1. Medidas de Atividade Econômica; 3.1.1. Conceitos de Produto, Renda, Valor Adicionado e Valor Bruto da Produção; 3.1.2. As Diferentes Maneiras de Mensurar o Produto Interno;”

A alternativa que atende ao comando da questão é: V, F, V. Pois a alternativa II está incorreta. O conceito apresentado é de Produto Nacional Bruto (PNB) e não de Produto Interno bruto (PIB).

PNB - Produto nacional bruto. É o valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais (pertencentes a residentes no país), independentemente do território econômico em que esses recursos foram produzidos. A diferença entre o PNB e o PIB corresponde à renda líquida enviada ou recebida do exterior. Quando o PNB é inferior ao PIB, o país remete para o exterior mais renda do que recebe. (Fonte: <https://www12.senado.leg.br>.)

1 INTRODUÇÃO

Muitas pesquisas na área das ciências contábeis se voltaram a estudar as informações contidas na Demonstração de Valor Agregado (DVA), por ser considerada um instrumento importante para medir o desempenho do país e por representar o quanto de valor as empresas agregam aos insumos que adquire em um determinado período (DE LUCA, 1998; SANTOS, 1999).

Em termos contábeis, o valor agregado é obtido da diferença entre as vendas e o total de insumos adquiridos de terceiros. Sob o ponto de vista econômico, o valor adicionado gerado por cada setor na economia de um país, contribui para a expansão da economia mundial e é comumente utilizado como uma base de dados na comparação entre o desenvolvimento dos países (RODRIGUES; MELLO; LUSTOSA, 2007; YOGESHA; MAHADEVAPPA, 2014).

Entretanto, o valor agregado disponibilizado nos relatórios contábeis possui uma contrapartida macroeconômica, que, quando somado aos impostos, compõe o Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação e é utilizado para medir o desempenho econômico da empresa, portanto, a riqueza gerada pelas empresas de determinado país. De acordo com Araújo, Fajardo e Tavani (2006), o PIB é o resultado de todos os fatores e atividades da economia, incluindo o capital humano, mercado financeiro, imóveis e ainda, qualquer mercado significativo.

Para Oliveira, Silva e Moraes (2008) o PIB é a representação da soma (em valores monetários) dos bens e serviços

produzidos pelas unidades federativas, em um determinado período de tempo, tendo como objetivo mensurar a atividade econômica de cada região e é tratado como a medida mais utilizada na macroeconomia, sendo tal medida o valor agregado de todos os bens e serviços que foram produzidos no território nacional. (Fonte: RAGC, v.8, n.37, p.95-111/2020)

Introdução

Em grande parte, o valor bruto da produção (VBP) dos bens e serviços produzidos pelas atividades econômicas e setores institucionais é obtido através de pesquisas ou registros administrativos que são respondidos pelas unidades produtoras (empresas, governo, ISFLSF). Estes levantamentos, no entanto, não investigam o valor da produção não-organizada formalmente ou não declarada pelas unidades produtivas, que também estão no âmbito do Sistema de Contas Nacional e, portanto, devem ser estimados. Esta estimativa adicional do VBP, chamada de expansão da produção, é realizada com base na comparação do fator trabalho obtido dos levantamentos acima mencionados com o indicado por uma fonte de informação domiciliar, a Pnad, e também no confronto entre oferta e demanda dos produtos. Assim, a produção não organizada formalmente e a produção subdeclarada são estimadas, complementando o conceito de produção do SCN. (Fonte: Sistema de Contas Nacionais – IBGE)

Fontes:

- Análise da Relação entre o Produto Interno Bruto e o Valor Adicionado dos Estados Brasileiros no Período de 2010 a 2014. RAGC, v.8, n.37, p.95-111/2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br › ragc › article › view>
- Sistema de Contas Nacionais – IBGE. <https://www.ibge.gov.br>.
- <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
61	63	64	66

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cálculo matemático é fonte primária do conteúdo programático constante do edital, bem como as contestações com relação às alternativas e consequentemente sobre os valores estão incorretas, como se pode constatar a em seguida, com a solução/gabarito da questão oferecida:

A solução desta questão envolve três etapas e o conhecimento prévio de cálculos de matemática financeira em especial de anuidades, sistemas de amortização, taxa de juros e sistema de amortizações. Sua solução envolve três etapas, a saber:

PRIMEIRA ETAPA: CÁLCULO DAS PRESTAÇÕES DO FINANCIAMENTO

No Sistema Price, a prestação fixa é calculada pela fórmula:

$$PMT = \frac{PVi}{1 - \frac{1}{(1+i)^n}}$$

PMT = Prestação
PV = Capital Inicial
i = Taxa de Juros
n = Número de período (tempo)

Substituindo os valores:

$$PMT = 500.000 * 0,012 / (1 - 1/(1+0,012)^{60}) = R\$ 11.233,78 \text{ <- valor das 60 prestações iguais e sucessivas}$$

SEGUNDA ETAPA: CÁLCULO DAS PRESTAÇÕES ANTECIPADAS, EM ESPECIAL DA 31ª a 60ª

No Sistema Price, o saldo devedor antes de uma prestação futura equivale ao valor presente das prestações restantes, descontadas à taxa do contrato:

$$\text{Assim, temos: } 11.233,78 * [1 - (1,012)^{30}/0,012] = R\$ 241.987,60 \text{ <-valor a ser pago 30 dias antes da 31ª parcela.}$$

TERCEIRA ETAPA: CÁLCULO DOS JUROS EVITADOS/ECONOMIZADOS

O total de juros que seria pago nas 30 parcelas remanescentes corresponde à diferença entre o total dos pagamentos

futuros e o saldo devedor antecipado:

$(11.233,78 * 30) - 241.987,60 = R\$ 85.678,90$ <- Valor da economia dos juros pela empresa.

Portanto, ao quitar o saldo devedor 30 dias antes do vencimento da 31ª parcela, a empresa economizou R\$ 85.678,90 em juros remuneratórios, alternativa C.

Fontes:

- VERAS, Lilia Ladeira. *Matemática Financeira*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- SAMANEZ, Carlos Patrício. *Matemática Financeira: Aplicações à Análise de Investimentos*. 3ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.
- NOGUEIRA, José Jorge Meschiatti. *Tabela Preço: Da Prova Documental e Precisa Elucidação do seu Anatocismo*. Servanda Ed., 2002.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
63	66	67	61

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa D somente no tipo/cor de prova amarelo.

Recursos deferidos conforme o gabarito comentado abaixo:

Alternativa A – ERRADA

O CAPM considera o prêmio de risco de mercado ($R_{eu} - R_{eR_m} - R_{fR_{eu} - R_e}$), ajustando o retorno esperado conforme a exposição do ativo ao risco sistemático por meio do beta. Ele não assume que todos os ativos possuem o mesmo nível de risco

Alternativa B – ERRADA

O CAPM considera a taxa livre de risco como um dos principais componentes do modelo. A decisão de investimento é baseada na diferença entre o retorno do ativo e a taxa livre de risco ajustada pelo beta do ativo.

Alternativa C – ERRADA

O modelo CAPM não é utilizado apenas por investidores individuais. Empresas e gestores de fundos o utilizam também.

Alternativa D – CORRETA

O CAPM estabelece uma relação direta entre o risco sistemático e o retorno esperado, permitindo que os investidores comparem diferentes ativos de risco tais como precificação de ações, cálculo do custo do capital e análise de opções de investimentos.

Fonte:

- ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças Corporativas e Valor*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
64	61	63	65

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa B está fundamentada em estudos amplamente reconhecidos na literatura de governança corporativa, que destacam que, em mercados emergentes com baixa proteção aos direitos dos acionistas minoritários, as empresas frequentemente adotam estratégias de retenção de caixa. Essa retenção ocorre como uma forma de mitigar os riscos associados à dificuldade de acesso a financiamento externo, dado o ambiente institucional desfavorável. Embora seja verdade que a retenção de caixa possa ser utilizada de forma oportunista por controladores, a alternativa B não afirma que a retenção elimina completamente os riscos de expropriação, mas sim que ela é uma estratégia para mitigar tais riscos e garantir recursos para novos investimentos.

A retenção de caixa, no contexto de mercados emergentes, pode ser entendida como uma estratégia para reduzir a dependência de fontes externas de financiamento, que poderiam expor a empresa a riscos adicionais, incluindo práticas oportunistas. Assim, a retenção de caixa não elimina o risco de expropriação, mas reduz a necessidade de recorrer a mecanismos externos que poderiam agravar a vulnerabilidade da empresa.

A alternativa B não confunde os sujeitos envolvidos (controladores, minoritários e a própria empresa), mas sim apresenta uma análise geral do comportamento das empresas em mercados com baixa proteção aos minoritários. A retenção de caixa é uma prática observada nesses contextos, mesmo que possa ser utilizada de forma oportunista em alguns casos.

A alternativa A apresenta uma visão simplista e imprecisa ao afirmar que a dispersão excessiva de capital reduz o risco de expropriação "independentemente da proteção jurídica oferecida pelo ambiente institucional". Essa afirmação desconsidera o papel crucial do ambiente institucional na proteção dos direitos dos acionistas minoritários, sendo, portanto, incorreta.

Diante do exposto, a banca examinadora decide manter o gabarito preliminar da questão como sendo a alternativa B, considerando que ela está tecnicamente correta e fundamentada na literatura especializada. A questão não apresenta ambiguidade ou inconsistência que comprometa sua validade.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
66	64	61	62

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Improcedente a alegação do candidato, conforme o gabarito e fontes bibliográficas utilizadas abaixo:

Alternativa A – INCORRETA

A informação assimétrica compromete a eficiência do mercado, pois os consumidores não possuem os mesmos meios de acesso à informação que os fornecedores. Isso pode levar a seleção de adversários e problemas de mercado, como no caso de contratos de seguro e venda de produtos com qualidade inferior. Por isso, há normas de transparência e regulação para equilibrar essa desigualdade informacional.

Alternativa B – INCORRETA

Embora os monopólios possam ser justificativos em setores de infraestrutura com altos custos fixos, a ausência de concorrência pode levar a preços abusivos e ineficiência produtiva. Para evitar isso, os governos criam agências reguladoras para definir tarifas justas e garantir a qualidade dos serviços essenciais.

Alternativa C – CORRETA

As externalidades negativas ocorrem quando o custo social de uma atividade não é incorporado ao preço de mercado. O exemplo clássico é a poluição industrial, quaisquer danos ambientais e à saúde não são pagos pelo produtor, mas pela sociedade. Para corrigir essa falha de mercado, o Estado pode importar impostos (Pigouvianos), criar subsídios ou estabelecer regulamentações que reduzam os impactos negativos.

Alternativa D – INCORRETA

As falhas de mercado não são corrigidas espontaneamente, pois envolvem distorções estruturais que impedem o ajuste eficiente da oferta e da demanda. A defesa do consumidor e a regulação são fundamentais para corrigir abusos, garantir a transparência e garantir preços justos, especialmente em conjunto

Fontes:

- MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia*. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
- KRUGMAN, Paulo; WELLS, Robin. *Microeconomia*. 3.ed. São Paulo: Elsevier, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
68	69	68	70

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cálculo encadeado de números-índices é $I_{t0} = I_{t1} * I_{t2}$, onde os termos com subíndice t0, t1 e t2 representam, respectivamente, o número-índice do último ano em relação ao ano-base inicial, o número-índice do primeiro período em relação ao ano-base inicial, e o número-índice do segundo período em relação ao ano-base intermediário. Substituindo os valores fornecidos tem-se:

$$I_{2023,2015} = I_{2020,2025} * I_{2023,2020} = 125 * \frac{112}{100} = 125 * 1,12 = 140.$$

Fontes:

- Webster, T.J. Economic Statistics and Econometrics. Springer, 2016.
- Custódio, S.G.; Antônio, S.D.; Caldeira, C.; Ferreira, T. Números Índices: Exposição teórica e exercícios. Edições Sílabo, setembro de 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
70	68	69	68

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O coeficiente de determinação do modelo é $R^2=450/530=0,849<87,5\%$, indicando que a alternativa A está incorreta. O valor-p da regressão é 0,005, que é menor que 0,05. Portanto, o modelo é estatisticamente significativo ao nível de 5% e a alternativa B está correta. Para um aumento de 10 milhões em investimento e 20 horas em capacitação, o valor previsto será de $0,4 \times 10 + 0,2 \times 20 = 4 + 4 = 8$. Portanto, a redução de perdas aumentará em 8 pontos percentuais e não em 8%, fazendo com que a alternativa C esteja incorreta. O coeficiente da variável que representa o investimento em infraestrutura (em milhões de reais) é 0,4, o que significa que, mantendo constante o tempo de capacitação das equipes, para cada milhão de reais investido, a redução de perdas aumenta 0,4 pontos percentuais. Assim, a alternativa D também está incorreta, pois apresenta a interpretação como aumento relativo de 0,4% e não de 0,4 pontos percentuais. Como a questão não pede para se identificar o item correto, mas sim o contrário, ela deve ser anulada, pois apresenta mais de um item incorreto.

Fonte:

- Morettin, Pedro A., e Bussab, Wilton O. Estatística básica. Saraiva Educação SA, 9ª Edição, 2017.

Cargo: Analista de Regulação - Especialista em Gás Canalizado

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	10	07	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A habilidade prevista concerne à capacidade de localizar, no percurso do texto, uma informação que, implicitamente, não é evidenciada na sua superfície. Como se vê, corresponde a uma habilidade bastante elementar; porém criteriosa. Assim, espera-se que o leitor seja capaz de reconhecer uma informação estabelecida entre várias outras expressas de forma clara e evidente no texto. São informações que se situam na sua superfície, ou seja, são explícitas no texto:

O menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos: “Fui embora, com o rosto corado de vergonha”; “De vergonha mesmo?”; e “Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha”.

A personagem, ao comprar o doce para o menino, sente-se envergonhada por estar ao lado de um menino sujo de rua: “Um pouco aturdida eu o olhava, ainda em dúvida se fora a mão da criança o que me ceifara os pensamentos”; “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino”; e “Eu não olhava a criança, queria que a cena humilhante para mim, terminasse logo”.

A personagem indaga a respeito da sinceridade e das motivações por trás dos atos caridosos e humanitários: “E as pessoas que tomavam sorvete?”; Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem?; e “O fato é que, quando atravessasse a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos”.

No entanto, de acordo com o enredo na narrativa, infere-se que, logo após deparar-se com a realidade das ruas, a personagem sente um peso na consciência por fazer parte de um grupo social que não se importa com o bem-estar do próximo ou que finge não enxergar os problemas precários daquele momento. Após sentir-se odiada por si mesma

e, ao mesmo tempo, caridosa, o ato leva a personagem a refletir sobre problemas vivenciados a partir de então. Dessa forma, tal informação em destaque é implícita, ou seja, subentendida.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	07	01	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A caridade é um tema que transcende religiões, culturas e sociedades, sendo um dos pilares fundamentais da convivência humana. O conceito de caridade não se limita apenas à doação de recursos financeiros, mas abrange um amplo espectro de ações voltadas para o amor ao próximo e a promoção do bem-estar coletivo. Em relação à crônica, o menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro: comprovação da opção de resposta B. Ressalta-se que o desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto: comprovação da opção de resposta A. Uma das reflexões da personagem põe em destaque, também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social, isto é, conferindo aqui uma própria crítica da caridade: comprovação da opção de resposta D. No entanto, “a caridade é um tipo de ação que “disfarça” a crueldade do sistema e o desperdício do que lhe é inerente – tecendo uma própria crítica da caridade, já que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, “usam a pobreza delas para fazer algo bom apenas para se sentirem melhor”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	04	04	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o contexto textual, a expressão “assim como” denota sentido de comparação; bem como; tal como; como; como também. As demais associações estão em conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	14	15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão argumentada, trata-se de uma questão gramatical, envolvendo a área da fonética e fonologia da língua inglesa. O recurso indaga sobre sotaque, variação linguística, regionalismo e variação cultural. Em questões gramaticais, não se analisa estes tipos de variações. A língua é uma só, a regra é a mesma, e a aplicação da gramática é, principalmente, na fonética, igual para qualquer país falante de inglês, região, cultura, sotaque (até mesmo para pessoas que possam apresentar qualquer tipo de dificuldade na pronúncia).

Portanto, os argumentos sobre a variação linguística britânica, americana ou outra, não se diz procedente em uma questão de gramática fonética de língua inglesa, ou qualquer outra língua.

Segue as simbologias fonéticas corretas, de cada alternativa, inclusive da palavra em questão de análise do texto, de acordo com a tabela do alfabeto fonético internacional da língua inglesa:

Wellbeing > ē (being é a palavra em análise para som da letra e)

Been > i

Bean > ē (bean é a única alternativa com a mesma simbologia fonética para o som da letra e)

Beauty > y

Behavior > ə

Também é alegado que, nas alternativas, não se destaca a letra a ser analisada, porém no enunciado, é destacado e explicado que o som a ser analisado é, claramente, o som da letra e. Não há por que haver destaque nas alternativas, sendo que o único som em análise é da referida vogal.

Fontes:

- https://easypronunciation.com/pt/american-english-pronunciation-ipa-chart#about_this_ipa_chart
- <https://mavink.com/post/305f1eeb2c7713462821111d0d3d70b87bam9f1a45/tabela-fonetica-de-ingles>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	13	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto a alternativa d, cita questions (perguntas, argumentações, questionamentos), o que não encontra-se no texto. O autor não faz questionamentos, não realiza perguntas e nem argumenta sobre o tema, ele cita e opina sobre alguns efeitos dos problemas ambientais. Portanto, a palavra “questions” coloca a opção de letra d como errada.

Já quanto a opção de letra c, esta opção não pode ser considerada certa, pois ela cita all (todos) os fatores que prejudicam o meio ambiente e, no texto, não estão transcritos todos os fatores e sim, alguns citados pelo autor. Para que a alternativa fosse a correta, todos os fatores existentes deveriam ser citados. Portanto, a palavra “all” anula e deixa esta alternativa errada.

A interpretação de textos (seja de qualquer área de estudo), é focada no conteúdo e na mensagem que o texto carrega e elucida. Colocar inferências próprias na interpretação, é desviar do real objetivo do texto, além de causar transformações na autoria do mesmo. Para interpretar deve-se analisar e encontrar a resposta no próprio texto. Portanto, a única resposta correta, que se encontra presente, dita e elucidada pelo texto, é a já gabaritada.

Fontes:

- <https://www.plataformacejurnorte.com.br/noticias/interpretacao-de-textos-introducao>
<https://cdn.novaconcursos.com.br/arquivos-digitais/apostilas/20677/33597/nv-002dz-23-portugues-bas-concursos-amostra.pdf>
- https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/question?q=questions#google_vignette

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	13	14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A poluição é iniciada nas áreas urbanas e é levada para outras áreas distantes (não urbanas), causando efeitos negativos no meio ambiente, em florestas, rios e afins.

Acid precipitation são produzidas longe da fonte de poluição, portanto longe das áreas urbanas. A opção de letra c diz que precipitação ácida é produzida nas áreas urbanas.

Portanto, é oposto ao correto presente no texto.

A pergunta é sobre o que os poluentes atmosféricos podem causar e/ou produzir. Com base nisso, a alternativa a não pode ser correta, pois ela fala de liberação de substâncias tóxicas – que já são os próprios poluentes – ficando redundante. A opção de letra c é oposta ao que o texto diz, pois, a precipitação ácida ocorre longe das áreas urbanas – as áreas urbanas que produzem os poluentes. A alternativa d tem o mesmo argumento que a opção de letra a.

Portanto, a única opção correta é a letra b, o que os poluentes atmosféricos produzem são “smogs” (combinação de fumaça e neblina), segundo o autor do texto em suas informações.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	20	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando os dados fornecidos, nota-se que temos um item que sempre estará presente nas amostras (cinto de segurança arrebitado). Sendo assim, devemos escolher 3 das amostras coletas e cada um deve ser distinto.

O número de maneiras distintas de escolher 3 itens entre 4 amostras é dado pela combinação:

$$C_{4,3} = \frac{4!}{3! \cdot (4-3)!}$$

$$C_{4,3} = 4$$

Com isso, há 4 formas de escolher 3 itens dentre as amostras.

Multiplicando pela quantidade de itens disponíveis: Agora, para cada uma dessas escolhas, precisamos considerar a quantidade de itens disponíveis de cada tipo.

- Se escolhermos poltronas com defeitos, temos 8 amostras disponíveis.
- Se escolhermos suportes de braços quebrados, temos 7 amostras disponíveis.
- Se escolhermos janelas estilhaçadas, temos 4 amostras disponíveis.
- Se escolhermos apoios para as pernas rompidos, temos 5 amostras disponíveis.

Então, para cada uma das 4 combinações, a quantidade total de maneiras de escolher as amostras será o produto das quantidades de itens disponíveis para os itens escolhidos. Vamos calcular isso para cada uma das 4 combinações possíveis das amostras:

Combinação 1: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 4 = 224$

Combinação 2: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 5 = 280$

Combinação 3: poltronas com defeitos, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 4 \cdot 5 = 160$

Combinação 4: suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $7 \cdot 4 \cdot 5 = 140$

Descobrimos todas as possibilidades, agora vamos somar os resultados para descobrirmos o total de quartetos possíveis.

$$224 + 280 + 160 + 140 = 804$$

A escolha de qual dos “10 cintos” entra em cada quarteto faz parte da combinação de itens, ou seja, 804 já representa todos os quartetos possíveis com um cinto e 3 outros tipos.

Fontes:

- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Heitor. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 7: Combinatória e Probabilidade. Editora Atual, 2013.
- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 3. Editora Ática, 2005.
- PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. Editora Moderna, 2004.
- OSS, Sheldon M. Introdução à Probabilidade e Estatística. Editora Pearson, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	23	22

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

Como Ana deve estar no comitê, 1 vaga deve ser fixada para ela. Sobram, portanto, 5 vagas no comitê e 18 especialistas disponíveis para ocupá-las (já foram excluídos Carlos e Ana do raciocínio: $20 - 2 = 18$). Assim, há um total de $C_{18}^5 = 11628$ maneiras distintas de formar essa comissão com as condições solicitadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	29	27	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Meio Ambiente: Proteção ambiental, princípios do direito ambiental, política e sistema nacional de meio ambiente.

A alternativa “C” está errada pois a Constituição Federal estabelece a competência concorrente entre União, Estados e Municípios para legislar sobre meio ambiente. Os Estados podem criar normas ambientais, desde que respeitem as diretrizes gerais federais, nos termos do Art. 24, VI e §1º, da Constituição Federal.

Já a assertiva “B” está errada tendo em vista que nos termos da Constituição Federal (Art. 24, VIII, 225 da Constituição Federal), compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Além disso, o STF no Tema 145, fixou a tese de que o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da Constituição Federal).

No que diz respeito à assertiva “A”, a mesma está errada uma vez que o STF firmou a tese de que é imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental no Tema 999 do STF.

A assertiva “D” é a correta tendo em vista a tese fixada pelo STJ no Tema 1204 firmada no sentido de que as obrigações ambientais possuem natureza 'propter rem', sendo possível exigi-las, à escolha do credor, do proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente.

Além disso, o art. 225, § 3º da Constituição Federal dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	28	26	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Servidores públicos: princípios constitucionais.

A assertiva que afirma que João, por ser servidor estável, não poderia ser exonerado sem processo administrativo disciplinar, pois sua permanência no cargo é garantida em qualquer circunstância, está errada pois, nos termos do Art. 41, § 1º, da Constituição Federal, embora servidores estáveis tenham garantias contra exoneração arbitrária, é possível a perda do cargo por insuficiência de desempenho, decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, desde que respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A afirmação de que Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública está correta estando em consonância com o Enunciado 651 da Súmula de jurisprudências do STJ, compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função

pública.

No que diz respeito a assertiva que menciona que A Constituição Federal permite o acúmulo de dois cargos públicos, independentemente da área de atuação, desde que não haja prejuízo à administração pública, ela está errada em virtude de o acúmulo de cargos públicos só é permitido em situações específicas, como dois cargos de professor, um de professor e outro técnico ou científico, ou dois cargos na área da saúde (Art. 37, XVI, da Constituição Federal).

No que tange a assertiva de que O servidor público estável pode perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo disciplinar que assegure ampla defesa, mas não por insuficiência de desempenho, é considerada errada em virtude de a perda do cargo de servidor estável pode ocorrer por insuficiência de desempenho, desde que haja previsão legal e garantia de contraditório e ampla defesa, conforme Art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal e STF, ADI 5437/SP.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
33	31	34	32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais se limitam a argumentar que o gabarito apontado como correto para a questão carece de clareza, ensejando sua anulação. Não são trazidos quaisquer outros elementos, sejam doutrinários ou jurisprudenciais, para embasar o alegado.

Tais argumentos não prosperam. É cediço na seara do Direito Administrativo que a legislação tem atribuído nomenclaturas próprias a determinadas autarquias, tendo em vista as suas características especiais. Nesse sentido, a questão guerreada exige o conhecimento sobre agências reguladoras, prevista em diversas leis específicas e utilizada para designar as autarquias que possuem a incumbência de regular o desempenho de certas atividades econômicas ou a prestação de serviços públicos (ex.: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei 9.427/1996, ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, instituída pela Lei 9.472/1997, ANP – Agência Nacional do Petróleo, instituída pela Lei 9.478/1997).

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. – 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	32	33	31

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Prosperam as razões recursais ao afirmarem que a terceira afirmativa é falsa. Assim, o julgamento correto das assertivas deveria ser F / F / F. Desse modo, os recursos são procedentes e a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	44	44	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “AGÊNCIAS REGULADORAS: 5. Abordagens econômicas: teoria econômica da regulação, teoria da captura, teoria do agente principal.”

A questão foi pensada e desenhada para julgar 3 afirmativas. Desta feita, após o julgamento das afirmativas, o comando da questão solicita marcar a alternativa que apresenta o correto julgamento das afirmativas. Dessa forma, não há como ter mais de uma resposta que atenda ao comando da questão. Outrossim, não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser

consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado. Todas as afirmativas a serem consideradas estão corretas. (Vide transcrições a seguir):

(...), observou-se a teoria da captura diante da interferência política, pessoal e econômica que atinge os usuários-consumidores, acabando por impedir decisões de cunho técnico e partindo para interesses próprios. Importante frisar que o fenômeno da captura é originário dos Estados Unidos da América, sendo desenvolvida a partir dos estudos de George Stigler (*The Theory of Economic Regulation*) em 1971, considerado o marco dessas discussões, ora pertencentes à Escola de Economia de Chicago. Assim, por definição, a teoria da captura, ocorre quando interesses privados, ainda que não preponderem no início, acabam por ultrapassar os motivos do interesse público, visto que as agências reguladoras acabam por se curvar à influência dominante dos regulados ou serem capturadas pelos seus interesses (Salomão Filho, 2001). (Fonte: BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições.)

4.1) Teoria da Agência

A teoria do agente-principal vem sendo desenvolvida na tentativa de introduzir a questão dos incentivos. Na visão de HART (1995) apesar dela ser mais rica e mais realista em relação às firmas do que a teoria neoclássica, ela deixa de esclarecer o ponto básico dos determinantes dos limites da firma. Esta abordagem está relacionada com as questões relativas tanto à assimetria de informações quanto àquelas relacionadas aos direitos de propriedade, uma vez que estes últimos possuem efeitos em termos de incentivos. Esta vertente da teoria dos contratos se interessa pelo relacionamento entre dois atores econômicos (um é o principal e o outro é o agente), no qual o agente dispõe de um conjunto de possíveis comportamentos a adotar, suas ações afetam o bem-estar entre as partes e dificilmente são observáveis pelo principal. Este tipo de relação coloca em tela o problema de assimetria de informações entre o agente e o principal. A análise consiste, então, em como um ator econômico (principal) estabelece um sistema de compensação (contrato) que motive o outro ator (agente) a agir de acordo com o interesse do primeiro. O grande ponto colocado por esta vertente da teoria dos contratos é que é difícil monitorar o esforço dos atores econômicos envolvidos em uma transação. Daí deriva-se uma grande dificuldade na elaboração dos contratos. Por esta razão são incluídos esquemas de incentivos baseados na performance observada. Na elaboração de um esquema de incentivos as partes envolvidas enfrentam o trade off entre incentivos ótimos e repartição de riscos ótima. Mesmo admitindo a vigência de um contrato entre as partes (como por exemplo, um contrato de concessão), a relação e o cumprimento dos dispositivos contratuais se enquadram num contexto de informação assimétrica, pois o principal dispõe de um conjunto imperfeito de informações sobre o agente. Se essas informações são referentes à estrutura de custos do agente (empresa regulada), é de se esperar que o principal (regulador) tenha uma base de conhecimento que depende da confiabilidade das informações prestadas pelo agente. Neste ponto reside o problema da captura do regulador por parte

Em questão de Teoria de Regulação Econômica, o primeiro grande conceito a ser lembrado é o de eficiência econômica, seja sob a forma produtiva, distributiva ou alocativa. O primeiro traduz-se na utilização da tecnologia e da planta produtiva instalada com o máximo de rendimento e mínimo custo; o segundo consiste na capacidade de eliminação de rendas monopolísticas e/ou outros ganhos temporários de agentes econômicos individuais através da concorrência;

A eficiência sob a forma alocativa, o mais importante do ponto de vista da Teoria da Regulação nos diz que um resultado econômico é mais eficiente do que outro se ele é superior de Pareto¹, o que geralmente ocorre quando há a realização de um maior número de transações e, portanto, maior renda é gerada. Há controversas na doutrina e jurisprudência a respeito do conceito de Teoria da Regulação, parte por ser um fenômeno recente no Brasil. Entende-se que a regulação jurídica é um fenômeno jurídico que autoriza determinados órgãos técnicos (agências reguladoras e outros similares) a normatizar e controlar determinada atividade de cunho técnico, fora do Poder Legislativo. Desta forma, fixamos como conceito operacional: é uma intervenção estatal em setores estratégicos da atividade econômica ou de serviços públicos, que visa normatizar, controlar e fiscalizar tendo em vista ao planejamento governamental para induzir comportamentos e restringir a liberdade dos agentes econômicos nos seus objetivos e instrumentos operacionais.

Fontes:

- BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições. In: Alimentação em jogo: o lobby na regulação da

publicidade no Brasil [online]. Santo André: Editora UFABC, 2021, pp. 49-66.

- ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E PROBLEMAS REGULATÓRIOS. Helder Q. Pinto Jr. e Melissa Cristina Pinto Pires. Fevereiro/2000. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/notas-e-estudos-tecnicos/notas-tecnicas/arquivos/2000/nota-tecnica-9-2000.pdf>.
- DE LIRA, Marília Gabriela de Amp de. Teoria da Captura no Brasil. Revista Eletrônica da Estácio Recife, Recife, v. 1, n. 1, p.1-10, 2015. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/issue/view/6/showToc>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
46	43	47	41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: Autonomia administrativa e poder normativo.”

Está incorreta apenas a afirmativa: “Vícios de motivo, de objeto e de finalidade são convalidados automaticamente pelas entidades reguladas.”

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado. Observa-se que vícios insanáveis tornam os atos administrativos não convalidáveis. São vícios insanáveis: vícios de motivo, de objeto e de finalidade. O vício de motivo do ato administrativo diz respeito não só a sua ausência, mas também na sua insuficiência, ininteligibilidade ou incongruência, quando tais defeitos impeçam que haja uma verdadeira e efetiva justificação do ato. O vício de objeto ocorre quando o objeto for proibido por lei ou com conteúdo não previsto em lei. O vício de finalidade gera o desvio de finalidade, que é uma modalidade de abuso de poder. O ato deve respeitar a forma exigida para a sua prática. É a materialização, ou seja, como o ato se apresenta no mundo real. Entidade regulada: pessoa física, jurídica ou consórcio de empresas ao qual foi delegada a prestação de serviço público mediante concessão ou permissão, submetidas à competência regulatória da ARCE por disposição do poder concedente. Observa-se que as entidades reguladas estão sob o julgo das agências reguladoras. Dessa forma, não faz sentido que elas possam convalidar atos administrativos da entidade que as regula. Outrossim, atos viciados (eivados de ilegalidade) não podem ser convalidados.

Vide Transcrições a seguir:

2.1. O que a prática revela sobre a autonomia decisória das agências reguladoras brasileiras

A regulação sempre foi exercida pela administração pública brasileira, mesmo sem a figura de uma agência reguladora tal como a conhecemos no Brasil a partir do final da década de 1990, sob a estrutura de uma autarquia em regime especial.

[...]

Nesse debate, um dos principais, senão o principal requisito que caracteriza as agências reguladoras, é a autonomia decisória dessas entidades da administração pública indireta. Não se discute que as agências, para que possam atingir seus objetivos, devam tomar suas decisões conforme suas próprias motivações técnicas. Isso significa, na prática, garantir que essas estruturas administrativas decidam conforme seu melhor julgamento técnico, com respaldo em procedimentos que as legitimam, e em última instância sobre as matérias que a lei lhes reserva.

1 - A insuficiência da análise formal das regras de autonomia regulatória

Desde a criação das primeiras agências federais, muito se tem debatido e estudado sobre quais seriam as regras de governança que garantiriam a autonomia decisória das agências. Pelo menos 3 requisitos são indiscutíveis: (i) os cargos de dirigentes são por mandatos fixos, intercalados entre si e não coincidentes com o do chefe do Poder Executivo; (ii) o processo de indicação de dirigentes é compartilhado entre o chefe do Poder Executivo e o Poder Legislativo; e (iii) a ausência de recurso hierárquico ao chefe do Poder Executivo em face das decisões de competência definidas por lei como sendo da agência.

Fonte:

- Boas Práticas Regulatórias - Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira – Qualireg.

(Livro Eletrônico). Coletânea de experiências e pesquisas aplicadas em regulação sobre construção de capacidade institucional das entidades reguladoras no Brasil. Controladoria Geral da união. Brasília-2024. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/78223/1/Livro_Boas_Praticas_Regulatorias.pdf. Consulta efetuada em 27.01.2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	42	46	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 1 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos;”

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado.. Está incorreto o que se afirma apenas em: “A intervenção estatal regulatória é pautada pela imposição de objetivos e comportamentos previamente determinados pela autoridade pública. Na moderna regulação, o Estado exerce seu papel de forma impositiva, arbitrando interesses e tutelando hipossuficiências.” (Vide transcrições a seguir)

1.4 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos

As transformações ocorridas nos últimos anos (de forma acentuada no Brasil, mas igualmente em vários países do continente europeu que guardam muita semelhança com nossa tradição de intervenção estatal e de estrutura jurídica) apontam para uma redução da intervenção direta e do incremento de uma nova forma de intervenção, substancialmente distinta daquela acima divisada. Tem lugar entre nós o fortalecimento do papel regulador do Estados em detrimento do papel do Estado produtor de bens e serviços.

[...]

A atividade estatal de regulação não deixa de ser uma forma de intervenção estatal na economia. Porém, uma forma de intervenção que nos seus pressupostos, objetivos e instrumentos difere substancialmente da intervenção direta no domínio econômico.

Difere nos seus pressupostos porque a intervenção regulatória é muito mais pautada pelo caráter de mediação do que pela imposição de objetivos e comportamentos ditados pela autoridade.

É próprio dessa concepção de regulação a permeabilidade do ente regulador aos interesses dos regulados, sejam operadores econômicos, sejam usuários, sejam mesmo os próprios interesses estatais enredados no setor regulado.

[...]

Portanto, o caráter de imposição da vontade da autoridade estatal (que impõe o interesse público selecionado pelo governante) dá lugar, na moderna regulação, à noção de mediação de interesses, no qual o Estado exerce sua autoridade não de forma impositiva, mas arbitrando interesses e tutelando hipossuficiências.

Difere dos seus objetivos porque, contrariamente ao que ocorre na intervenção estatal direta, os objetivos se deslocam dos interesses do Estado-Nação e passam a se identificar mais com os interesses da sociedade (tanto os interesses dos cidadãos - consumidores efetivos ou potenciais de bens econômicos - quanto os interesses subjacentes às relações econômicas).

A intervenção estatal direta se justifica pela incompatibilidade suposta entre interesses públicos e a atuação privada. Já a moderna regulação estatal procura atuar no sentido de compor e articular os interesses públicos com os interesses dos particulares, partindo do pressuposto de que a atuação privada em setores sujeitos à regulação não só é aceitável como é essencial para atingir o interesse público. Antes, objetiva suprimir espaços da atuação privada, procura condicionar, amoldar, incentivar e coordenar (em uma palavra, regular) a atuação dos particulares.

Por fim, difere nos instrumentos porque a regulação vai demandar a construção de mecanismos de intervenção estatal que permitam efetivar essa nova forma de relacionamento com os agentes econômicos. Os espaços de exercício da regulação deverão ser aptos ao exercício da mediação e da interlocução com os agentes envolvidos no setor regulado. De outro lado, o manejo das competências regulatórias passa a seguir regras e procedimentos aptos a impedir que a atividade regulatória seja capturada por interesses privados ou que seja cerceada pelos interesses das forças políticas.

Fonte:

- MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo As Agências Reguladoras Independentes e seu Enquadramento

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	62	64	62

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa indicada como correta é redigida de forma a considerar a coletividade dos fatores críticos para a seleção de materiais e indica que o conflito de fatores críticos é o que torna essa escolha tão complexa. De acordo com Ribeiro “A seleção adequada é um problema difícil porque, na maioria dos casos, os fatores determinantes podem ser conflitantes entre si. Caso típico é corrosão versus custo.” Essa é a mesma compreensão de Telles, que exemplifica o argumento dizendo que “o material de melhor resistência à corrosão poderá ser muito caro e de difícil obtenção, e vice-versa.”

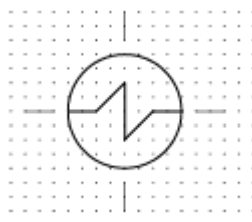
Fontes:

- RIBEIRO, Antonio Clélio. Aula 1: Tubos e Tubulações – Definições. Curso de Tubulações Industriais. Lorena: Faculdade de Engenharia Química de Lorena.
Disponível em: <http://ftp.demec.ufpr.br/disciplinas/TM141/Conte%FAdos/aula01.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025.
- TELLES, Pedro C. Silva. *Tubulações Industriais – Materiais, Projeto, Montagem*. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. p. 92.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	63	53	58

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A norma ISO 10628-2-2012 define símbolos gráficos para a preparação de diagramas para a indústria química e petroquímica. É um padrão para aplicação coletiva da série ISO 14617. Nela, é indicado a estrutura do símbolo gráfico para objetos do grupo classificado como 3 - trocadores de calor.



Um P&ID (Piping and Instrumentation Diagram) é um diagrama que exibe os componentes da tubulação (por exemplo, equipamentos, válvulas, redutores e assim por diante) de um fluxo de processamento físico real e geralmente é usado em projetos de engenharia, como na montagem de caldeiras a vapor, permutadores de calor, caldeiras elétricas e mais. Em uma série de referências, é possível verificar que o símbolo utilizado para indicar um elemento aquecedor no P&ID é o seguinte:



Uma vez que o comando da questão solicita a identificação do ícone que representa um aquecedor e não em qual ponto do diagrama do sistema representado no esquema ocorre aquecimento de fluido, os recursos se apresentam improcedentes.

Fontes:

- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. *ISO 10628-2:2012 – Diagrams for the chemical and petrochemical industry – Part 2: Graphical symbols*. Genebra: ISO, 2012.
- ENGGCYCLOPEDIA. Heat Exchanger P&ID Symbols. 14 fev. 2011. Disponível em: <https://enggcyclopedia.com/2011/02/heat-exchanger-pid-symbols/>. Acesso em: 27 maio 2025.
- SUCHDEO, Alkesh. P&ID Heat Exchanger Symbols & Their Applications. RishabhEngineering, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.rishabheng.com/blog/heat-exchanger-p-and-id-symbols/>. Acesso em: 27 maio 2025.
- KIMRAY. *How to Read an Oil & Gas P&ID – Reference Guide*. Oklahoma City: Kimray, [s.d.]. Disponível em: <https://kimray.com/sites/default/files/uploads/training-demos/Kimray%20How%20to%20Read%20an%20Oil%20%26%20Gas%20P%26ID%20Reference%20Guide.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025. p. 12.
- EDRAWSOFT. Standard P&ID Symbols Legend. [S.l.]: EdrawSoft, [s.d.]. Disponível em: <https://www.edrawsoft.com/pid/images/pid-legend.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	52	58	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Antes do comissionamento de uma tubulação (ou seja, antes de colocá-la em operação), as atividades indispensáveis incluem, de acordo com a norma N-115 da Petrobras: verificações finais, limpeza dos sistemas, secagem e teste de estanqueidade pós teste de pressão. Dito isso, as medidas indispensáveis para o comissionamento de uma tubulação são indicadas a seguir:

Testes hidrostáticos ou pneumáticos (alternativa A): essenciais para verificar a integridade e a estanqueidade da tubulação sob pressão.

Remoção de resíduos e purga (alternativa B): importantes para eliminar detritos, soldas, óxidos e contaminantes que possam comprometer a operação ou qualidade do fluido.

Inspeção visual e documental (alternativa C): garante que a instalação foi feita conforme os projetos e normas técnicas aplicáveis, assegurando a rastreabilidade e segurança.

Já a aplicação de revestimentos (alternativa D), embora possa ser uma etapa importante durante a fabricação ou instalação, não é uma exigência imediata antes do comissionamento em todos os casos. Essa medida é aplicada conforme o projeto e o tipo de fluido, mas não é universalmente indispensável nesse momento do processo.

A aplicação de revestimentos internos ou externos é, de fato, uma prática comum em projetos de engenharia para proteção contra corrosão, abrasão ou interação química com o fluido. No entanto, essa atividade normalmente ocorre durante a fabricação ou montagem da tubulação, e não é um requisito obrigatório de comissionamento, a menos que esteja prevista especificamente no projeto.

Fonte:

- PETROBRAS. *N-115: Fabricação e Montagem de Tubulações Metálicas*. Rio de Janeiro, 2016. p. 67. Disponível em: <https://canalifornecedor.petrobras.com.br/regras-de-contratacao/catalogo-de-padronizacao/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
62	65	56	54

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A norma ASME B31.3 – ProcessPiping, que é amplamente utilizada internacionalmente para projetos e testes em tubulações industriais, estabelece que a pressão de teste hidrostático deve ser baseada na *pressão de projeto* (design pressure), e não na pressão de operação (operatingpressure). Contudo, A NR-13, norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), explicitamente estabelece que o teste hidrostático pode ser realizado com 1,5 vezes a pressão de operação, especialmente no contexto de vasos, caldeiras e tubulações em operação:

“O teste hidrostático deve ser feito com uma pressão de teste correspondente a 1,5 vezes a pressão de operação.”

— BRASIL. Ministério do Trabalho. NR-13 – Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho>

Portanto, a alternativa B está de acordo com a legislação nacional vigente, amplamente aplicada na indústria brasileira. E ainda que a norma ASME B31.3 mencione o uso da pressão de projeto como base, é prática comum em instalações industriais que a pressão de operação já contenha a margem de segurança exigida, e que o teste seja realizado com base em 1,5 vezes essa pressão. Essa prática é validada por documentos técnicos e manuais de empresas como Petrobras e Shell, que afirmam:

“Na ausência de especificação clara da pressão de projeto, adota-se como prática aplicar 1,5 vezes a pressão de operação nominal do sistema.” — Manual Técnico de Integridade de Dutos – Petrobras, 2020.

Dessa forma, a alternativa indicada como correta no gabarito é válida e tecnicamente justificável, dentro do escopo da NR-13 e da prática industrial brasileira. A simples substituição do termo “pressão de projeto” por “pressão de operação” não torna a alternativa incorreta,

FONTE:

- TELLES, Pedro C. Silva. *Tubulações Industriais – Materiais, Projeto, Montagem*. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. p. 220.
- ASME. *ASME B31.3: ProcessPiping*. New York: American Society of Mechanical Engineers, 2020. Seção 345.4.2 – Hydrostatic Leak Test Pressure.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR-13: Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento. Brasília, DF: MTE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho>. Acesso em: 27 maio 2025.
- PETROBRAS. Manual técnico de integridade de dutos. Rio de Janeiro: Petrobras, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
64	57	51	52

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão apresenta o que o recurso trata por “mecanismos de danos” como “sinais [que] podem indicar a possível redução da espessura da parede dos tubos” e considera isso como o problema para o qual o comando solicita uma combinação de métodos para sua verificação. Assim sendo, as seguintes alternativas de resposta são incorretas pois:

Ensaio radiográficos e termografia infravermelha: A radiografia é útil para detecção de trincas internas e descontinuidades, mas não mede com precisão a espessura da parede. Já a termografia detecta variações de temperatura, não perda de espessura.

Inspecção visual e medição dos deslocamentos nos suportes de mola: São métodos complementares e qualitativos, mas não fornecem dados precisos sobre a espessura da tubulação.

Aplicação de líquidos penetrantes e análise química do fluido transportado: Os líquidos penetrantes servem para trincas superficiais em materiais não porosos. Já a análise química do fluido é útil para investigar causas de corrosão, mas não avalia diretamente a espessura da parede.

Por sua vez, a alternativa correta apresenta como combinação de métodos para verificação do problema da redução

de espessura da parede de tubos ultrassom e emissão acústica, pois o ultrassom é um dos principais métodos para medição da espessura da parede da tubulação, enquanto a emissão acústica é eficaz para detectar fissuras e processos corrosivos em andamento.

Fontes:

- HELLIER, Charles. *Handbook of Nondestructive Evaluation*. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 2012. p.7.108.
- COZACIUC, Ivan; SILVA, Luís Rodrigues da; TOGNI, Marcos Antonio. Ensaio de materiais. Disponível em: <https://bmalbert.yolasite.com/resources/Apostila%20Ensaio%20de%20Materiais.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
65	53	59	51

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa D.

De acordo com os dados do problema, considerando que após cinco anos da instalação da tubulação, a diferença entre a espessura inicial e a medida é de $8,0 \text{ mm} - 7,4 \text{ mm} = 0,6 \text{ mm}$, pode-se calcular a taxa média de corrosão da tubulação.
 $0,6 \text{ mm} / 5 \text{ anos} = 0,12 \text{ mm} / \text{ano}$

Para atingir a espessura mínima, a tubulação deverá apresentar uma diferença entre a espessura atual e a mínima de $7,4 \text{ mm} - 5,0 \text{ mm} = 2,4 \text{ mm}$.

O tempo para se atingir a espessura de $5,0 \text{ mm}$, dada a taxa de corrosão de $0,12 \text{ mm} / \text{ano}$, será calculado por $2,4 \text{ mm} / (0,12 \text{ mm} / \text{ano}) = 20 \text{ anos}$.

Desta forma, a alternativa que apresenta como resposta para a questão o tempo de 20 anos (alternativa D) é a correta. Sendo assim, a alteração do gabarito preliminar se faz procedente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
68	70	69	67

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa D, indicada como correta, está de acordo com a definição vigente de distribuição de gás natural conforme expressamente prevista na Lei nº 9.478/1997, que permanece em vigor e delimita a atividade de distribuição como aquela que envolve o transporte local por redes de gás canalizado, a comercialização e a entrega ao consumidor final, dentro de uma área geográfica específica. Embora a Lei nº 14.134/2021 tenha estabelecido distinções mais detalhadas entre transporte e distribuição, a questão se baseia na legislação anterior, que ainda está em vigor. A redação da alternativa utiliza a expressão “transporte através de dutos” no contexto da distribuição local, e não do transporte de longa distância – este sim regulado por outro regime jurídico. Assim, ao mencionar a venda a consumidores finais e a comercialização regional, a alternativa descreve com precisão as etapas típicas da atividade de distribuição, tal como definida pela legislação vigente. Não há, portanto, qualquer erro técnico ou conceitual na alternativa assinalada como correta, tampouco afronta à repartição constitucional de competências, sendo improcedente o pedido de anulação. Mantendo-se o gabarito oficial letra D.

Fonte:

- Brasil. Constituição Federal de 1988. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 fev. 2025.
- Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	10	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tecer um bom texto é uma tarefa que requer competência por parte de quem a pratica, pois a construção textual não pode ser vista como um emaranhado de frases soltas e ideias desconexas. Pelo contrário, elas devem estar organizadas e justapostas entre si, denotando clareza de sentido em relação à mensagem que se deseja transmitir. O tema é algo mais abrangente e consiste no assunto que deve ser explorado ao longo do texto. Já o título é algo mais sintético, é como se fosse afunilando o assunto que será posteriormente discutido. O importante é sabermos que: do tema é que se extrai o título, haja vista que o tema é um elemento-base, fonte norteadora para os demais passos. Existem certos temas que não revelam uma nítida objetividade, como o exposto anteriormente. É o caso de fragmentos literários, trechos musicais, frases de efeito, entre outros. Nesse caso, exige-se mais do leitor quanto à questão da interpretação, para daí chegar à ideia central. Conclui-se, portanto, que tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. Justifica-se, portanto, que o tema do texto em questão é: “a hipocrisia da sociedade e a complexidade da natureza humana”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	10	07	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A habilidade prevista concerne à capacidade de localizar, no percurso do texto, uma informação que, implicitamente, não é evidenciada na sua superfície. Como se vê, corresponde a uma habilidade bastante elementar; porém criteriosa. Assim, espera-se que o leitor seja capaz de reconhecer uma informação estabelecida entre várias outras expressas de forma clara e evidente no texto. São informações que se situam na sua superfície, ou seja, são explícitas no texto:

O menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos: “Fui embora, com o rosto corado de vergonha”; “De vergonha mesmo?”; e “Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha”.

A personagem, ao comprar o doce para o menino, sente-se envergonhada por estar ao lado de um menino sujo de rua: “Um pouco aturdida eu o olhava, ainda em dúvida se fora a mão da criança o que me ceifara os pensamentos”; “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino”; e “Eu não olhava a criança, queria que a cena humilhante para mim, terminasse logo”.

A personagem indaga a respeito da sinceridade e das motivações por trás dos atos caridosos e humanitários: “E as pessoas que tomavam sorvete?”; Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem?; e “O fato é que, quando atravessasse a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos”.

No entanto, de acordo com o enredo na narrativa, infere-se que, logo após deparar-se com a realidade das ruas, a personagem sente um peso na consciência por fazer parte de um grupo social que não se importa com o bem-estar do próximo ou que finge não enxergar os problemas precários daquele momento. Após sentir-se odiada por si mesma e, ao mesmo tempo, caridosa, o ato leva a personagem a refletir sobre problemas vivenciados a partir de então. Dessa forma, tal informação em destaque é implícita, ou seja, subentendida.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	07	01	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A caridade é um tema que transcende religiões, culturas e sociedades, sendo um dos pilares fundamentais da convivência humana. O conceito de caridade não se limita apenas à doação de recursos financeiros, mas abrange um amplo espectro de ações voltadas para o amor ao próximo e a promoção do bem-estar coletivo. Em relação à crônica, o menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro: comprovação da opção de resposta B. Ressalta-se que o desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto: comprovação da opção de resposta A. Uma das reflexões da personagem põe em destaque, também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social, isto é, conferindo aqui uma própria crítica da caridade: comprovação da opção de resposta D. No entanto, “a caridade é um tipo de ação que “disfarça” a crueldade do sistema e o desperdício do que lhe é inerente – tecendo uma própria crítica da caridade, já que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, “usam a pobreza delas para fazer algo bom apenas para se sentirem melhor”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	08	12	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto. O menino proporcionou à personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro. Observe: “E as pessoas que tomavam sorvete? Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem? O fato é que, quando atravessasse a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos. E, agora, sozinha, meus pensamentos voltavam lentamente a ser os anteriores, só que inúteis” (13º§). Observe, ainda, que: “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino” (4º§). Conclui-se, portanto, que há um sentimento de “desaprovação”, tendo em vista que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, usam a pobreza delas para fazer algo “bom” apenas para se sentirem melhor.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	09	08	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “susceptibilidade”, de acordo com o contexto em que se encontra empregada, significa: predisposição para reagir a influências externas; idiosincrasia; predisposição; inclinação. “Insipiência” significa: ignorância. As demais associações estabelecidas estão corretas e adequadas, a saber: aturdida (espantada, surpreendida); hesitou (desconfiou, duvidou); e perplexa (admirada, estarrecida).

Fontes:

- O próprio texto.
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
06	12	09	07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sentido figurado é um modo de usar palavras ou expressões que amplia ou altera o seu significado literal. É também chamado de sentido conotativo. Sentido figurado é o que as palavras ou expressões adquirem em situações particulares de uso. A palavra tem valor conotativo quando seu significado é ampliado ou alterado no contexto em que é empregada, sugerindo ideias que vão além de seu sentido mais usual. Observe: “Foi quando meu vestido me reteve: [...]”; “Seus olhos, mais do que suas palavras meio engolidas, [...]”; e “Mesmo os doces estavam tão acima do menino escuro”. Nessas acepções, é possível inferir que o vestido da personagem não a “agarrou”, “prende”; nesse caso foi a mão de um menino de rua. No segundo caso, “palavras engolidas” evidenciam “olhar avidamente”. E, por fim, “doces tão acima do menino” indica uma situação de maior importância ou uma posição superior. No entanto, a declaração “– Um doce, moça, compre um doce para mim” está no sentido literal. É o sentido básico e usual de uma palavra, que pode ser compreendido sem ajuda do contexto.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	02	11	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como já evidenciado anteriormente, o desfecho do texto retrata uma própria crítica da caridade. As pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, usam a pobreza delas para fazer algo “bom” apenas para se sentirem melhor. Um tipo de ação que disfarça a crueldade do sistema e a exploração que lhe é intrínseca. Uma das reflexões da personagem põe em destaque também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	06	05	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única informação correta apresentada para análise é: O sujeito da oração “Recebeu um doce em cada mão, [...]”, pode ser identificado pelo contexto, pois trata-se de sujeito oculto. As demais afirmações possuem erros graves, a saber:

- No trecho “Acordei finalmente”, o sujeito paciente é percebido através da forma verbal apresentada: o sujeito da oração é oculto.
- Em “[...] o sol parecia brilhar com mais força.” (11º§), o termo “mais” intensifica a ação verbal: na verdade o termo “força” que recebe tal intensificação.
- No excerto “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, [...]” (4º§), a expressão “talvez” denota “convicção”: a palavra “talvez” indica “incerteza”, “dúvida”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	01	06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Caridades odiosas” é uma expressão que não tem sentido, pois a caridade é uma virtude que consiste em ajudar o próximo sem esperar nada em troca. São caridades feitas sem ser de coração, feitas sem vontade ou por obrigação. As demais opções de respostas são ideias secundárias ou acessórias abordadas ao longo do texto.

Conteúdo Programático: Compreensão e interpretação de textos.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	04	04	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o contexto textual, a expressão “assim como” denota sentido de comparação; bem como; tal como; como; como também. As demais associações estão em conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	14	15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão argumentada, trata-se de uma questão gramatical, envolvendo a área da fonética e fonologia da língua inglesa. O recurso indaga sobre sotaque, variação linguística, regionalismo e variação cultural. Em questões gramaticais, não se analisa estes tipos de variações. A língua é uma só, a regra é a mesma, e a aplicação da gramática é, principalmente, na fonética, igual para qualquer país falante de inglês, região, cultura, sotaque (até mesmo para pessoas que possam apresentar qualquer tipo de dificuldade na pronúncia).

Portanto, os argumentos sobre a variação linguística britânica, americana ou outra, não se diz procedente em uma questão de gramática fonética de língua inglesa, ou qualquer outra língua.

Segue as simbologias fonéticas corretas, de cada alternativa, inclusive da palavra em questão de análise do texto, de acordo com a tabela do alfabeto fonético internacional da língua inglesa:

Wellbeing > ɛ (being é a palavra em análise para som da letra e)

Been > i

Bean > ɛ (bean é a única alternativa com a mesma simbologia fonética para o som da letra e)

Beauty > y

Behavior > ə

Também é alegado que, nas alternativas, não se destaca a letra a ser analisada, porém no enunciado, é destacado e explicado que o som a ser analisado é, claramente, o som da letra e. Não há por que haver destaque nas alternativas, sendo que o único som em análise é da referida vogal.

Fontes:

- https://easypronunciation.com/pt/american-english-pronunciation-ipa-chart#about_this_ipa_chart
- <https://mavink.com/post/305f1eeb2c7713462821111d0d3d70b87bam9f1a45/tabela-fonetica-de-ingles>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	13	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto a alternativa d, cita questions (perguntas, argumentações, questionamentos), o que não encontra-se no texto. O autor não faz questionamentos, não realiza perguntas e nem argumenta sobre o tema, ele cita e opina sobre alguns efeitos dos problemas ambientais. Portanto, a palavra “questions” coloca a opção de letra d como errada.

Já quanto a opção de letra c, esta opção não pode ser considerada certa, pois ela cita all (todos) os fatores que prejudicam o meio ambiente e, no texto, não estão transcritos todos os fatores e sim, alguns citados pelo autor. Para que a alternativa fosse a correta, todos os fatores existentes deveriam ser citados. Portanto, a palavra “all” anula e deixa esta alternativa errada.

A interpretação de textos (seja de qualquer área de estudo), é focada no conteúdo e na mensagem que o texto carrega e elucida. Colocar inferências próprias na interpretação, é desviar do real objetivo do texto, além de causar transformações na autoria do mesmo. Para interpretar deve-se analisar e encontrar a resposta no próprio texto. Portanto, a única resposta correta, que se encontra presente, dita e elucidada pelo texto, é a já gabaritada.

Fontes:

- <https://www.plataformacejurnorte.com.br/noticias/interpretacao-de-textos-introducao>
<https://cdn.novaconcursos.com.br/arquivos-digitais/apostilas/20677/33597/nv-002dz-23-portugues-bas-concursos-amostra.pdf>
- https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/question?q=questions#google_vignette

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	13	14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A poluição é iniciada nas áreas urbanas e é levada para outras áreas distantes (não urbanas), causando efeitos negativos no meio ambiente, em florestas, rios e afins.

Acid precipitation são produzidas longe da fonte de poluição, portanto longe das áreas urbanas. A opção de letra c diz que precipitação ácida é produzida nas áreas urbanas.

Portanto, é oposto ao correto presente no texto.

A pergunta é sobre o que os poluentes atmosféricos podem causar e/ou produzir. Com base nisso, a alternativa a não pode ser correta, pois ela fala de liberação de substâncias tóxicas – que já são os próprios poluentes – ficando redundante. A opção de letra c é oposta ao que o texto diz, pois, a precipitação ácida ocorre longe das áreas urbanas – as áreas urbanas que produzem os poluentes. A alternativa d tem o mesmo argumento que a opção de letra a.

Portanto, a única opção correta é a letra b, o que os poluentes atmosféricos produzem são “smogs” (combinação de fumaça e neblina), segundo o autor do texto em suas informações.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	20	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando os dados fornecidos, nota-se que temos um item que sempre estará presente nas amostras (cinto de segurança arrebitado). Sendo assim, devemos escolher 3 das amostras coletas e cada um deve ser distinto.

O número de maneiras distintas de escolher 3 itens entre 4 amostras é dado pela combinação:

$$C_{4,3} = \frac{4!}{3! \cdot (4-3)!}$$

$$C_{4,3} = 4$$

Com isso, há 4 formas de escolher 3 itens dentre as amostras.

Multiplicando pela quantidade de itens disponíveis: Agora, para cada uma dessas escolhas, precisamos considerar a quantidade de itens disponíveis de cada tipo.

- Se escolhermos poltronas com defeitos, temos 8 amostras disponíveis.
- Se escolhermos suportes de braços quebrados, temos 7 amostras disponíveis.
- Se escolhermos janelas estilhaçadas, temos 4 amostras disponíveis.
- Se escolhermos apoios para as pernas rompidos, temos 5 amostras disponíveis.

Então, para cada uma das 4 combinações, a quantidade total de maneiras de escolher as amostras será o produto das quantidades de itens disponíveis para os itens escolhidos. Vamos calcular isso para cada uma das 4 combinações possíveis das amostras:

Combinação 1: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 4 = 224$

Combinação 2: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 5 = 280$

Combinação 3: poltronas com defeitos, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 4 \cdot 5 = 160$

Combinação 4: suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $7 \cdot 4 \cdot 5 = 140$

Descobrimos todas as possibilidades, agora vamos somar os resultados para descobrirmos o total de quartetos possíveis.

$$224 + 280 + 160 + 140 = 804$$

A escolha de qual dos “10 cintos” entra em cada quarteto faz parte da combinação de itens, ou seja, 804 já representa todos os quartetos possíveis com um cinto e 3 outros tipos.

Fontes:

- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Heitor. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 7: Combinatória e Probabilidade. Editora Atual, 2013.
- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 3. Editora Ática, 2005.
- PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. Editora Moderna, 2004.
- OSS, Sheldon M. Introdução à Probabilidade e Estatística. Editora Pearson, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	23	22

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

Como Ana deve estar no comitê, 1 vaga deve ser fixada para ela. Sobram, portanto, 5 vagas no comitê e 18 especialistas disponíveis para ocupá-las (já foram excluídos Carlos e Ana do raciocínio: $20 - 2 = 18$). Assim, há um total de $C_{18}^5 = 11628$ maneiras distintas de formar essa comissão com as condições solicitadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	29	27	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Meio Ambiente: Proteção ambiental, princípios do direito ambiental, política e sistema nacional de meio ambiente.

A alternativa “C” está errada pois a Constituição Federal estabelece a competência concorrente entre União, Estados

e Municípios para legislar sobre meio ambiente. Os Estados podem criar normas ambientais, desde que respeitem as diretrizes gerais federais, nos termos do Art. 24, VI e §1º, da Constituição Federal.

Já a assertiva “B” está errada tendo em vista que nos termos da Constituição Federal (Art. 24, VIII, 225 da Constituição Federal), compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Além disso, o STF no Tema 145, fixou a tese de que o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da Constituição Federal).

No que diz respeito à assertiva “A”, a mesma está errada uma vez que o STF firmou a tese de que é imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental no Tema 999 do STF.

A assertiva “D” é a correta tendo em vista a tese fixada pelo STJ no Tema 1204 firmada no sentido de que as obrigações ambientais possuem natureza 'propter rem', sendo possível exigi-las, à escolha do credor, do proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente.

Além disso, o art. 225, § 3º da Constituição Federal dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
28	26	30	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Administração pública: princípios constitucionais.

A assertiva que afirma que A contratação temporária para atender necessidade excepcional de interesse público dispensa a necessidade de motivação do ato administrativo, pois a discricionariedade do gestor justifica a medida está errada tendo em vista a moralidade administrativa não pode ser usada para justificar exoneração sem o devido processo legal. O servidor, ainda que em estágio probatório, só pode ser exonerado após processo administrativo disciplinar que respeite o contraditório e a ampla defesa, tendo como embasamento jurídico o Art. 5º, LV, da Constituição Federal e a Súmula 21 do STF.

No que tange à assertiva O princípio da impessoalidade autoriza a Administração Pública a negar nomeação de candidatos aprovados em concurso público sem justificativa, desde que haja necessidade de reorganização interna da estrutura administrativa, está errada em virtude de o princípio da impessoalidade não autorizar a Administração Pública a negar nomeação arbitrariamente. A não nomeação de candidatos aprovados sem justificativa configura preterição indevida, conforme Tema 161 do STF.

No que diz respeito à afirmação de que O princípio da moralidade permite que a Administração Pública exonere servidores sem necessidade de processo administrativo, quando houver indícios suficientes de conduta irregular, pois a moralidade deve prevalecer sobre a legalidade, ela está errada tendo em vista que a moralidade administrativa não pode ser usada para justificar exoneração sem o devido processo legal. O servidor, ainda que em estágio probatório, só pode ser exonerado após processo administrativo disciplinar que respeite o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Art. 5º, LV, da Constituição Federal e a Súmula 21 do STF.

Já a assertiva correta afirma que A nomeação de candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital de concurso público é um direito subjetivo, não podendo a Administração se recusar a nomeá-los arbitrariamente, estando em consonância o Art. 37, IX, da Constituição Federal e com a tese firmada pelo STF reconhecendo que a nomeação de candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital é um direito subjetivo, e a Administração não pode recusar a nomeação arbitrariamente.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	28	26	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Servidores públicos: princípios constitucionais.

A assertiva que afirma que João, por ser servidor estável, não poderia ser exonerado sem processo administrativo disciplinar, pois sua permanência no cargo é garantida em qualquer circunstância, está errada pois, nos termos do Art. 41, § 1º, da Constituição Federal, embora servidores estáveis tenham garantias contra exoneração arbitrária, é possível a perda do cargo por insuficiência de desempenho, decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, desde que respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A afirmação de que Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública está correta estando em consonância com o Enunciado 651 da Súmula de jurisprudências do STJ, compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

No que diz respeito a assertiva que menciona que A Constituição Federal permite o acúmulo de dois cargos públicos, independentemente da área de atuação, desde que não haja prejuízo à administração pública, ela está errada em virtude de o acúmulo de cargos públicos só é permitido em situações específicas, como dois cargos de professor, um de professor e outro técnico ou científico, ou dois cargos na área da saúde (Art. 37, XVI, da Constituição Federal).

No que tange a assertiva de que O servidor público estável pode perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo disciplinar que assegure ampla defesa, mas não por insuficiência de desempenho, é considerada errada em virtude de a perda do cargo de servidor estável pode ocorrer por insuficiência de desempenho, desde que haja previsão legal e garantia de contraditório e ampla defesa, conforme Art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal e STF, ADI 5437/SP.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	32	33	31

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Prosperam as razões recursais ao afirmarem que a terceira afirmativa é falsa. Assim, o julgamento correto das assertivas deveria ser F / F / F. Desse modo, os recursos são procedentes e a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
38	39	36	38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais argumentam, em síntese, que o gabarito deve ser alterado para alternativa “D”, pois a afirmação nela contida estaria correta. Ocorre que o enunciado da questão guerreada é expresso ao solicitar que o candidato assinale a afirmativa INCORRETA. Vejamos: “*Maria, ao compulsar os autos de determinado processo administrativo de contratação firmado no âmbito do estado do Ceará, verificou determinada relação jurídica envolvendo uma delegação de serviço público. Acerca da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa INCORRETA.*”

Logo, as razões recursais não podem prosperar.

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado (alternativa B), considerando que se trata do conceito de permissão de serviço público (art. 2º, IV, Lei Federal nº 8.987/1995).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
39	36	37	39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais argumentam que as falas de Ana e Joana, presentes no enunciado da questão guerreada, estariam equivocadas.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o enunciado da questão é expresso ao afirmar que as analistas discutiam sobre a Lei Estadual nº. 16.710/2018. Ou seja, a resposta correta para a questão deve ser exclusivamente fundamentada em tal diploma legal, sendo impertinentes quaisquer fundamentos com base em outros documentos, como pretendem os recorrentes.

Vejamos:

- “Ana afirmou que as premissas básicas nas quais se fundam o referido Modelo são a Gestão para Resultados, a Interiorização, a Participação, a Transparência, a Ética e a Otimização dos Recursos.”
 - Julgamento: correto, conforme art. 1º, da Lei Estadual nº. 16.710/2018.
 - “Art. 1º O Modelo de Gestão do Poder Executivo obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, **adotando como premissas básicas a Gestão para Resultados, a Interiorização, a Participação, a Transparência, a Ética e a Otimização dos Recursos a partir dos seguintes conceitos: (...)**”
- “Joana acrescentou que a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE faz parte da Administração Indireta e tem como um de seus objetivos fundamentais fixar regras procedimentais claras, inclusive em relação ao estabelecimento, revisão, ajuste e aprovação de tarifas, que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessões e termos de permissões de serviços públicos.”
 - Julgamento: correto, conforme art. 46, I, c, da Lei Estadual nº. 16.710/2018.
 - “Art. 46 (...) I – a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará-Arce, tem por **objetivos fundamentais: (...) c) fixar regras procedimentais claras, inclusive em relação ao estabelecimento, revisão, ajuste e aprovação de tarifas, que permitam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessões e termos de permissões de serviços públicos;**”

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	44	44	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “AGÊNCIAS REGULADORAS: 5. Abordagens econômicas: teoria econômica da regulação, teoria da captura, teoria do agente principal.”

A questão foi pensada e desenhada para julgar 3 afirmativas. Desta feita, após o julgamento das afirmativas, o comando da questão solicita marcar a alternativa que apresenta o correto julgamento das afirmativas. Dessa forma, não há como ter mais de uma resposta que atenda ao comando da questão. Outrossim, não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado. Todas as afirmativas a serem consideradas estão corretas. (Vide transcrições a seguir):

(...), observou-se a teoria da captura diante da interferência política, pessoal e econômica que atinge os usuários-consumidores, acabando por impedir decisões de cunho técnico e partindo para interesses próprios. Importante frisar que o fenômeno da captura é originário dos Estados Unidos da América, sendo desenvolvida a partir dos estudos de George Stigler (The Theory of Economic Regulation) em 1971, considerado o marco dessas discussões, ora pertencentes à Escola de Economia de Chicago. Assim, por definição, a teoria da captura, ocorre quando interesses privados, ainda que não preponderem no início, acabam por ultrapassar os motivos do interesse público, visto que as agências reguladoras acabam por se curvar à influência dominante dos regulados ou serem capturadas pelos seus interesses (Salomão Filho, 2001). (Fonte: BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições.)

4.1) Teoria da Agência

A teoria do agente-principal vem sendo desenvolvida na tentativa de introduzir a questão dos incentivos. Na visão de HART (1995) apesar dela ser mais rica e mais realista em relação às firmas do que a teoria neoclássica, ela deixa de esclarecer o ponto básico dos determinantes dos limites da firma. Esta abordagem está relacionada com as questões relativas tanto à assimetria de informações quanto àquelas relacionadas aos direitos de propriedade, uma vez que estes últimos possuem efeitos em termos de incentivos. Esta vertente da teoria dos contratos se interessa pelo relacionamento entre dois atores econômicos (um é o principal e o outro é o agente), no qual o agente dispõe de um conjunto de possíveis comportamentos a adotar, suas ações afetam o bem-estar entre as partes e dificilmente são observáveis pelo principal. Este tipo de relação coloca em tela o problema de assimetria de informações entre o agente e o principal. A análise consiste, então, em como um ator econômico (principal) estabelece um sistema de compensação (contrato) que motive o outro ator (agente) a agir de acordo com o interesse do primeiro. O grande ponto colocado por esta vertente da teoria dos contratos é que é difícil monitorar o esforço dos atores econômicos envolvidos em uma transação. Daí deriva-se uma grande dificuldade na elaboração dos contratos. Por esta razão são incluídos esquemas de incentivos baseados na performance observada. Na elaboração de um esquema de incentivos as partes envolvidas enfrentam o trade off entre incentivos ótimos e repartição de riscos ótima. Mesmo admitindo a vigência de um contrato entre as partes (como por exemplo, um contrato de concessão), a relação e o cumprimento dos dispositivos contratuais se enquadram num contexto de informação assimétrica, pois o principal dispõe de um conjunto imperfeito de informações sobre o agente. Se essas informações são referentes à estrutura de custos do agente (empresa regulada), é de se esperar que o principal (regulador) tenha uma base de conhecimento que depende da confiabilidade das informações prestadas pelo agente. Neste ponto reside o problema da captura do regulador por parte

Em questão de Teoria de Regulação Econômica, o primeiro grande conceito a ser lembrado é o de eficiência econômica, seja sob a forma produtiva, distributiva ou alocativa. O primeiro traduz-se na utilização da tecnologia e da planta produtiva instalada com o máximo de rendimento e mínimo custo; o segundo consiste na capacidade de eliminação de rendas monopolísticas e/ou outros ganhos temporários de agentes econômicos individuais através da concorrência;

A eficiência sob a forma alocativa, o mais importante do ponto de vista da Teoria da Regulação nos diz que um resultado econômico é mais eficiente do que outro se ele é superior de Pareto¹, o que geralmente ocorre quando há a realização de um maior número de transações e, portanto, maior renda é gerada. Há controversas na doutrina e jurisprudência a respeito do conceito de Teoria da Regulação, parte por ser um fenômeno recente no Brasil. Entende-se que a regulação jurídica é um fenômeno jurídico que autoriza determinados órgãos técnicos (agências reguladoras e outros similares) a normatizar e controlar determinada atividade de cunho técnico, fora do Poder Legislativo. Desta forma, fixamos como conceito operacional: é uma intervenção estatal em setores estratégicos da atividade econômica ou de serviços públicos, que visa normatizar, controlar e fiscalizar tendo em vista ao planejamento governamental para induzir comportamentos e restringir a liberdade dos agentes econômicos nos seus objetivos e instrumentos operacionais.

Fontes:

- BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições. In: Alimentação em jogo: o lobby na regulação da publicidade no Brasil [online]. Santo André: Editora UFABC, 2021, pp. 49-66.
- ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E PROBLEMAS REGULATÓRIOS. Helder Q. Pinto Jr. e Melissa Cristina Pinto Pires. Fevereiro/2000. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/notas-e-estudos-tecnicos/notas-tecnicas/arquivos/2000/nota-tecnica-9-2000.pdf>.
- DE LIRA, Marília Gabriela de Amp de. Teoria da Captura no Brasil. Revista Eletrônica da Estácio Recife, Recife, v. 1, n. 1, p.1-10, 2015. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/issue/view/6/showToc>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	49	48	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 7 Boas práticas regulatórias: Análise do Impacto Regulatório.

Está incorreta apenas a afirmativa: “A adoção de Análise de Impacto Regulatório – AIR, como ferramenta obrigatória, garante a qualidade da regulação. Trata-se de encaixar esta ferramenta nos processos de produção normativa em curso nos diferentes órgãos da administração pública.”

Todas as demais afirmativas estão corretas.

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato.

Para melhor compreensão do tema abordado nesta questão, vide transcrição a seguir e as fontes consultadas para sua elaboração:

A recente introdução da obrigatoriedade de realização de Análises de Impacto Regulatório nos processos de edição e alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários de serviços, não somente para as agências reguladoras federais, mas também para todos os demais órgãos e entidades da administração pública federal, representa importante passo no sentido do aprimoramento da qualidade da regulação de responsabilidade desses órgãos e entidades. Nesse contexto, entende-se que a discussão sobre a forma de introdução dessa ferramenta no Brasil torna-se ainda mais relevante, e a experiência pioneira das agências reguladoras federais tende a ser utilizada como um importante benchmarking para a disseminação da ferramenta no país. Tanto na esfera federal quanto infranacional.

A institucionalização da AIR entre as agências reguladoras federais não se iniciou a partir do comando legal. Ao contrário, a experiência acumulada pelas agências serviu de base para a edição do Decreto que regulamenta a legislação, e, antes disso, para a edição do documento “Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de Análise de Impacto Regulatório – AIR”, publicado em junho de 2018, para orientar a elaboração e a aplicação da ferramenta no âmbito do Governo Federal. Apesar dessa origem comum, o processo de introdução da AIR não se deu de maneira convergente entre as agências federais. Diferentes modelos de implantação têm sido adotados ao longo do tempo, variando de acordo com as capacidades institucionais e com as práticas regulatórias adotadas por cada órgão, o que leva a resultados diferentes e, conseqüentemente, sugere formas distintas de utilização da ferramenta. A legislação nova que determina a adoção da AIR em toda a administração pública federal impõe o desafio de institucionalizar a AIR nesses órgãos e, mais ainda, torná-la um instrumento efetivo no processo de tomada de decisão.

A simples adoção da AIR como ferramenta obrigatória não garante a qualidade da regulação. Logo, não se trata de encaixar a ferramenta nos processos de produção normativa em curso nos diferentes órgãos da administração pública federal.

O principal ganho esperado é aquele decorrente do potencial de transformação do processo de elaboração de atos normativos provocado pela sistematização da AIR (GUARANY, 2019). Não basta, portanto, a simples conversão da AIR em um documento de preenchimento obrigatório pelo regulador, por meio de um formulário sem reflexão ou dados suficientes, para dar cabo de mais uma burocracia no dia a dia do regulador. Ao contrário. O uso indiscriminado da ferramenta traz consigo o risco de utilização da AIR para outros fins, diferentes do que se espera, que levam a resultados que pouco ou nada contribuem para o processo de tomada de decisão. Em vez disso, prestam-se a legitimar a atuação do regulador ou decisões previamente tomadas, invertendo a lógica da aplicação da ferramenta.

2 – Regulação e AIR

A regulação pode ser compreendida como a intervenção do Estado sobre a economia por meio da imposição de regras e sanções voltadas para a correção de falhas de mercado e a maximização dos benefícios para a sociedade (BOEHN, 2007). Tal intervenção, no entanto, não se dá de forma direta, pela mera imposição de objetivos do Estado. Em vez disso, incumbe ao regulador o importante papel de atuar na conciliação dos interesses do Estado, do mercado e da sociedade e no diálogo com os agentes sujeitos à regulação (MARQUES NETO, 2009).

Fonte:

- Boas Práticas Regulatórias - Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira – Qualireg. (Livro Eletrônico). Coletânea de experiências e pesquisas aplicadas em regulação sobre construção de

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
45	50	42	49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 2 Agências Reguladoras. Histórico, conceito, características e controle. “

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou justificasse alteração do gabarito já divulgado.

Apenas as afirmativas I e III estão corretas. (Vide transcrição a seguir.):

A origem histórica das agências reguladoras remonta ao ano de 1887, quando, nos Estados Unidos, iniciou-se o período intervencionista do Estado (por meio da regulação), após a fase liberalista, para enfrentar os monopólios e a concorrência desleal então perpetradas pelas ferrovias americanas. Nada obstante isto, somente a partir da ascensão de Franklin Delano Roosevelt, em 1933, é que proliferaram as Independent Regulatory Comissions, ampliadas para outros setores da economia, igualmente em combate ao controle monopolista e à concorrência desleal.

[...]

Fato é que o modelo norte-americano de agências reguladoras acabou por influenciar os demais países que copiaram ou adaptaram esse modelo introduzindo-o na estrutura administrativa do Estado. Não foi diferente com o sistema brasileiro.

[...]

As agências reguladoras são relativamente recentes em nosso país, surgindo na última metade da década dos anos 90, enquanto fruto das transformações do próprio Estado brasileiro, que passara, não mais como produtor, a dar ênfase à sua função reguladora, intervindo indiretamente na ordem econômica. Nesse processo de transformação do Estado, deu-se a desestatização de serviços públicos, notadamente nos setores de telecomunicações e energia elétrica, além da flexibilização do monopólio do petróleo. Seria, entretanto, incorreto afirmar que não havia órgãos reguladores de diversos setores econômicos antes disso. Basta citar, por exemplo, o Banco Central do Brasil, o Conselho Monetário Nacional e a Comissão de Valores Imobiliários, que, de certa forma, são órgãos de regulação, embora se distanciem das Agências Reguladoras criadas durante a desestatização por não terem a independência destas.³ Todavia, a grande novidade das Agências Reguladoras consiste justamente em sua maior independência em relação ao Poder Executivo, apesar de fazer parte da Administração Pública indireta.⁴ As agências reguladoras observam uma agenda estatal e não governamental, competindo-lhes cumprir políticas de Estado, de caráter mais amplo e permanente, insubordinadas a prioridades e diretrizes do governante de ocasião.⁵

Fontes:

- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do Estado para a cidadania – a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo/Brasília: Editora 34/ENAP, 1998, p. 226
- Agências Reguladoras no Brasil: fundamento constitucional e base legal. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº 88, abr./jun. 2023. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br>. Consulta efetuada em: 27.01.2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	42	46	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 1 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos;”

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou

falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado.. Está incorreto o que se afirma apenas em: “A intervenção estatal regulatória é pautada pela imposição de objetivos e comportamentos previamente determinados pela autoridade pública. Na moderna regulação, o Estado exerce seu papel de forma impositiva, arbitrando interesses e tutelando hipossuficiências.” (Vide transcrições a seguir)

1.4 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos

As transformações ocorridas nos últimos anos (de forma acentuada no Brasil, mas igualmente em vários países do continente europeu que guardam muita semelhança com nossa tradição de intervenção estatal e de estrutura jurídica) apontam para uma redução da intervenção direta e do incremento de uma nova forma de intervenção, substancialmente distinta daquela acima divisada. Tem lugar entre nós o fortalecimento do papel regulador do Estados em detrimento do papel do Estado produtor de bens e serviços.

[...]

A atividade estatal de regulação não deixa de ser uma forma de intervenção estatal na economia. Porém, uma forma de intervenção que nos seus pressupostos, objetivos e instrumentos difere substancialmente da intervenção direta no domínio econômico.

Difere nos seus pressupostos porque a intervenção regulatória é muito mais pautada pelo caráter de mediação do que pela imposição de objetivos e comportamentos ditados pela autoridade.

É próprio dessa concepção de regulação a permeabilidade do ente regulador aos interesses dos regulados, sejam operadores econômicos, sejam usuários, sejam mesmo os próprios interesses estatais enredados no setor regulado.

[...]

Portanto, o caráter de imposição da vontade da autoridade estatal (que impõe o interesse público selecionado pelo governante) dá lugar, na moderna regulação, à noção de mediação de interesses, no qual o Estado exerce sua autoridade não de forma impositiva, mas arbitrando interesses e tutelando hipossuficiências.

Difere dos seus objetivos porque, contrariamente ao que ocorre na intervenção estatal direta, os objetivos se deslocam dos interesses do Estado-Nação e passam a se identificar mais com os interesses da sociedade (tanto os interesses dos cidadãos - consumidores efetivos ou potenciais de bens econômicos - quanto os interesses subjacentes às relações econômicas).

A intervenção estatal direta se justifica pela incompatibilidade suposta entre interesses públicos e a atuação privada. Já a moderna regulação estatal procura atuar no sentido de compor e articular os interesses públicos com os interesses dos particulares, partindo do pressuposto de que a atuação privada em setores sujeitos à regulação não só é aceitável como é essencial para atingir o interesse público. Antes, objetiva suprimir espaços da atuação privada, procura condicionar, amoldar, incentivar e coordenar (em uma palavra, regular) a atuação dos particulares.

Por fim, difere nos instrumentos porque a regulação vai demandar a construção de mecanismos de intervenção estatal que permitam efetivar essa nova forma de relacionamento com os agentes econômicos. Os espaços de exercício da regulação deverão ser aptos ao exercício da mediação e da interlocução com os agentes envolvidos no setor regulado. De outro lado, o manejo das competências regulatórias passa a seguir regras e procedimentos aptos a impedir que a atividade regulatória seja capturada por interesses privados ou que seja cerceada pelos interesses das forças políticas.

Fonte:

- MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo As Agências Reguladoras Independentes e seu Enquadramento Legal: A Importância de Uma Lei Quadro. REVISTA DE DIREITO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES. v.1, p.41 - 58, 2006.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	45	41	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático:” REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 4 Reforma do Estado e o papel das Agências Reguladoras.”

A questão foi pensada e desenhada para julgar 5 afirmativas. Desta feita, após o julgamento das afirmativas, o comando da questão solicita marcar a alternativa que apresenta o correto julgamento das afirmativas. Dessa forma, não há como ter mais de uma resposta que atenda ao comando da questão. Outrossim, não foram observados vícios,

incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado.

Está incorreta apenas a afirmativa: “No Brasil, a reforma do Estado não deixou dúvidas quanto ao seu alinhamento ao gerencialismo combinado a propostas no campo da regulação. A reforma administrativa serviu ao processo de instauração de um novo Estado regulador no país, apresentando propostas objetivas, detalhadas, prontas e acabadas no campo da regulação.” (Vide transcrição a seguir):

No Brasil, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) não deixou dúvidas quanto ao seu alinhamento a essa agenda dupla, ou seja, o gerencialismo combinado a propostas inovadoras no campo da regulação. Todavia, nota-se também que o PDRAE é, verdadeiramente, pouco detalhado na temática da regulação. Embora o plano recomende que a reforma administrativa sirva ao processo de instauração de um novo Estado regulador no país – o qual surgiria como produto de uma reforma de Estado mais ampla do que a iniciativa reformista circunscrita à esfera da gestão pública –, não se pode afirmar que estão no plano propostas prontas e acabadas no campo da regulação.

Contudo, a filiação programática ao movimento de reformas regulatórias vigente nos anos 1990 ao redor do mundo, somada à estratégia de desconcentração do Estado por intermédio da criação de agências (ou agencificação), fez com que o PDRAE impulsionasse a instauração de agências reguladoras no Brasil. Esses órgãos concretizaram transformações no terreno das relações entre a administração pública e o mercado (e destes para com a sociedade), acompanhando o processo de privatização de empresas e delegação de serviços públicos em curso na mesma época. Ao final, entende-se que precedentes internacionais que serviram de base para a mutação do Estado no sentido do novo perfil regulatório foram também modulados pelas particularidades administrativas e políticas brasileiras. O resultado, como veremos, em parte confirma e em parte frustra as expectativas do PDRAE e de seus idealizadores. Contudo, uma conclusão mais abrangente aponta para o enraizamento e a normalização do modelo de agências, o qual segue atendendo a tendências dominantes no campo da gestão pública.

As agências reguladoras foram indispensáveis também para o que Majone (1997) tratou como a transição do Estado positivo para o Estado regulador. O primeiro diz respeito ao Estado de tipo interventivo e de atuação ampla e deliberada na economia, inclusive como provedor de bens e serviços. O Estado regulador, por seu turno, atuaria de modo mais indireto, por meio de uma governança dita passiva ou negativa, posto que voltada a orientar, corretivamente e de uma maneira antecipatória e formalizada, as decisões de agentes econômicos privados (Jayasuriya, 2001). O Estado regulador deteria objetivos circunscritos à geração de eficiência econômica e à promoção de competição, além da proteção de usuários e consumidores, em casos específicos (Christensen e Læg Reid, 2006).

Fonte:

- REFORMAS DO ESTADO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS, INOVAÇÕES E DESAFIOS. Organizadores(as) Pedro Luiz Costa Cavalcante. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Rio de Janeiro – 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10944/1/AgenciasReguladorasBrasileiras_cap09.pdf. Ta efetuada em: 27.01.2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	41	45	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 6 Formas de regulação: regulação de preço; regulação de entrada; regulação de qualidade. ”

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado.

Está correto o que se afirma apenas em: II, III e IV. (Vide transcrições a seguir):

4 - QUALIDADE E REGULAÇÃO PELO PREÇO

4.1 - Características da Regulação pelo Preço

Neste sistema o agente regulador estabelece o preço limite, abaixo do qual a firma tem liberdade para agir conforme sua conveniência. O limite é reajustado através do índice de preços ao consumidor (no caso britânico, o RPI), corrigido por um fator X, previamente estabelecido. Devido ao uso corrente da sigla, o sistema é também conhecido como “RPI-X”. Como o índice de preços só é disponível com alguma defasagem, isto implica na existência de um grau irredutível

de defasagem dentro do sistema RPI-X.

(Fonte: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza)

A regulação de preços é uma das tarefas principais do regulador, pois relaciona-se diretamente com o excedente econômico e sua distribuição. As regras tarifárias são formuladas de maneira a conciliar o interesse dos consumidores e da firma regulada (Araújo, 1997). As regras tarifárias mais antigas são a tarifação a custo de serviço e a custo marginal.

O estabelecimento do número de firmas pode ser feito através de restrições impostas sobre a entrada e saída das firmas no mercado. A restrição quanto à entrada, pode se dar tanto em relação a novas firmas, como também para firmas reguladas já existentes, pois ou o mercado já estaria sendo suprido por outras firmas reguladas ou então, trata-se de um mercado desregulado.

Finalmente, tem-se a regulação por qualidade, que está intimamente ligada à regulação de preço e até certo ponto com a regulação por comparação pois, em ambas, a necessidade de monitoramento para a preservação da qualidade se faz presente. Nota-se assim que o aumento de produtividade induzido por essas regras não pode ter como contrapartida a queda do padrão de qualidade do bem oferecido ao consumidor. O regulador pode estipular um padrão mínimo de confiabilidade do serviço. Este tipo de instrumento não é muito utilizado devido a seu custo de implementação, pois, uma definição precisa tornar-se difícil, além de sua fiscalização ser uma tarefa complexa.

Fontes:

- Estratégias de Regulação e Qualidade dos Serviços Públicos. André Garcez Ghirardi. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 920-935, novembro 2000. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>
- ELEMENTOS DA REGULAÇÃO SETORIAL E DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA: UMA AGENDA DE QUESTÕES PARA O SETOR DE ENERGIA. Helder Q. Pinto Jr. e Joyce Perin Silveira. maio/1999. Disponível em: <https://www.gov.br/anp>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	58	60	55

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “10 - Administração financeira e orçamentária. 10.1 Orçamento público: Conceitos e princípios orçamentários, (...); 10.2 - O orçamento público no Brasil (Títulos I a VI da Lei Federal nº 4.320/1964 e suas alterações).”

Todas as afirmativas estão corretas. Vide transcrição do disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. 10ª.)

2.1. UNIDADE OU TOTALIDADE - Previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.2. UNIVERSALIDADE - Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

2.3. ANUALIDADE OU PERIODICIDADE - Estipulado, de forma literal, pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/1964, delimita o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir. Segundo o art. 34 da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Fontes:

- Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>;

- Lei Federal nº 4.320/1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. 10ª./ 2023. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	57	55	52

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “10 – Administração financeira e orçamentária: 10.1 Orçamento público: Conceitos e princípios orçamentários, técnicas orçamentárias, ciclo orçamentário e processo orçamentário.”

Está incorreta apenas a afirmativa: “O Poder Legislativo é responsável por determinar a formação da agenda para o conjunto de políticas públicas a serem formalizadas no orçamento.” Vide transcrições a seguir.

Ciclo de planejamento e orçamento

O PPA é peça de mais alta hierarquia dentre a tríade orçamentária, embora esta seja somente constituída de leis ordinárias. Esse é o modelo disposto em nossa Carta Magna, que determina em seu art. 165, § 7º, que os orçamentos devem ser compatibilizados com o plano plurianual. No § 2º desse artigo exige que a LOA deve ser elaborada conforme dispuser a LDO. E no art. 166 § 3º, I, prevê a admissão de emendas ao orçamento somente se compatíveis com o plano plurianual e com a LDO.

A técnica utilizada na elaboração dessas leis orçamentárias – a do Orçamento Programa, ao possibilitar uma linguagem unificada nas relações entre essas três leis, permite a desejada e preconizada integração entre o planejamento e o orçamento.

Todas as leis orçamentárias são de iniciativa do Poder Executivo que as envia, sob a forma de proposta, para apreciação e aprovação do Poder Legislativo. Cabe ao Chefe do Poder Executivo sancioná-las e executá-las. Compete ao Poder Legislativo acompanhar e fiscalizar sua execução. O ciclo integrado de planejamento e orçamento pode ser ilustrado da seguinte maneira:

Apreciação do Orçamento pelo Poder Legislativo

MOGNATTI (2008) descreve, de forma sucinta, o processo de apreciação do orçamento no Congresso Nacional. Reconhece que é o Poder Executivo que determina a formação da agenda para o conjunto de políticas públicas a serem formalizadas no orçamento.

No âmbito do Poder Legislativo federal a apreciação das peças orçamentárias cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) (Art. 166, § 1º, I e II, CF), composta por trinta Deputados Federais e dez Senadores da República, com igual número de suplentes, regida pela Resolução nº 1 do Congresso Nacional, de 26 de dezembro de 2006 (Resolução nº 1/06-CN).

A CMO emite parecer e delibera sobre os projetos de lei do plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais e suas alterações (créditos adicionais), além de outras matérias de cunho orçamentário. Em seu âmbito são apresentadas as emendas aos projetos para inclusão dos interesses dos parlamentares, respeitando os prazos, limites e condições determinados pela Resolução.

Cada proposta de PPA, LDO ou LOA recebe proposições acessórias durante sua tramitação, que auxiliarão na análise das proposições principais e determinarão regras para atuação dos relatores e a apresentação de emendas. Dentre essas proposições acessórias destacam-se o parecer preliminar, os relatórios setoriais (somente no caso do projeto da LOA), as emendas e os destaques.

As emendas podem ser apresentadas pelos parlamentares de forma individualizada ou coletiva. As emendas individuais são apresentadas por qualquer parlamentar detentor do mandato e também por relatores das propostas, sendo estas limitadas à correção de erros ou omissões contidas nos projetos em análise. As emendas coletivas derivam do consenso dos parlamentares reunidos em comissões permanentes de cada Casa do Congresso Nacional – Emendas de Comissão – ou dos parlamentares pertencentes à mesma unidade da federação – Emendas de Bancada. No caso das Emendas de Comissão, sua apresentação fica condicionada à aprovação pela maioria de seus membros, e as Emendas de Bancada devem constar de ata assinada por, no mínimo, 3/4 (três quartos) de deputados federais e 2/3 (dois terços) de senadores da respectiva unidade da federação para serem submetidas à apreciação da CMO.

Fonte:

- Constituição federal de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>;
- <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	54	53	58

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “9 - Transparência da administração pública, cidadania e controle social: 9.2 Governo eletrônico.”

Está incorreta apenas a afirmativa: ““Uma prática cada vez mais crescente de interação e participação social que vem se consolidando como forma de incentivo à democracia por meios eletrônicos, são as consultas públicas. Em que pese essa prática ser amplamente utilizada por todos os Ministérios, é negligenciada pelas agências reguladoras.”

Desde o ano 2000, o governo brasileiro tem buscado evoluir seus processos e a prestação de serviços públicos com o auxílio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). O Programa de Governo Eletrônico iniciou no Brasil uma série de adaptações, inovações e desafios para a realização da melhoria da qualidade do serviço público.

[...]

O conceito de Governo Eletrônico surge a partir de aspectos oriundos da evolução da TIC, especialmente a Internet, constituindo novas formas de relacionamento da Administração Pública com a sociedade e vice-versa, evidenciando a prestação de serviços sem a necessidade da presença física.

[...]

No Brasil, a política de Governo Eletrônico segue um conjunto de diretrizes que atuam em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da gestão interna; e na integração com parceiros e fornecedores.

[...]

Uma forma cada vez mais crescente de interação e participação social que vem se consolidando como forma de incentivo à democracia por meios eletrônicos são as consultas públicas. Prática utilizada por diversas agências reguladoras e de alguns ministérios.

[...]

O Programa de Governo Eletrônico brasileiro desde sua criação, buscou transformar as relações do Governo com os cidadãos, empresas e também entre os órgãos do próprio governo, de forma a aprimorar a qualidade dos serviços prestados; promover a interação com empresas e indústrias; e fortalecer a participação cidadã por meio do acesso à - informação e a - uma administração mais eficiente.

Fonte:

- <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	52	54	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “2 Funções administrativas: planejamento (estratégico, tático e operacional), organização, direção e controle. 2.1 Planejamento e gestão estratégica: conceitos, princípios, etapas, níveis, métodos e ferramentas. 2.2 Planejamento e avaliação nas políticas públicas: conceitos básicos de planejamento.”

Está correta apenas a afirmativa: II. Vide transcrição a seguir.

O planejamento, mais que prever o futuro, deve levar em conta que a realidade social é marcada pela complexidade e por conflitos.

Níveis de planejamento

O planejamento pode ser decomposto em três níveis: estratégico, tático e operacional.

O planejamento no nível estratégico formula a visão, define as diretrizes e os objetivos gerais do governo. É a base para formulação dos demais planejamentos. Está associado a alta cúpula do governo (Presidente, Ministros e Secretários), a qual, independente da forma como foi formulado, dá a última palavra. É o tipo de planejamento mais abrangente e de prazo mais longo. Apesar de ultrapassar as durações dos mandatos, se manifesta em cada um desses períodos nas orientações estratégicas (implícitas ou explícitas) do PPA.

O planejamento tático (ou gerencial) é a decomposição dos objetivos estratégicos em orientações mais detalhadas para cada área de governo, em regra, sob a orientação de Secretários, Gerentes e Coordenadores. Mostra como os diversos recursos disponíveis vão ser priorizados e organizados para alcançar os resultados esperados em cada Órgão Setorial ou política pública. Em geral é de médio prazo, com a duração do mandato, e é operado pela conjugação da tríade das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).

O planejamento operacional é o de prazo mais curto e está associado com a execução orçamentária e financeira das atividades que materializam as políticas, estando sujeitas a toda sorte de contingências e restrições (operacional, patrimonial, orçamentária, financeira, etc.), sendo elaborado e ajustado por Coordenadores, Analistas e Técnicos por um período de curto prazo (em geral, até que alguma das condições para sua operacionalização se altere). Exemplos das restrições do ponto de vista orçamentário e financeiro são as limitações para movimentação de empenho e para pagamentos promovidos para garantir o atingimento das metas de resultado primário.

Fonte:

- Políticas Públicas e Planejamento Governamental. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP/2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
58	56	59	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: 7 Evolução da administração pública no Brasil: reformas administrativas (dimensões estruturais, principais características) e análise crítica aos modelos de gestão pública: patrimonialista, burocrático e gerencialista.”

Todas as afirmativas estão corretas.

Vide transcrição a seguir.

A posição global do funcionário patrimonial é, portanto, em oposição à burocracia, produto de sua relação puramente pessoal de submissão ao senhor, e sua posição diante dos súditos nada mais é que o lado exterior desta relação. Mesmo ali onde o funcionário político não é pessoalmente um dependente da corte, o senhor exige sua obediência ilimitada no cargo. Pois a fidelidade ao cargo do funcionário patrimonial não é uma fidelidade objetiva do servidor perante tarefas objetivas, cuja extensão e conteúdo estão delimitados por determinadas regras, mas sim, uma fidelidade de criado que se refere de forma rigorosamente pessoal ao senhor e constitui uma parte integrante de seu dever de princípio universal de piedade e fidelidade. (WEBER, 1999, p. 254)

Além destas características acima a administração pública baseada em valores patrimonialistas está bastante vulnerável ao nepotismo e a corrupção, já que os princípios que a norteiam são subjetivos e pessoais, não públicos e racionais. Bresser, ex-Ministro da Era FHC e um dos principais pensadores sobre o tema, ressalta ainda que este modelo definiu as monarquias absolutistas que entendiam o Estado como propriedade do rei e de seus agregados.

[...]

É na formação dos Estados Modernos e capitalistas que a burocracia ganhou autonomia e foi o grande diferencial das estruturas administrativas até então vigentes. O critério passava a ser racional e objetivo e não mais baseado em carisma, dogmas ou parentescos. Essa formação de um corpo burocrático impunha uma profissionalização dos quadros administrativos e a seleção dos mesmos deveria passar paulatinamente a se basear em critérios meritocráticos e de aptidão para executar as tarefas típicas do Estado.

[...]

Algumas características básicas definem a administração pública gerencial. É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de grau limitado de confiança; como estratégia, serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à inovação; e utiliza o contrato

de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos. (PEREIRA, 2005, p. 28)

Fontes:

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: PEREIRA, Luiz C. Bresser e SPINK, Peter K. (orgs.). Reforma do Estado e administração pública gerencial. Tradução de Carolina Andrade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 2005.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. Revista de Administração Pública 34(4), julho, 2000: 55-72.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Lua Nova - Revista de Cultura Política, nº.45, 1998: 49-95.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma de Estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do estado; v.1).

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	53	51	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “3 Planejamento na Constituição Federal. 3.1 Plano Plurianual: Caracterização, finalidade, estrutura básica, prazos. 3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias: caracterização, conteúdo e prazos. 3.3 Lei Orçamentária Anual: caracterização, conteúdo, prazos, classificações.”

A alternativa que atende ao comando da questão é: F, V, V. (vide transcrições a seguir).

O principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal é o Plano Plurianual (PPA). Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos. Ele se inicia no segundo ano de mandato de um presidente e se prolonga até o final do primeiro ano do mandato de seu sucessor. (Fonte: <https://www.gov.br/planejamento>)

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - Uma das principais funções da LDO é estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir, dentro do possível, a realização das metas e objetivos contemplados no PPA. É papel da LDO ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional e selecionar dentre os programas incluídos no PPA aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente. (Fonte: <https://www.gov.br/planejamento>)

Lei Orçamentária Anual – LOA - A lei orçamentária da União estima receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro. De um lado, permite avaliar as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e, de outro, quem são os beneficiários desses recursos. Reza o § 5º do artigo 165 da Constituição de 1988. (Fonte: <https://www.gov.br/planejamento>)

Fontes:

- Constituição federal de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>;
- <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual>;
- <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	51	58	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “8 - Excelência nos serviços públicos (...)8.1 Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade aplicados à administração pública: avaliação e mensuração do desempenho governamental”.

Está incorreta apenas a afirmativa: “As medidas de avaliação e de mensuração do desempenho governamental se restringem às seguintes medidas de resultado: performance financeira e performance de competitividade.”

Vide transcrição a seguir:

(...) cabe ser feito, então, o seguinte questionamento: como a importação de práticas do setor privado ao público se deu no âmbito da modernização dos controles horizontais? Não é possível fornecer uma resposta única a essa pergunta, entretanto é possível afirmar que uma das principais maneiras pelas quais o processo de importação se deu foi por meio do uso da chamada Mensuração de Performance, ou Performance Measurement (PM), por parte dos órgãos de controle. Neely, Gregory e Platts (1995) definem PM como a quantificação de uma ação e a aferição de sua performance, eficiência e eficácia, sendo que esta dinâmica ocorre em consequência de medidas individuais de performance, do conjunto dessas mesmas medidas e, por fim, a partir das relações que se estabelecem entre o sistema de mensuração de performance e os ambientes nos quais estão situados. A mensuração de performance se dá em três etapas: desenho do sistema de mensuração, implementação do sistema e o seu uso no cotidiano da gestão. No que concerne à primeira etapa, em que são definidos quais indicadores serão monitorados, as recomendações da literatura convergem no sentido de que estes sempre devem ser um reflexo da missão da organização e também de seus objetivos estratégicos. Enquanto na segunda etapa ocorre a construção em si do sistema de mensuração, com a definição dos métodos de coleta de dados e da periodicidade de atualização, a terceira etapa concerne à operacionalização de todo este sistema. Retomando a reflexão feita anteriormente sobre a necessidade de compatibilização entre o sistema de PM, a missão da organização e seus objetivos estratégicos, cabe ressaltar a ênfase dada por Neely, Mills, et al. (2000) à necessidade de uma contínua dinâmica de feedback, de modo que o sistema de indicadores seja capaz de refletir as mudanças dos objetivos estratégicos ao longo do tempo. Neely, Gregory e Platts (1995) também definem dois tipos básicos de medidas de performance que podem ser identificadas nas organizações que aplicam este tipo de monitoramento. São as medidas de resultado, como performance financeira e competitividade, e as de determinantes de resultado, como qualidade de produtos ou serviços, flexibilidade e inovação.

Fonte:

- Mensuração da Performance Governamental como forma de operacionalização da Accountability. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br>.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
61	65	64	62

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em análise trata das competências da União, dos estados e dos municípios na arrecadação de impostos. Conforme corretamente indicado no gabarito oficial, a alternativa A é a correta, pois afirma que o IPI deve ser pago ao Governo Federal, uma vez que se trata de um imposto de competência da União. O recurso apresentado, por sua vez, apenas reforça essa explicação, confirmando que o gabarito está correto. Diante disso, o recurso é considerado improcedente.

Fontes:

- ASSONI FILHO, S. Direito tributário. São Paulo: Rideel, 2022.
- BRASIL. Constituição Federal da República. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
62	64	65	63

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cumpra destacar que o tema está devidamente contemplado no edital, conforme consta na página 31, item 12: Contratos administrativos: princípios, noções gerais, formalização, prestação de garantia, vigência, prorrogação e nulidade.

A questão trata das garantias exigidas na celebração de contratos administrativos, não havendo, portanto, qualquer incompatibilidade com o conteúdo programático.

Quanto ao título de capitalização com resgate pelo valor total e custeado por pagamento único, trata-se, de fato, de uma forma de garantia prevista em lei. Contudo, o enunciado da questão afirma que essa não seria uma forma de garantia, o que está incorreto. Assim, o gabarito encontra-se correto e o recurso é considerado improcedente.

Fonte:

- Edital do concurso e enunciado da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
64	63	63	61

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Constituição Federal e a Lei Nº 1.079/1950, especificamente em relação aos crimes de responsabilidade, tem-se o seguinte gabarito comentado:

(4) Omite ou retarda dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo. Esse ato configura *crime contra a probidade da administração*, pois compromete a moralidade e legalidade na gestão pública. Base legal: Art. 9º da Lei nº 1.079/1950.

(1) Tenta dissolver o Congresso Nacional ou impedir, por qualquer modo, o funcionamento de quaisquer de suas Câmaras. Esse ato configura *crime contra o livre exercício dos poderes constitucionais*, pois visa obstruir o funcionamento do Poder Legislativo, o que é uma violação grave da separação dos poderes. Base legal: Art. 6º da Lei nº 1.079/1950.

(3) Ordena despesas não autorizadas por lei ou sem observância das prescrições legais relativas às mesmas. Essa conduta caracteriza *crime contra a guarda legal e emprego dos dinheiros públicos*, pois representa um desrespeito às normas orçamentárias e pode gerar prejuízos financeiros ao Estado. Base legal: Art. 11 da Lei nº 1.079/1950.

(2) Revela negócios políticos ou militares, que devem ser mantidos secretos a bem da defesa da segurança externa ou dos interesses da Nação. Trata-se de um *crime contra a existência da União*, pois a divulgação de informações sigilosas pode comprometer a soberania nacional e colocar em risco a estabilidade do Estado. Base legal: Art. 5º da Lei nº 1.079/1950.

Neste sentido, a ordem correta é a seguinte: 4,1,3,2. Portanto, não há nenhuma incompatibilidade com o gabarito, sendo o recurso considerado improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. Lei Nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. 1950. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1079.htm

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
65	61	62	64

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão versa sobre os princípios da ordem econômica, conforme o Art. 170 da Constituição Federal. Visando esclarecer cada item, tem-se o seguinte gabarito comentado:

Item 1. Adoção de políticas públicas que incentivam a criação de programas de apoio a determinadas empresas brasileiras (...). Refere-se ao tratamento favorecido para empresas de pequeno porte, uma vez que busca o princípio da igualdade dentro da esfera econômica.

Item 2. Proibição de práticas anticoncorrenciais por grandes conglomerados (...). Refere-se à livre concorrência, que é um desdobramento da livre iniciativa que assegura o livre exercício de qualquer atividade econômica a todos, independentemente de autorização dos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Item 3. Implementação de projetos de urbanização e de infraestrutura em áreas periféricas (...). Refere-se ao princípio da Redução das desigualdades regionais e sociais, que almeja a consagração do Estado do bem-estar social e ratifica um dos objetivos fundamentais da República, descrito no art. 3º, III, da Constituição Federal.

Item 4. Estímulo à utilização de tecnologias sustentáveis e processos de produção ecologicamente corretos (...). Refere-se ao princípio da Defesa do meio ambiente, que exige a intervenção estatal, de modo que a produção de riquezas e a atividade econômica como um todo também estejam orientadas à proteção e à defesa do meio ambiente. Neste sentido, a sequência correta é: 1. Tratamento favorecido para empresas de pequeno porte 2. Livre concorrência 3. Redução das desigualdades regionais e sociais 4. Defesa do meio ambiente. Diante da explicação, não há nenhuma incompatibilidade com o gabarito, sendo o recurso considerado improcedente.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- NASCIMENTO, L. D. V. Ordem econômica e financeira para SEFAZ MG. Estratégia. 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
66	69	67	70

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item I apenas afirma que o transporte público é serviço próprio do Estado, contínuo, tarifado e delegável — o que é tecnicamente correto. A titularidade do serviço é estatal, podendo sua execução ser direta ou indireta, nos termos dos arts. 175 e 30, V da CF/88. A expressão "prestado pela ARMTU" deve ser compreendida como referência à sua atuação na gestão e fiscalização, não à execução direta.

Quanto ao item I, embora haja divergências sobre o uso da expressão “próprio do Estado”, a doutrina majoritária reconhece que serviços essenciais sob titularidade estatal, como o transporte urbano, podem ser assim classificados, independentemente da forma de execução. Já no item III, a afirmação de que a remuneração pode ocorrer por tarifas ou subsídios é compatível com práticas adotadas para garantir modicidade tarifária e acesso universal.

Diante do exposto, conclui-se que: as assertivas I, II, III e IV estão corretas; a alternativa A é a única que contempla integralmente as afirmações verdadeiras da questão; os recursos apresentados não evidenciam erro material ou conceitual que comprometa a validade da questão ou justifique alteração do gabarito.

Portanto, o recurso deve ser indeferido sendo mantidos a questão e o gabarito oficial.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
- _____. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a governança pública na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
67	70	68	69

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O erro da assertiva II não está na inversão de fases, mas na omissão do prazo recursal, o que viola o art. 165 da Lei nº 14.133/2021. A ausência de informações adicionais no enunciado não induz a erro, pois a interposição de recurso é obrigatória, independentemente da ordem adotada. A interpretação correta é que a interposição de recursos é obrigatória, ainda que a fase de habilitação anteceda o julgamento. O erro do item está justamente em afirmar que a comissão passou diretamente à fase seguinte, sem recurso, o que é vedado.

A legalidade do processo não decorre apenas da ordem das fases, mas da garantia do contraditório e da ampla defesa, por meio da possibilidade de interposição de recurso. O item II omite tal direito, o que invalida a conduta descrita, independentemente de ser ou não adotada a inversão.

O texto é claro ao afirmar que não houve abertura para recursos após a habilitação, o que caracteriza violação expressa da Lei nº 14.133/2021, especialmente dos arts. 17 e 165. A alegação de confusão interpretativa não se sustenta, visto que o direito de recorrer está garantido mesmo quando há inversão de fases.

Diante do exposto, conclui-se que: estão corretas apenas as assertivas III e IV; a alternativa D é a única que contempla as assertivas verdadeiras; os recursos apresentados não evidenciam erro conceitual, material ou ambiguidade que justifique alteração do gabarito ou anulação da questão.

Portanto, os recursos devem ser indeferidos e a questão e gabarito oficial mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos.
- JUSTEN FILHO, M. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 19. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
68	66	69	67

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A banca já reconheceu como correta a alternativa D, cuja fundamentação está em consonância com a legislação vigente e os princípios constitucionais aplicáveis ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD). A seguir, apresenta-se a justificativa técnica para a manutenção do gabarito oficial:

Alternativa A) Comissão composta por dois servidores estáveis: INCORRETO - conforme o art. 150 da Lei nº 8.112/1990, o PAD deve ser conduzido por comissão composta por três servidores estáveis, designados por autoridade competente, sendo um deles o presidente. A formação com apenas dois membros fere a legalidade do processo, podendo comprometer sua validade.

Alternativa B) Ausência de notificação formal: INCORRETO – a notificação formal do acusado é ato essencial para assegurar o exercício do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal). A simples ciência informal não supre a formalidade legal exigida.

Alternativa C) Ausência de oportunidade de defesa: INCORRETO - a falta de oportunidade de defesa escrita ou oral é vício insanável, pois viola o devido processo legal e os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Assim, diante do exposto conclui-se que: a alternativa D está correta e em conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e os princípios constitucionais aplicáveis ao PAD; o recurso não aponta erro de conteúdo, mas sim uma incompreensão quanto ao gabarito divulgado;

Portanto, o recurso deve ser indeferido e a questão e o gabarito oficial mantidos.

Fontes:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- _____. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 48. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
69	68	70	66

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Verificando-se a correspondência entre os instrumentos e os exemplos temos:

1. “Acordo firmado entre dois municípios para a gestão compartilhada de serviços de saúde, criando uma entidade com personalidade jurídica própria.” (3) Consórcio público - nos termos da Lei nº 11.107/2005, permitem a união entre entes da federação para atuação conjunta em serviços de interesse comum.
2. “Parceria entre uma universidade pública e uma fundação privada sem fins lucrativos para a execução conjunta de um projeto de pesquisa, sem transferência de recursos financeiros.” (4) Acordo de cooperação - regulado pelo Decreto nº 6.170/2007 e outras normas, é o instrumento utilizado quando não há repasse de recursos financeiros, sendo adequado para parcerias técnicas e científicas.
3. “Instrumento de formalização firmado entre uma autarquia federal e uma empresa privada para a construção de uma nova sede administrativa, mediante processo licitatório.” (1) Contrato administrativo - conforme a Lei nº 14.133/2021, é utilizado para formalizar obrigações entre a Administração e particulares em razão de processo licitatório.
4. “Instrumento firmado entre a União e um estado para a execução de um programa educacional de interesse comum, com repasse de recursos federais.” (2) Convênio - instrumento para formalizar parcerias entre entes federativos com transferência voluntária de recursos, nos termos da Instrução Normativa nº 05/2017 da STN e do Decreto nº 6.170/2007.

Diante do exposto conclui-se que: a alternativa C está correta; o recurso não demonstra erro material ou de conteúdo, mas sim uma confusão quanto ao gabarito efetivamente divulgado.

Portanto, o recurso deve ser indeferido e mantidos a questão e o gabarito oficial.

Fontes:

- BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- _____. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.
- _____. Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023. Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União [...].

Cargo: Analista de Regulação - Especialista em Saneamento Básico

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	10	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tecer um bom texto é uma tarefa que requer competência por parte de quem a pratica, pois a construção textual não pode ser vista como um emaranhado de frases soltas e ideias desconexas. Pelo contrário, elas devem estar organizadas e justapostas entre si, denotando clareza de sentido em relação à mensagem que se deseja transmitir. O tema é algo mais abrangente e consiste no assunto que deve ser explorado ao longo do texto. Já o título é algo mais sintético, é como se fosse afunilando o assunto que será posteriormente discutido. O importante é sabermos que: do tema é que se extrai o título, haja vista que o tema é um elemento-base, fonte norteadora para os demais passos. Existem certos temas que não revelam uma nítida objetividade, como o exposto anteriormente. É o caso de fragmentos literários, trechos musicais, frases de efeito, entre outros. Nesse caso, exige-se mais do leitor quanto à questão da interpretação, para daí chegar à ideia central. Conclui-se, portanto, que tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. Justifica-se, portanto, que o tema do texto em questão é: “a hipocrisia da sociedade e a complexidade da natureza humana”.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	10	07	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A habilidade prevista concerne à capacidade de localizar, no percurso do texto, uma informação que, implicitamente, não é evidenciada na sua superfície. Como se vê, corresponde a uma habilidade bastante elementar; porém criteriosa. Assim, espera-se que o leitor seja capaz de reconhecer uma informação estabelecida entre várias outras expressas de forma clara e evidente no texto. São informações que se situam na sua superfície, ou seja, são explícitas no texto: O menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos: “Fui embora, com o rosto corado de vergonha”; “De vergonha mesmo?”; e “Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha”.

A personagem, ao comprar o doce para o menino, sente-se envergonhada por estar ao lado de um menino sujo de rua: “Um pouco aturdida eu o olhava, ainda em dúvida se fora a mão da criança o que me ceifara os pensamentos”; “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino”; e “Eu não olhava a criança, queria que a cena humilhante para mim, terminasse logo”.

A personagem indaga a respeito da sinceridade e das motivações por trás dos atos caridosos e humanitários: “E as pessoas que tomavam sorvete?”; Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem?; e “O fato é que, quando atravessasse a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos”.

No entanto, de acordo com o enredo na narrativa, infere-se que, logo após deparar-se com a realidade das ruas, a personagem sente um peso na consciência por fazer parte de um grupo social que não se importa com o bem-estar do próximo ou que finge não enxergar os problemas precários daquele momento. Após sentir-se odiada por si mesma e, ao mesmo tempo, caridosa, o ato leva a personagem a refletir sobre problemas vivenciados a partir de então. Dessa forma, tal informação em destaque é implícita, ou seja, subentendida.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	07	01	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A caridade é um tema que transcende religiões, culturas e sociedades, sendo um dos pilares fundamentais da convivência humana. O conceito de caridade não se limita apenas à doação de recursos financeiros, mas abrange um amplo espectro de ações voltadas para o amor ao próximo e a promoção do bem-estar coletivo. Em relação à crônica, o menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro: comprovação da opção de resposta B. Ressalta-se que o desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto: comprovação da opção de resposta A. Uma das reflexões da personagem põe em destaque, também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social, isto é, conferindo aqui uma própria crítica da caridade: comprovação da opção de resposta D. No entanto, “a caridade é um tipo de ação que “disfarça” a crueldade do sistema e o desperdício do que lhe é inerente – tecendo uma própria crítica da caridade, já que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, “usam a pobreza delas para fazer algo bom apenas para se sentirem melhor”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
04	08	12	09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto. O menino proporcionou à personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro. Observe: “E as pessoas que tomavam sorvete? Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem? O fato é que, quando atravessei a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos. E, agora, sozinha, meus pensamentos voltavam lentamente a ser os anteriores, só que inúteis” (13º§). Observe, ainda, que: “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino” (4º§). Conclui-se, portanto, que há um sentimento de “desaprovação”, tendo em vista que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, usam a pobreza delas para fazer algo “bom” apenas para se sentirem melhor.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	09	08	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “suscetibilidade”, de acordo com o contexto em que se encontra empregada, significa: predisposição para reagir a influências externas; idiossincrasia; predisposição; inclinação. “Insipiência” significa: ignorância. As demais associações estabelecidas estão corretas e adequadas, a saber: aturdida (espantada, surpreendida); hesitou (desconfiou, duvidou); e perplexa (admirada, estarrecida).

Fontes:

- O próprio texto.
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	02	11	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como já evidenciado anteriormente, o desfecho do texto retrata uma própria crítica da caridade. As pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, usam a pobreza delas para fazer algo “bom” apenas para se sentirem melhor. Um tipo de ação que disfarça a crueldade do sistema e a exploração que lhe é intrínseca. Uma das reflexões da personagem põe em destaque também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	06	05	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única informação correta apresentada para análise é: O sujeito da oração “Recebeu um doce em cada mão, [...]”, pode ser identificado pelo contexto, pois trata-se de sujeito oculto. As demais afirmações possuem erros graves, a saber:

- No trecho “Acordei finalmente”, o sujeito paciente é percebido através da forma verbal apresentada: o sujeito da oração é oculto.
- Em “[...] o sol parecia brilhar com mais força.” (11º§), o termo “mais” intensifica a ação verbal: na verdade o termo “força” que recebe tal intensificação.
- No excerto “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, [...]” (4º§), a expressão “talvez” denota “convicção”: a palavra “talvez” indica “incerteza”, “dúvida”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	01	06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Caridades odiosas” é uma expressão que não tem sentido, pois a caridade é uma virtude que consiste em ajudar o próximo sem esperar nada em troca. São caridades feitas sem ser de coração, feitas sem vontade ou por obrigação. As demais opções de respostas são ideias secundárias ou acessórias abordadas ao longo do texto.

Conteúdo Programático: Compreensão e interpretação de textos.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
12	04	04	01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o contexto textual, a expressão “assim como” denota sentido de comparação; bem como; tal como; como; como também. As demais associações estão em conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	14	15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão argumentada, trata-se de uma questão gramatical, envolvendo a área da fonética e fonologia da língua inglesa. O recurso indaga sobre sotaque, variação linguística, regionalismo e variação cultural. Em questões gramaticais, não se analisa estes tipos de variações. A língua é uma só, a regra é a mesma, e a aplicação da gramática é, principalmente, na fonética, igual para qualquer país falante de inglês, região, cultura, sotaque (até mesmo para pessoas que possam apresentar qualquer tipo de dificuldade na pronúncia).

Portanto, os argumentos sobre a variação linguística britânica, americana ou outra, não se diz procedente em uma

questão de gramática fonética de língua inglesa, ou qualquer outra língua.

Segue as simbologias fonéticas corretas, de cada alternativa, inclusive da palavra em questão de análise do texto, de acordo com a tabela do alfabeto fonético internacional da língua inglesa:

Wellbeing > ē (being é a palavra em análise para som da letra e)

Been > i

Bean > ē (bean é a única alternativa com a mesma simbologia fonética para o som da letra e)

Beauty > y

Behavior > ə

Também é alegado que, nas alternativas, não se destaca a letra a ser analisada, porém no enunciado, é destacado e explicado que o som a ser analisado é, claramente, o som da letra e. Não há por que haver destaque nas alternativas, sendo que o único som em análise é da referida vogal.

Fontes:

- https://easypronunciation.com/pt/american-english-pronunciation-ipa-chart#about_this_ipa_chart
- <https://mavink.com/post/305f1eeb2c7713462821111d0d3d70b87bam9f1a45/tabela-fonetica-de-ingles>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	13	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto a alternativa d, cita questions (perguntas, argumentações, questionamentos), o que não encontra-se no texto. O autor não faz questionamentos, não realiza perguntas e nem argumenta sobre o tema, ele cita e opina sobre alguns efeitos dos problemas ambientais. Portanto, a palavra “questions” coloca a opção de letra d como errada.

Já quanto a opção de letra c, esta opção não pode ser considerada certa, pois ela cita all (todos) os fatores que prejudicam o meio ambiente e, no texto, não estão transcritos todos os fatores e sim, alguns citados pelo autor. Para que a alternativa fosse a correta, todos os fatores existentes deveriam ser citados. Portanto, a palavra “all” anula e deixa esta alternativa errada.

A interpretação de textos (seja de qualquer área de estudo), é focada no conteúdo e na mensagem que o texto carrega e elucida. Colocar inferências próprias na interpretação, é desviar do real objetivo do texto, além de causar transformações na autoria do mesmo. Para interpretar deve-se analisar e encontrar a resposta no próprio texto. Portanto, a única resposta correta, que se encontra presente, dita e elucidada pelo texto, é a já gabaritada.

Fontes:

- <https://www.plataformacejurnorte.com.br/noticias/interpretacao-de-textos-introducao>
<https://cdn.novaconcursos.com.br/arquivos-digitais/apostilas/20677/33597/nv-002dz-23-portugues-bas-concursos-amostra.pdf>
- https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/question?q=questions#google_vignette

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
15	13	14	15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A poluição é iniciada nas áreas urbanas e é levada para outras áreas distantes (não urbanas), causando efeitos negativos no meio ambiente, em florestas, rios e afins.

Acid precipitation são produzidas longe da fonte de poluição, portanto longe das áreas urbanas. A opção de letra c diz que precipitação ácida é produzida nas áreas urbanas.

Portanto, é oposto ao correto presente no texto.

A pergunta é sobre o que os poluentes atmosféricos podem causar e/ou produzir. Com base nisso, a alternativa a não pode ser correta, pois ela fala de liberação de substâncias tóxicas – que já são os próprios poluentes – ficando redundante. A opção de letra c é oposta ao que o texto diz, pois, a precipitação ácida ocorre longe das áreas urbanas

– as áreas urbanas que produzem os poluentes. A alternativa d tem o mesmo argumento que a opção de letra a. Portanto, a única opção correta é a letra b, o que os poluentes atmosféricos produzem são “smogs” (combinação de fumaça e neblina), segundo o autor do texto em suas informações.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
18	17	19	20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resolução correta do exercício é demonstrada a seguir:

Horas	Água (milhões de litros)	Estações	Funcionários
36	45	18	26
x	55	13	22
	Diretamente Proporcional	Inversamente Proporcional	Inversamente Proporcional

$$\begin{aligned}
 36 &= \frac{45}{55} \cdot \frac{13}{18} \cdot \frac{22}{26} \\
 x &= \frac{5}{5} \cdot \frac{1}{2} \cdot \frac{2}{2} \\
 36 &= \frac{1}{1} \cdot \frac{1}{2} \cdot \frac{1}{1} \\
 x &= \frac{1}{2} \\
 36 &= \frac{1}{2} \\
 x &= 72
 \end{aligned}$$

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 1. Editora Ática, 2005.
- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Heitor. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 1: Aritmética. Editora Atual, 2013.
- PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. Editora Moderna, 2004.
- BIANCHINI, Rubens; PORTUGAL, Pedro. Matemática para Todos – Volume 1. Editora Saraiva, 2008.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	20	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisando os dados fornecidos, nota-se que temos um item que sempre estará presente nas amostras (cinto de segurança arrebitado). Sendo assim, devemos escolher 3 das amostras coletas e cada um deve ser distinto.

O número de maneiras distintas de escolher 3 itens entre 4 amostras é dado pela combinação:

$$\begin{aligned}
 C_{4,3} &= \frac{4!}{3! \cdot (4-3)!} \\
 C_{4,3} &= 4
 \end{aligned}$$

Com isso, há 4 formas de escolher 3 itens dentre as amostras.

Multiplicando pela quantidade de itens disponíveis: Agora, para cada uma dessas escolhas, precisamos considerar a quantidade de itens disponíveis de cada tipo.

- Se escolhermos poltronas com defeitos, temos 8 amostras disponíveis.
- Se escolhermos suportes de braços quebrados, temos 7 amostras disponíveis.
- Se escolhermos janelas estilhaçadas, temos 4 amostras disponíveis.
- Se escolhermos apoios para as pernas rompidos, temos 5 amostras disponíveis.

Então, para cada uma das 4 combinações, a quantidade total de maneiras de escolher as amostras será o produto das quantidades de itens disponíveis para os itens escolhidos. Vamos calcular isso para cada uma das 4 combinações possíveis das amostras:

Combinação 1: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 4 = 224$

Combinação 2: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 5 = 280$

Combinação 3: poltronas com defeitos, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 4 \cdot 5 = 160$

Combinação 4: suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $7 \cdot 4 \cdot 5 = 140$

Descobrimos todas as possibilidades, agora vamos somar os resultados para descobrirmos o total de quartetos possíveis.

$$224 + 280 + 160 + 140 = 804$$

A escolha de qual dos “10 cintos” entra em cada quarteto faz parte da combinação de itens, ou seja, 804 já representa todos os quartetos possíveis com um cinto e 3 outros tipos.

Fontes:

- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Heitor. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 7: Combinatória e Probabilidade. Editora Atual, 2013.
- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 3. Editora Ática, 2005.
- PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. Editora Moderna, 2004.
- OSS, Sheldon M. Introdução à Probabilidade e Estatística. Editora Pearson, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	23	22

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

Como Ana deve estar no comitê, 1 vaga deve ser fixada para ela. Sobram, portanto, 5 vagas no comitê e 18 especialistas disponíveis para ocupá-las (já foram excluídos Carlos e Ana do raciocínio: $20 - 2 = 18$). Assim, há um total de $C_{18}^5 = 11628$ maneiras distintas de formar essa comissão com as condições solicitadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	28	26	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Servidores públicos: princípios constitucionais.

A assertiva que afirma que João, por ser servidor estável, não poderia ser exonerado sem processo administrativo disciplinar, pois sua permanência no cargo é garantida em qualquer circunstância, está errada pois, nos termos do Art. 41, § 1º, da Constituição Federal, embora servidores estáveis tenham garantias contra exoneração arbitrária, é possível a perda do cargo por insuficiência de desempenho, decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo

disciplinar, desde que respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A afirmação de que Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública está correta estando em consonância com o Enunciado 651 da Súmula de jurisprudências do STJ, compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

No que diz respeito a assertiva que menciona que A Constituição Federal permite o acúmulo de dois cargos públicos, independentemente da área de atuação, desde que não haja prejuízo à administração pública, ela está errada em virtude de o acúmulo de cargos públicos só é permitido em situações específicas, como dois cargos de professor, um de professor e outro técnico ou científico, ou dois cargos na área da saúde (Art. 37, XVI, da Constituição Federal).

No que tange a assertiva de que O servidor público estável pode perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo disciplinar que assegure ampla defesa, mas não por insuficiência de desempenho, é considerada errada em virtude de a perda do cargo de servidor estável pode ocorrer por insuficiência de desempenho, desde que haja previsão legal e garantia de contraditório e ampla defesa, conforme Art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal e STF, ADI 5437/SP.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	32	33	31

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Prosperam as razões recursais ao afirmarem que a terceira afirmativa é falsa. Assim, o julgamento correto das assertivas deveria ser F / F / F. Desse modo, os recursos são procedentes e a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	44	44	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “AGÊNCIAS REGULADORAS: 5. Abordagens econômicas: teoria econômica da regulação, teoria da captura, teoria do agente principal.”

A questão foi pensada e desenhada para julgar 3 afirmativas. Desta feita, após o julgamento das afirmativas, o comando da questão solicita marcar a alternativa que apresenta o correto julgamento das afirmativas. Dessa forma, não há como ter mais de uma resposta que atenda ao comando da questão. Outrossim, não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado. Todas as afirmativas a serem consideradas estão corretas. (Vide transcrições a seguir):

(...), observou-se a teoria da captura diante da interferência política, pessoal e econômica que atinge os usuários-consumidores, acabando por impedir decisões de cunho técnico e partindo para interesses próprios. Importante frisar que o fenômeno da captura é originário dos Estados Unidos da América, sendo desenvolvida a partir dos estudos de George Stigler (The Theory of Economic Regulation) em 1971, considerado o marco dessas discussões, ora pertencentes à Escola de Economia de Chicago. Assim, por definição, a teoria da captura, ocorre quando interesses privados, ainda que não preponderem no início, acabam por ultrapassar os motivos do interesse público, visto que as agências reguladoras acabam por se curvar à influência dominante dos regulados ou serem capturadas pelos seus interesses (Salomão Filho, 2001). (Fonte: BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições.)

4.1) Teoria da Agência

A teoria do agente-principal vem sendo desenvolvida na tentativa de introduzir a questão dos incentivos. Na visão de HART (1995) apesar dela ser mais rica e mais realista em relação às firmas do que a teoria neoclássica, ela deixa de esclarecer o ponto básico dos determinantes dos limites da firma. Esta abordagem está relacionada com as questões

relativas tanto à assimetria de informações quanto àquelas relacionadas aos direitos de propriedade, uma vez que estes últimos possuem efeitos em termos de incentivos. Esta vertente da teoria dos contratos se interessa pelo relacionamento entre dois atores econômicos (um é o principal e o outro é o agente), no qual o agente dispõe de um conjunto de possíveis comportamentos a adotar, suas ações afetam o bem-estar entre as partes e dificilmente são observáveis pelo principal. Este tipo de relação coloca em tela o problema de assimetria de informações entre o agente e o principal. A análise consiste, então, em como um ator econômico (principal) estabelece um sistema de compensação (contrato) que motive o outro ator (agente) a agir de acordo com o interesse do primeiro. O grande ponto colocado por esta vertente da teoria dos contratos é que é difícil monitorar o esforço dos atores econômicos envolvidos em uma transação. Daí deriva-se uma grande dificuldade na elaboração dos contratos. Por esta razão são incluídos esquemas de incentivos baseados na performance observada. Na elaboração de um esquema de incentivos as partes envolvidas enfrentam o trade off entre incentivos ótimos e repartição de riscos ótima. Mesmo admitindo a vigência de um contrato entre as partes (como por exemplo, um contrato de concessão), a relação e o cumprimento dos dispositivos contratuais se enquadram num contexto de informação assimétrica, pois o principal dispõe de um conjunto imperfeito de informações sobre o agente. Se essas informações são referentes à estrutura de custos do agente (empresa regulada), é de se esperar que o principal (regulador) tenha uma base de conhecimento que depende da confiabilidade das informações prestadas pelo agente. Neste ponto reside o problema da captura do regulador por parte

Em questão de Teoria de Regulação Econômica, o primeiro grande conceito a ser lembrado é o de eficiência econômica, seja sob a forma produtiva, distributiva ou alocativa. O primeiro traduz-se na utilização da tecnologia e da planta produtiva instalada com o máximo de rendimento e mínimo custo; o segundo consiste na capacidade de eliminação de rendas monopolísticas e/ou outros ganhos temporários de agentes econômicos individuais através da concorrência;

A eficiência sob a forma alocativa, o mais importante do ponto de vista da Teoria da Regulação nos diz que um resultado econômico é mais eficiente do que outro se ele é superior de Pareto¹, o que geralmente ocorre quando há a realização de um maior número de transações e, portanto, maior renda é gerada. Há controversas na doutrina e jurisprudência a respeito do conceito de Teoria da Regulação, parte por ser um fenômeno recente no Brasil. Entende-se que a regulação jurídica é um fenômeno jurídico que autoriza determinados órgãos técnicos (agências reguladoras e outros similares) a normatizar e controlar determinada atividade de cunho técnico, fora do Poder Legislativo. Desta forma, fixamos como conceito operacional: é uma intervenção estatal em setores estratégicos da atividade econômica ou de serviços públicos, que visa normatizar, controlar e fiscalizar tendo em vista ao planejamento governamental para induzir comportamentos e restringir a liberdade dos agentes econômicos nos seus objetivos e instrumentos operacionais.

Fontes:

- BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições. In: Alimentação em jogo: o lobby na regulação da publicidade no Brasil [online]. Santo André: Editora UFABC, 2021, pp. 49-66.
- ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E PROBLEMAS REGULATÓRIOS. Helder Q. Pinto Jr. e Melissa Cristina Pinto Pires. Fevereiro/2000. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/notas-e-estudos-tecnicos/notas-tecnicas/arquivos/2000/nota-tecnica-9-2000.pdf>.
- DE LIRA, Marília Gabriela de Amp de. Teoria da Captura no Brasil. Revista Eletrônica da Estácio Recife, Recife, v. 1, n. 1, p.1-10, 2015. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/issue/view/6/showToc>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
42	49	48	47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 7 Boas práticas regulatórias: Análise do Impacto Regulatório.

Está incorreta apenas a afirmativa: “A adoção de Análise de Impacto Regulatório – AIR, como ferramenta obrigatória, garante a qualidade da regulação. Trata-se de encaixar esta ferramenta nos processos de produção normativa em curso nos diferentes órgãos da administração pública.”

Todas as demais afirmativas estão corretas.

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato.

Para melhor compreensão do tema abordado nesta questão, vide transcrição a seguir e as fontes consultadas para sua elaboração:

A recente introdução da obrigatoriedade de realização de Análises de Impacto Regulatório nos processos de edição e alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários de serviços, não somente para as agências reguladoras federais, mas também para todos os demais órgãos e entidades da administração pública federal, representa importante passo no sentido do aprimoramento da qualidade da regulação de responsabilidade desses órgãos e entidades. Nesse contexto, entende-se que a discussão sobre a forma de introdução dessa ferramenta no Brasil torna-se ainda mais relevante, e a experiência pioneira das agências reguladoras federais tende a ser utilizada como um importante benchmarking para a disseminação da ferramenta no país. Tanto na esfera federal quanto infranacional.

A institucionalização da AIR entre as agências reguladoras federais não se iniciou a partir do comando legal. Ao contrário, a experiência acumulada pelas agências serviu de base para a edição do Decreto que regulamenta a legislação, e, antes disso, para a edição do documento “Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de Análise de Impacto Regulatório – AIR”, publicado em junho de 2018, para orientar a elaboração e a aplicação da ferramenta no âmbito do Governo Federal. Apesar dessa origem comum, o processo de introdução da AIR não se deu de maneira convergente entre as agências federais. Diferentes modelos de implantação têm sido adotados ao longo do tempo, variando de acordo com as capacidades institucionais e com as práticas regulatórias adotadas por cada órgão, o que leva a resultados diferentes e, conseqüentemente, sugere formas distintas de utilização da ferramenta. A legislação nova que determina a adoção da AIR em toda a administração pública federal impõe o desafio de institucionalizar a AIR nesses órgãos e, mais ainda, torná-la um instrumento efetivo no processo de tomada de decisão.

A simples adoção da AIR como ferramenta obrigatória não garante a qualidade da regulação. Logo, não se trata de encaixar a ferramenta nos processos de produção normativa em curso nos diferentes órgãos da administração pública federal.

O principal ganho esperado é aquele decorrente do potencial de transformação do processo de elaboração de atos normativos provocado pela sistematização da AIR (GUARANY, 2019). Não basta, portanto, a simples conversão da AIR em um documento de preenchimento obrigatório pelo regulador, por meio de um formulário sem reflexão ou dados suficientes, para dar cabo de mais uma burocracia no dia a dia do regulador. Ao contrário. O uso indiscriminado da ferramenta traz consigo o risco de utilização da AIR para outros fins, diferentes do que se espera, que levam a resultados que pouco ou nada contribuem para o processo de tomada de decisão. Em vez disso, prestam-se a legitimar a atuação do regulador ou decisões previamente tomadas, invertendo a lógica da aplicação da ferramenta.

2 – Regulação e AIR

A regulação pode ser compreendida como a intervenção do Estado sobre a economia por meio da imposição de regras e sanções voltadas para a correção de falhas de mercado e a maximização dos benefícios para a sociedade (BOEHN, 2007). Tal intervenção, no entanto, não se dá de forma direta, pela mera imposição de objetivos do Estado. Em vez disso, incumbe ao regulador o importante papel de atuar na conciliação dos interesses do Estado, do mercado e da sociedade e no diálogo com os agentes sujeitos à regulação (MARQUES NETO, 2009).

Fonte:

- Boas Práticas Regulatórias - Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira – Qualireg. (Livro Eletrônico). Coletânea de experiências e pesquisas aplicadas em regulação sobre construção de

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	45	41	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático:” REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 4 Reforma do Estado e o papel das Agências Reguladoras.”

A questão foi pensada e desenhada para julgar 5 afirmativas. Desta feita, após o julgamento das afirmativas, o comando da questão solicita marcar a alternativa que apresenta o correto julgamento das afirmativas. Dessa forma, não há como ter mais de uma resposta que atenda ao comando da questão. Outrossim, não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado.

Está incorreta apenas a afirmativa: “No Brasil, a reforma do Estado não deixou dúvidas quanto ao seu alinhamento ao gerencialismo combinado a propostas no campo da regulação. A reforma administrativa serviu ao processo de instauração de um novo Estado regulador no país, apresentando propostas objetivas, detalhadas, prontas e acabadas no campo da regulação.” (Vide transcrição a seguir):

No Brasil, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) não deixou dúvidas quanto ao seu alinhamento a essa agenda dupla, ou seja, o gerencialismo combinado a propostas inovadoras no campo da regulação. Todavia, nota-se também que o PDRAE é, verdadeiramente, pouco detalhado na temática da regulação. Embora o plano recomende que a reforma administrativa sirva ao processo de instauração de um novo Estado regulador no país – o qual surgiria como produto de uma reforma de Estado mais ampla do que a iniciativa reformista circunscrita à esfera da gestão pública –, não se pode afirmar que estão no plano propostas prontas e acabadas no campo da regulação.

Contudo, a filiação programática ao movimento de reformas regulatórias vigente nos anos 1990 ao redor do mundo, somada à estratégia de desconcentração do Estado por intermédio da criação de agências (ou agencificação), fez com que o PDRAE impulsionasse a instauração de agências reguladoras no Brasil. Esses órgãos concretizaram transformações no terreno das relações entre a administração pública e o mercado (e destes para com a sociedade), acompanhando o processo de privatização de empresas e delegação de serviços públicos em curso na mesma época. Ao final, entende-se que precedentes internacionais que serviram de base para a mutação do Estado no sentido do novo perfil regulatório foram também modulados pelas particularidades administrativas e políticas brasileiras. O resultado, como veremos, em parte confirma e em parte frustra as expectativas do PDRAE e de seus idealizadores. Contudo, uma conclusão mais abrangente aponta para o enraizamento e a normalização do modelo de agências, o qual segue atendendo a tendências dominantes no campo da gestão pública.

As agências reguladoras foram indispensáveis também para o que Majone (1997) tratou como a transição do Estado positivo para o Estado regulador. O primeiro diz respeito ao Estado de tipo interventivo e de atuação ampla e deliberada na economia, inclusive como provedor de bens e serviços. O Estado regulador, por seu turno, atuaria de modo mais indireto, por meio de uma governança dita passiva ou negativa, posto que voltada a orientar, corretivamente e de uma maneira antecipatória e formalizada, as decisões de agentes econômicos privados (Jayasuriya, 2001). O Estado regulador deteria objetivos circunscritos à geração de eficiência econômica e à promoção de competição, além da proteção de usuários e consumidores, em casos específicos (Christensen e Lægreid, 2006).

Fonte:

- REFORMAS DO ESTADO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS, INOVAÇÕES E DESAFIOS. Organizadores(as) Pedro Luiz Costa Cavalcante. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Rio de Janeiro – 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10944/1/AgenciasReguladorasBrasileiras_cap09.pdf. Ta efetuada em: 27.01.2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
51	54	60	56

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A apresenta dois atributos compatíveis com as características associadas aos mananciais subterrâneos:

1. Baixa vulnerabilidade à contaminação, quando comparados aos mananciais superficiais, especialmente pela proteção natural oferecida pelos solos e aquíferos confinados.
2. Estabilidade na qualidade da água, uma vez que a água subterrânea apresenta menor variação de parâmetros físico-químicos e biológicos ao longo do tempo, sobretudo em fontes bem protegidas.

A Resolução CONAMA nº 396/2008 e a Portaria GM/MS nº 888/2021, citadas no recurso, reconhecem que água subterrânea pode ser contaminada, o que não implica afirmar que são altamente vulneráveis, mas sim que necessitam de monitoramento regular, como qualquer fonte de abastecimento. Tal exigência não contraria o conteúdo da alternativa A, uma vez que a baixa vulnerabilidade é relativa à água superficial, que sofre contaminações mais frequentes e diretas por escoamento superficial, poluição difusa e atividades antrópicas.

Além disso, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), em seu Manual de Saneamento (2019), destaca que as águas subterrâneas, principalmente de aquíferos confinados, apresentam qualidade superior e estabilidade em relação às águas superficiais, o que justifica a escolha de poços tubulares profundos em sistemas de abastecimento de menor porte.

Análise das demais alternativas:

- Alternativa B (INCORRETA): Apesar de a água subterrânea corresponder a uma parcela significativa da água doce no planeta, a maior disponibilidade global não garante disponibilidade local, tampouco facilidade de exploração em áreas urbanas, onde há conflitos de uso do solo, restrições técnicas e necessidade de perfurações com avaliação hidrogeológica criteriosa. Além disso, o enunciado pede vantagens da água subterrânea em relação à superficial, e não dados globais de disponibilidade.
- Alternativa C (INCORRETA): A recuperação de mananciais subterrâneos não é rápida. Aquíferos possuem tempo de recarga mais lento, e a água subterrânea depende da infiltração e percolação, com resposta retardada em períodos de estiagem, o que compromete a resiliência.
- Alternativa D (INCORRETA): A exploração de águas subterrâneas frequentemente exige tratamento para ferro, manganês e desinfecção, além de apresentar custo energético elevado para bombeamento, especialmente em poços profundos.

As razões recursais não procedem, pois não demonstram incorreção da alternativa A. A alternativa apresenta conteúdo técnico coerente, respaldado pela literatura especializada e normativos técnicos, sendo a mais adequada diante das opções apresentadas.

Decisão da Banca: Recurso improcedente. Mantido o gabarito oficial – Letra A.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021. Estabelece os padrões de qualidade da água para consumo humano.
- CONAMA. Resolução nº 396/2008 – Diretrizes para classificação e enquadramento das águas subterrâneas.
- FUNASA. Manual de Saneamento. 4. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2019.
- VON SPERLING, Marcos. Introdução à Qualidade das Águas e ao Tratamento de Esgotos. 4. ed. Belo Horizonte: DESA/UFMG, 2014.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
52	60	54	59

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa B, aponta uma ação direta e imediata adequada ao ponto de detecção do problema, indicando o aumento da dosagem de cloro e o reforço no monitoramento da rede de distribuição, o que está em plena conformidade com o preconizado pelas normas técnicas e sanitárias vigentes, incluindo a Portaria GM/MS nº 888/2021 e os manuais da FUNASA. Esta alternativa contempla medidas corretivas diretamente aplicáveis e eficazes para corrigir a falha no processo de desinfecção.

Análise das outras alternativas:

Alternativa A (INCORRETA):

Embora a Resolução CONAMA nº 122/2009, de fato, preveja como medida corretiva a adição de produtos químicos para melhorar a eficácia da desinfecção, a alternativa A afirma textualmente:

"Aplicação de floculantes na estação de tratamento para remoção das impurezas presentes na água."

Essa ação se refere à etapa de tratamento convencional, anterior à distribuição, e não se aplica como resposta prioritária diante da detecção de coliformes na água já distribuída, como especifica o enunciado.

Além disso, o uso de floculantes não é uma resposta imediata e pontual à falha no controle microbiológico no sistema de distribuição, mas sim uma etapa preparatória do tratamento que não garante eficácia contra coliformes, principalmente se eles já atingiram a rede.

Portanto, a alternativa A contém informação parcialmente inadequada, o que a torna incorreta no contexto da questão.

Alternativa C (INCORRETA)

A suspensão imediata do fornecimento de água não é a primeira medida a ser adotada quando há detecção de coliformes totais sem risco sanitário imediato, como indicado no próprio enunciado da questão.

A Portaria GM/MS nº 888/2021, em seus dispositivos e anexos, bem como os manuais da FUNASA, indicam que a interrupção do fornecimento é uma medida extrema, reservada para situações em que há risco sanitário iminente, como a presença de *Escherichia coli* ou contaminações químicas em níveis agudos.

No caso descrito, o cenário exige ações corretivas proporcionais, como aumento da cloração e intensificação do monitoramento, e não a interrupção do abastecimento, o que causaria impacto desnecessário à população.

Alternativa D (INCORRETA)

A substituição do manancial superficial por um subterrâneo não é uma medida viável como resposta imediata a uma detecção pontual de coliformes totais.

Alterar a fonte de abastecimento exige estudos hidrogeológicos, projeto técnico, licenciamento ambiental e perfuração de poços, o que demanda tempo e recursos significativos.

Além disso, a Portaria GM/MS nº 888/2021 e o Manual de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano da FUNASA (2021) orientam que a resposta prioritária deve ser operacional e corretiva, como reforço da cloração e monitoramento, e não estrutural.

A alternativa D, portanto, propõe uma solução estrutural de longo prazo para um evento pontual, o que a torna tecnicamente inadequada e desproporcional.

A alternativa B é a única tecnicamente correta, proporcional, eficaz e imediatamente aplicável ao cenário descrito. As alternativas A, C e D não atendem simultaneamente aos critérios de prioridade, viabilidade e adequação técnica exigidos pela legislação vigente.

Fontes:

- BRASIL. Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021.
- BRASIL. Resolução CONAMA nº 122, de 11 de dezembro de 2009.
- FUNASA. Manual de Procedimentos de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, 2021.
- BRASIL. Manual Operacional de ETA – ANA/SNSA, 2020.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
54	57	56	52

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

Com base na análise detalhada dos argumentos apresentados pelos candidatos e nos fundamentos técnicos citados — especialmente a NBR 12218:2017, o Manual da FUNASA (2019) e autores especializados em engenharia hidráulica — há fundamento técnico consistente para a revisão do gabarito preliminar da alternativa D para a B.

Alternativa D (INCORRETA)

Erro conceitual:

A alternativa afirma que "*o uso de válvulas redutoras de pressão deve ser adotado estrategicamente em regiões de alta cota topográfica*", o que contradiz fundamentos técnicos.

Em redes de distribuição de água, a pressão estática é maior nas regiões de baixa cota topográfica, pois a diferença de altura (desnível) em relação ao reservatório é maior. Isso é descrito claramente pela fórmula da pressão hidrostática:

$$P=p \cdot g \cdot h$$

onde h representa a altura da coluna d'água — ou seja, maior em regiões de baixa cota.

A NBR 12218:2017, seção 4.5, recomenda o uso de válvulas redutoras de pressão (VRP) nos pontos de maior pressão estática, geralmente em regiões de menor cota.

O Manual da FUNASA (2019) reforça a instalação dessas válvulas em zonas de baixada ou sopés de morros, onde a pressão tende a exceder os limites técnicos e estruturais do sistema.

A aplicação de VRPs em pontos altos é tecnicamente incorreta, pois estes, em geral, apresentam pressão insuficiente, sendo mais comuns nesses locais o uso de booster pumps (bombas de recalque) e não válvulas redutoras.

O uso do termo "alta cota topográfica" como critério para o uso de VRP é ambigualmente técnico, podendo induzir ao erro candidatos que dominam o conteúdo.

A alternativa confunde a causa (reservatório em cota elevada) com o efeito (excesso de pressão nos pontos baixos da rede).

A questão, portanto, incorre em erro conceitual e generalização imprópria, ao sugerir que somente a alta cota justifica a instalação de VRPs, sem considerar o desnível entre o reservatório e o ponto de uso — variável determinante para o dimensionamento da pressão.

Alternativa B (CORRETA)

A alternativa B é correta, pois reflete uma diretriz clara de projeto e operação de redes de abastecimento: evitar variações bruscas de pressão é desejável e praticado na engenharia hidráulica.

Portanto, ela atende completamente ao critério técnico e é considerada correta

A alternativa B, embora mais interpretativa, apresenta um fundamento técnico defensável ao sugerir que é desejável evitar variações de pressão ao longo do dia — algo que é de fato perseguido na engenharia hidráulica, com uso de sistemas de controle de pressão.

A alternativa D está tecnicamente incorreta: recomenda o uso de válvulas redutoras de pressão (VRPs) em regiões de alta cota, quando, de fato, essas válvulas devem ser instaladas em regiões de baixa cota, onde ocorre maior pressão estática, conforme estabelecido na NBR 12218:2017, seção 4.5, no Manual da FUNASA (2019) e em diversos autores de engenharia hidráulica (ex: Tucci, Braga, Tortajada).

A alternativa B é tecnicamente correta e fundamentada: controlar ou evitar variações de pressão ao longo do dia é uma boa prática de engenharia e um objetivo operacional desejável, inclusive com aplicação de VRPs, sistemas de automação, reservação estratégica e setorização.

Fontes:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12218:2017 – *Projeto de redes de distribuição de água para abastecimento público*. Rio de Janeiro: ABNT, 2017.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). *Manual de engenharia para sistemas públicos de abastecimento de água*. 4. ed. Brasília: FUNASA, 2019.
- TUCCI, Carlos E. M. *Águas urbanas: gestão e planejamento integrado*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

- LINSLEY, R. K.; FRANZINI, J. B.; FREYBERG, D. L.; TCHOBANOGLOUS, G. *Hydrology for engineers*. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 1993.
- BASTOS, R. K. X. et al. *Hidráulica e hidrologia aplicadas à engenharia ambiental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
56	59	52	55

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Não há erro técnico no conteúdo da alternativa C, mas sim vício formal na formulação. A ausência de uma correspondência clara entre os números e os elementos apresentados compromete a interpretação segura e única da questão.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	58	53	60

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta um estudo de caso concreto (Município fictício de Santa Vitória) que busca:

- Solução para limitação de espaço físico;
- Crescimento da geração de resíduos;
- Melhoria da eficiência e redução dos impactos ambientais.

Neste contexto, a compactação dentro da estação de transbordo não apenas viabiliza a redução do volume dos resíduos, como atende diretamente às metas de eficiência, economia e mitigação de impactos, constituindo-se, portanto, na função crítica e operacionalmente mais significativa da instalação.

Embora a função primária de uma estação de transbordo seja a transferência dos resíduos entre veículos, no cenário moderno e contextualizado da gestão de resíduos no Brasil, a compactação emerge como uma função operacional crítica, sem a qual a logística, a viabilidade econômica e o controle ambiental do sistema estariam comprometidos.

Assim, a alternativa D da questão (“Reduzir o volume dos resíduos por meio da compactação e encaminhá-los para tratamento ou disposição final de forma mais eficiente”) é tecnicamente defensável e coerente com a realidade da engenharia sanitária brasileira, não havendo erro material ou conceitual que justifique sua anulação.

Fontes:

- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Termo de Referência Técnico para Elaboração do Projeto Básico e Executivo Completo de Estação de Transbordo Simplificada. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/saneamento/13_TRProjRSUEstacao_Transb_Simplif2010_2011.pdf.
- CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado. 4. ed. São Paulo: CEMPRE, 2018. 316 p. Disponível em: https://cempre.org.br/wp-content/uploads/2020/11/6-Lixo_Municipal_2018.pdf.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13896: resíduos sólidos – estações de transbordo – requisitos para projeto, operação e controle. Rio de Janeiro, 1997.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Manual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/residuos-solidarios/gestao-integrada-de-residuos-solidos>.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. Relatório Técnico: manejo e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Ministério do Desenvolvimento Regional, 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
60	53	55	57

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Afirmativa 1: Falsa.

A instalação de hidrômetros em todas as unidades consumidoras está relacionada diretamente ao controle de perdas aparentes, e não de perdas reais. As perdas reais envolvem vazamentos e rupturas físicas no sistema, enquanto os hidrômetros combatem a submedição e ligações clandestinas, ou seja, perdas aparentes.

Afirmativa 2: Verdadeira.

Os macromedidores são utilizados para medição de grandes volumes em entradas e saídas de setores, estações e reservatórios. Sua aplicação é essencial para o balanço hídrico setorial e, assim, para a localização e quantificação das perdas aparentes e reais. Embora seu uso esteja mais associado ao controle de perdas totais (soma das aparentes e reais), sua contribuição no cálculo da diferença entre produção e consumo impacta diretamente no controle das perdas aparentes também.

Afirmativa 3: Verdadeira.

A telemetria é uma ferramenta moderna de gestão, permitindo o monitoramento remoto e em tempo real de vazão, pressão e consumo. Ela auxilia na identificação precoce de anomalias como vazamentos, fraudes e oscilações de pressão.

Afirmativa 4: Verdadeira.

A substituição de hidrômetros antigos melhora a precisão da medição, reduzindo a submedição e, conseqüentemente, as perdas aparentes. Equipamentos desgastados tendem a subestimar o consumo real, impactando diretamente nos indicadores de perdas não físicas.

Conforme estabelecido nas normas técnicas (especialmente a ABNT NBR 12.218:2027), a macromedição é componente essencial para o controle de perdas totais, o que inclui tanto as reais quanto as aparentes. A medição de grandes vazões em setores ou distritos permite calcular perdas aparentes por diferença entre produção e consumo faturado, sendo, portanto, essencial ao controle das perdas aparentes também.

Fontes:

- ABNT NBR 12.218:2027 – Sistemas de Abastecimento de Água – Projeto.
- IWA – International Water Association. Water Loss Task Force, 2003.
- ANA – Agência Nacional de Águas. Manual de Redução de Perdas. Brasília, 2015.
- ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Manual de Hidrometração, 2020.
- SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto 2023.
- FUNASA. Manual de Saneamento, 2019.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
61	64	63	62

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há generalizações e ambiguidades de conceitos, o que não procede. Observa-se que a fiscalização estatal no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) faz parte do poder de polícia administrativa, que permite ao Estado limitar, condicionar ou orientar as atividades privadas em prol do interesse público, especialmente na proteção ambiental e na promoção do desenvolvimento sustentável. Essa fiscalização não é apenas um ato passivo de acompanhamento, mas sim uma atuação ativa, orientadora e impositiva, que garante o cumprimento das normas e princípios que regem os serviços de saneamento, incluindo os resíduos sólidos.

Portanto, a fiscalização é fundamental tanto para assegurar que os prestadores de serviços cumpram os requisitos

legais e técnicos quanto para garantir que as diretrizes da gestão integrada sejam efetivamente aplicadas. Além disso, todas as demais alternativas estão incorretas. Cabe ainda destacar que a questão de orientação imperativa é claramente posta da literatura sobre o tema, conforme expresso abaixo:

“Percebe-se, assim, que a fiscalização estatal, que constitui uma das fases essenciais do ciclo do poder de polícia, não só influencia a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos, mas também os orienta imperativamente. Isso porque a fiscalização estatal, a partir do ordenamento de polícia, vai realizar, de forma prévia, o acompanhamento, o monitoramento, (...)” Extraído do livro JR., Alceu de Castro G.; MELO, Alisson José M.; MONTEIRO, Mario Augusto P. Regulação do saneamento básico. Barueri: Manole, 2013. E-book. p.372. ISBN 9788520445051, página 371. Desta forma o recurso é improcedente.

Fonte:

- JR., Alceu de Castro G.; MELO, Alisson José M.; MONTEIRO, Mario Augusto P. Regulação do saneamento básico. Barueri: Manole, 2013. E-book. p.372. ISBN 9788520445051.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
62	61	64	65

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa I não afirma que o uso de aterros controlados é uma solução adequada do ponto de vista ambiental, mas sim que se trata de uma solução rápida, fato que é condizente com a realidade operacional, uma vez que esse tipo de disposição tem menor complexidade construtiva e menor exigência de infraestrutura, quando comparado a sistemas ambientalmente mais adequados, como os aterros sanitários. Portanto, a alternativa reflete uma condição real observada na transição de sistemas de disposição de resíduos nas cidades brasileiras. A alternativa I está coerente ao destacar os riscos ambientais associados aos aterros controlados, sobretudo no que se refere à ausência de sistema de impermeabilização eficiente, o que permite a infiltração de chorume no solo e contaminação do lençol freático. Embora haja alguma melhoria operacional em relação aos lixões, como o uso de cobertura com camada de solo e controle diário dos resíduos, esses sistemas não possuem garantias efetivas de proteção ambiental, principalmente no que tange ao controle de percolados e gases. Importante destacar que, embora alguns aterros controlados adotem medidas paliativas de drenagem ou cobertura, estas não são equivalentes aos sistemas de impermeabilização e proteção ambiental exigidos nos aterros sanitários licenciados. Ademais, a alternativa não afirma que há ausência total de controle, limitando-se a apontar, corretamente, a ausência de impermeabilização como um fator crítico de risco ambiental, alinhado ao entendimento técnico e normativo sobre o tema.

A alternativa II está tecnicamente correta ao descrever os processos construtivos de aterros sanitários, citando corretamente os métodos de alteamento e escavação, que se referem à concepção física do aterro, conforme a literatura técnica. Tal definição encontra respaldo, por exemplo, em TELLES, Dirceu D. (2022), que define esses métodos como parâmetros de concepção física da obra. “O aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos consiste na técnica de disposição final de resíduos no solo sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais. É um local destinado à decomposição final de resíduos gerados pelas atividades humanas, tais como resíduos domésticos, comerciais, da indústria de construção e os resíduos retirados do esgoto. Esses aterros se baseiam na técnica de se enterrar os resíduos, buscando sua decomposição e redução de volume à longo prazo na natureza. Pode-se considerar, em função do processo construtivo, dois tipos de aterros sanitários: por método de alteamento e por método de escavação. A metodologia de disposição de resíduos sólidos do Aterro Sanitário é reconhecida e difundida em quase todo mundo, principalmente quando existem áreas disponíveis.” Disponível em TELLES, Dirceu D. Resíduos sólidos: gestão responsável e sustentável. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. p.36. ISBN 9786555061055.

Ressalta-se que os métodos de rampa, trincheira e área se referem às técnicas operacionais de disposição dos resíduos dentro do aterro, e não à concepção construtiva do aterro em si. Portanto, não há inconsistência na alternativa ao mencionar apenas alteamento e escavação, visto que esses são, de fato, os critérios que definem o tipo de construção de um aterro sanitário. Além disso, a alternativa corretamente menciona que a disposição dos resíduos no aterro sanitário contribui para a redução de volume ao longo do tempo, o que ocorre tanto pela compactação mecânica durante a operação, quantos pelos processos naturais de decomposição e acomodação dos resíduos, corroborando os princípios operacionais desse tipo de infraestrutura.

Fonte:

- TELLES, Dirceu D. Resíduos sólidos: gestão responsável e sustentável. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. p.36. ISBN 9786555061055.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
63	62	65	61

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cabe destacar que há regulamentação adequada e própria, que explicita as responsabilidades quanto ao descarte de pilhas e baterias. Observa-se na literatura:

“O consumidor deve descartar corretamente as pilhas e baterias, em locais de coleta ou pontos de recebimento, instituídos pelos estabelecimentos de venda, para o caso das pilhas e baterias de recolhimento obrigatório. O consumidor pode ainda entregar suas pilhas e baterias em pontos de coleta ou programas de coleta seletiva, que são disponibilizados por iniciativas privadas ou por órgãos públicos.

A Resolução Conama no 401/2008 estabelece que os fabricantes ou importadores de pilhas e baterias têm a responsabilidade de encaminhar esses resíduos para a destinação ambientalmente adequada, devendo as pilhas e baterias recebidas ou coletadas ser “acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, até a destinação ambientalmente adequada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, contemplando a sistemática de recolhimento regional e local” (art. 3o, inciso III, parágrafo 3o).” Extraído de BARBOSA, Rildo P.; IBRAHIN, Francini Imene D. Resíduos Sólidos - Impactos, Manejo e Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. p.131. ISBN 9788536521749, página 131.

Fonte:

- BARBOSA, Rildo P.; IBRAHIN, Francini Imene D. Resíduos Sólidos - Impactos, Manejo e Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. p.131. ISBN 9788536521749.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
65	63	61	64

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Entende-se que o método de compactação é o método mais comum e amplamente aceito como forma de redução volumétrica nas estações de transbordo. A trituração embora não tão comum nas estações de transbordo convencionais, em alguns modelos mais sofisticados, especialmente no exterior, a trituração pode ser aplicada para reduzir o volume de resíduos volumosos (como móveis, resíduos de poda ou resíduos de construção civil), antes do transporte. Além disso, pode ocorrer, em alguns casos, é a existência de atividades complementares, como pré-seleção ou triagem informal de materiais recicláveis, antes da compactação ou transbordo dos resíduos, o que denota que a atividade de reciclagem pode ser sim atrelada à redução de volume em uma estação de transbordo. Há ainda amparo na literatura especializada, conforme segue abaixo:

“Transbordo é a denominação que se dá à instalação intermediária entre o serviço de coleta e o ponto de destinação final, em cujo interior os resíduos são transferidos de um veículo a outro meio de transporte, que podem ser: caminhões de maior capacidade, barcas ou vagão ferroviário. O transbordo pode ser classificado:

- » quanto ao meio de transporte adotado: podendo ser por via rodoviária, ferroviária ou hídrica;
- » quanto à armazenagem do lixo: em decorrência da existência ou não de fosso de acumulação de resíduos;
- » quanto ao tratamento prévio do lixo: com ou sem sistema de redução de volume;
- » quanto ao sistema de redução do volume adotado: por compactação dos resíduos, por trituração ou por reciclagem.”

Fonte:

- BARBOSA, Rildo P.; IBRAHIN, Francini Imene D. Resíduos Sólidos - Impactos, Manejo e Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: Érica, 2014. E-book. p.141. ISBN 9788536521749.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
66	69	70	69

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item III foi fundamentado no Artigo 18 da Resolução ARCE 130/2010, o qual diz que “as ligações temporárias terão duração máxima de 6 (seis) meses, e poderão ser prorrogadas a critério do prestador de serviços, mediante solicitação formal do usuário. O prestador de serviços poderá exigir, a título de garantia, o pagamento antecipado do abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, declarados no ato da contratação, em até 3 (três) ciclos completos de faturamento. Em ligações temporárias para construção, quando for o caso, o ramal predial deverá ser dimensionado, de modo a ser aproveitado para a ligação definitiva, desde que esteja adequadamente dimensionado e em bom estado de conservação.” Já o Artigo 21 estabelece que “antes de efetuada a ligação definitiva, deverá ser procedida, a cargo do usuário, a desinfecção da instalação predial de água e a limpeza do reservatório, que deverá ser repetida a cada 6 (seis) meses, no mínimo”. Sendo assim, o item III da prova em questão está errado.

Além disso, o item V também está errado uma vez que a Lei Estadual nº 14.394/2009 estabelece que “a ARCE atuará na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico geridos por consórcios públicos formados com a participação do Estado do Ceará. Compete à ARCE também a regulação, a fiscalização e o monitoramento dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados pela CAGECE, cujo custeio para a execução destas a ARCE receberá da CAGECE repasses mensais calculados em 0,15 (quinze centésimos) de Unidade Fiscal de Referência – UFIRCE, em relação a cada unidade usuária do serviço de abastecimento de água e a cada unidade usuária do serviço de esgotamento sanitário cadastradas no mês de referência”.

Desta forma mantém-se como alternativa acertada desta questão a letra D, uma vez que estão corretos apenas os itens I, II, IV e VI.

Fontes:

- file:///C:/Users/cliente/Downloads/Resolucao-130.10-Estabelece-condicoes-gerais-na-prestacao-e-utilizacao-dos-servicos-publicos-de-abastecimento-de-agua-e-de-esgotamento-sanitario.%20(1).pdf
- <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/5288-lei-n-14-394-de-07-07-09-d-o-de-09-07-09>

Cargo: Analista de Regulação - Especialista em Transportes

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
01	05	10	08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Tecer um bom texto é uma tarefa que requer competência por parte de quem a pratica, pois a construção textual não pode ser vista como um emaranhado de frases soltas e ideias desconexas. Pelo contrário, elas devem estar organizadas e justapostas entre si, denotando clareza de sentido em relação à mensagem que se deseja transmitir. O tema é algo mais abrangente e consiste no assunto que deve ser explorado ao longo do texto. Já o título é algo mais sintético, é como se fosse afunilando o assunto que será posteriormente discutido. O importante é sabermos que: do tema é que se extrai o título, haja vista que o tema é um elemento-base, fonte norteadora para os demais passos. Existem certos temas que não revelam uma nítida objetividade, como o exposto anteriormente. É o caso de fragmentos literários, trechos musicais, frases de efeito, entre outros. Nesse caso, exige-se mais do leitor quanto à questão da interpretação, para daí chegar à ideia central. Conclui-se, portanto, que tema e título são diferentes elementos de um texto. Tema é o assunto mais abrangente que é discutido, e título é uma frase sucinta que nomeia o texto. Justifica-se, portanto, que o tema do texto em questão é: “a hipocrisia da sociedade e a complexidade da natureza humana”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
02	10	07	11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A habilidade prevista concerne à capacidade de localizar, no percurso do texto, uma informação que, implicitamente, não é evidenciada na sua superfície. Como se vê, corresponde a uma habilidade bastante elementar; porém criteriosa. Assim, espera-se que o leitor seja capaz de reconhecer uma informação estabelecida entre várias outras expressas de forma clara e evidente no texto. São informações que se situam na sua superfície, ou seja, são explícitas no texto:

O menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos: “Fui embora, com o rosto corado de vergonha”; “De vergonha mesmo?”; e “Eu estava cheia de um sentimento de amor, gratidão, revolta e vergonha”.

A personagem, ao comprar o doce para o menino, sente-se envergonhada por estar ao lado de um menino sujo de rua: “Um pouco aturdida eu o olhava, ainda em dúvida se fora a mão da criança o que me ceifara os pensamentos”; “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, sem querer espiar as mesas da confeitaria onde possivelmente algum conhecido tomava sorvete, entrei, fui ao balcão e disse com uma dureza que só Deus sabe explicar: um doce para o menino”; e “Eu não olhava a criança, queria que a cena humilhante para mim, terminasse logo”.

A personagem indaga a respeito da sinceridade e das motivações por trás dos atos caridosos e humanitários: “E as pessoas que tomavam sorvete?”; Agora, o que eu queria saber com autocrueldade era o seguinte: temera que os outros me vissem ou que os outros não me vissem?; e “O fato é que, quando atravessasse a rua, o que teria sido piedade já se estrangulava sob outros sentimentos”.

No entanto, de acordo com o enredo na narrativa, infere-se que, logo após deparar-se com a realidade das ruas, a personagem sente um peso na consciência por fazer parte de um grupo social que não se importa com o bem-estar do próximo ou que finge não enxergar os problemas precários daquele momento. Após sentir-se odiada por si mesma e, ao mesmo tempo, caridosa, o ato leva a personagem a refletir sobre problemas vivenciados a partir de então. Dessa forma, tal informação em destaque é implícita, ou seja, subentendida.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
03	07	01	10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A caridade é um tema que transcende religiões, culturas e sociedades, sendo um dos pilares fundamentais da convivência humana. O conceito de caridade não se limita apenas à doação de recursos financeiros, mas abrange um amplo espectro de ações voltadas para o amor ao próximo e a promoção do bem-estar coletivo. Em relação à crônica, o menino proporcionou a personagem um momento de reflexão, acerca dos valores humanos. A forma como cada um se importa com o sofrimento do outro: comprovação da opção de resposta B. Ressalta-se que o desfecho ocorre quando a personagem percebe o quanto seus problemas tornam-se pequenos diante dos problemas do garoto: comprovação da opção de resposta A. Uma das reflexões da personagem põe em destaque, também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social, isto é, conferindo aqui uma própria crítica da caridade: comprovação da opção de resposta D. No entanto, “a caridade é um tipo de ação que “disfarça” a crueldade do sistema e o desperdício do que lhe é inerente – tecendo uma própria crítica da caridade, já que as pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, “usam a pobreza delas para fazer algo bom apenas para se sentirem melhor”.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
05	09	08	12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A expressão “susceptibilidade”, de acordo com o contexto em que se encontra empregada, significa: predisposição para reagir a influências externas; idiossincrasia; predisposição; inclinação. “Insipiência” significa: ignorância. As demais associações estabelecidas estão corretas e adequadas, a saber: aturdida (espantada, surpreendida); hesitou (desconfiou, duvidou); e perplexa (admirada, estarecida).

Fontes:

- O próprio texto.
- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
07	02	11	06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como já evidenciado anteriormente, o desfecho do texto retrata uma própria crítica da caridade. As pessoas vivem alheadas em relação aos outros, e de certa forma, usam a pobreza delas para fazer algo “bom” apenas para se sentirem melhor. Um tipo de ação que disfarça a crueldade do sistema e a exploração que lhe é intrínseca. Uma das reflexões da personagem põe em destaque também, a ideia de exibicionismo relacionado à caridade. A caridade como um procedimento que confere status social.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
09	06	05	04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A única informação correta apresentada para análise é: O sujeito da oração “Recebeu um doce em cada mão, [...]”, pode ser identificado pelo contexto, pois trata-se de sujeito oculto. As demais afirmações possuem erros graves, a saber:

- No trecho “Acordei finalmente”, o sujeito paciente é percebido através da forma verbal apresentada: o sujeito da oração é oculto.
- Em “[...] o sol parecia brilhar com mais força.” (11º§), o termo “mais” intensifica a ação verbal: na verdade o termo “força” que recebe tal intensificação.
- No excerto “Sem olhar para os lados, por pudor talvez, [...]” (4º§), a expressão “talvez” denota “convicção”: a palavra “talvez” indica “incerteza”, “dúvida”.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2021.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
11	01	06	02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Caridades odiosas” é uma expressão que não tem sentido, pois a caridade é uma virtude que consiste em ajudar o próximo sem esperar nada em troca. São caridades feitas sem ser de coração, feitas sem vontade ou por obrigação.

As demais opções de respostas são ideias secundárias ou acessórias abordadas ao longo do texto.

Conteúdo Programático: Compreensão e interpretação de textos.

Fonte:

- O próprio texto.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
13	14	15	14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão argumentada, trata-se de uma questão gramatical, envolvendo a área da fonética e fonologia da língua inglesa. O recurso indaga sobre sotaque, variação linguística, regionalismo e variação cultural. Em questões gramaticais, não se analisa estes tipos de variações. A língua é uma só, a regra é a mesma, e a aplicação da gramática é, principalmente, na fonética, igual para qualquer país falante de inglês, região, cultura, sotaque (até mesmo para pessoas que possam apresentar qualquer tipo de dificuldade na pronúncia).

Portanto, os argumentos sobre a variação linguística britânica, americana ou outra, não se diz procedente em uma questão de gramática fonética de língua inglesa, ou qualquer outra língua.

Segue as simbologias fonéticas corretas, de cada alternativa, inclusive da palavra em questão de análise do texto, de acordo com a tabela do alfabeto fonético internacional da língua inglesa:

Wellbeing > ɛ (being é a palavra em análise para som da letra e)

Been > i

Bean > ɛ (bean é a única alternativa com a mesma simbologia fonética para o som da letra e)

Beauty > y

Behavior > ə

Também é alegado que, nas alternativas, não se destaca a letra a ser analisada, porém no enunciado, é destacado e explicado que o som a ser analisado é, claramente, o som da letra e. Não há por que haver destaque nas alternativas, sendo que o único som em análise é da referida vogal.

Fontes:

- https://easypronunciation.com/pt/american-english-pronunciation-ipa-chart#about_this_ipa_chart
- <https://mavink.com/post/305f1eeb2c7713462821111d0d3d70b87bam9f1a45/tabela-fonetica-de-ingles>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
14	15	13	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quanto a alternativa d, cita questions (perguntas, argumentações, questionamentos), o que não encontra-se no texto. O autor não faz questionamentos, não realiza perguntas e nem argumenta sobre o tema, ele cita e opina sobre alguns efeitos dos problemas ambientais. Portanto, a palavra “questions” coloca a opção de letra d como errada.

Já quanto a opção de letra c, esta opção não pode ser considerada certa, pois ela cita all (todos) os fatores que prejudicam o meio ambiente e, no texto, não estão transcritos todos os fatores e sim, alguns citados pelo autor. Para que a alternativa fosse a correta, todos os fatores existentes deveriam ser citados. Portanto, a palavra “all” anula e deixa esta alternativa errada.

A interpretação de textos (seja de qualquer área de estudo), é focada no conteúdo e na mensagem que o texto carrega e elucida. Colocar inferências próprias na interpretação, é desviar do real objetivo do texto, além de causar transformações na autoria do mesmo. Para interpretar deve-se analisar e encontrar a resposta no próprio texto. Portanto, a única resposta correta, que se encontra presente, dita e elucidada pelo texto, é a já gabaritada.

Fontes:

- <https://www.plataformacejurnorte.com.br/noticias/interpretacao-de-textos-introducao>

<https://cdn.novaconcursos.com.br/arquivos-digitais/apostilas/20677/33597/nv-002dz-23-portugues-bas-concursos-amostra.pdf>

- https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/question?q=questions#google_vignette

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
19	20	16	17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizando os dados fornecidos, nota-se que temos um item que sempre estará presente nas amostras (cinto de segurança arrebitado). Sendo assim, devemos escolher 3 das amostras coletas e cada um deve ser distinto.

O número de maneiras distintas de escolher 3 itens entre 4 amostras é dado pela combinação:

$$C_{4,3} = \frac{4!}{3! \cdot (4-3)!}$$
$$C_{4,3} = 4$$

Com isso, há 4 formas de escolher 3 itens dentre as amostras.

Multiplicando pela quantidade de itens disponíveis: Agora, para cada uma dessas escolhas, precisamos considerar a quantidade de itens disponíveis de cada tipo.

- Se escolhermos poltronas com defeitos, temos 8 amostras disponíveis.
- Se escolhermos suportes de braços quebrados, temos 7 amostras disponíveis.
- Se escolhermos janelas estilhaçadas, temos 4 amostras disponíveis.
- Se escolhermos apoios para as pernas rompidos, temos 5 amostras disponíveis.

Então, para cada uma das 4 combinações, a quantidade total de maneiras de escolher as amostras será o produto das quantidades de itens disponíveis para os itens escolhidos. Vamos calcular isso para cada uma das 4 combinações possíveis das amostras:

Combinação 1: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 4 = 224$

Combinação 2: poltronas com defeitos, suportes de braços quebrados, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 7 \cdot 5 = 280$

Combinação 3: poltronas com defeitos, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $8 \cdot 4 \cdot 5 = 160$

Combinação 4: suportes de braços quebrados, janelas estilhaçadas, apoios para as pernas rompidos: O número de maneiras de escolher é $7 \cdot 4 \cdot 5 = 140$

Descobrimos todas as possibilidades, agora vamos somar os resultados para descobrirmos o total de quartetos possíveis.

$$224 + 280 + 160 + 140 = 804$$

A escolha de qual dos “10 cintos” entra em cada quarteto faz parte da combinação de itens, ou seja, 804 já representa todos os quartetos possíveis com um cinto e 3 outros tipos.

Fontes:

- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Heitor. Fundamentos da Matemática Elementar – Volume 7: Combinatória e Probabilidade. Editora Atual, 2013.
- DANTE, Luiz Roberto. Matemática: Contexto e Aplicações – Volume 3. Editora Ática, 2005.
- PAIVA, Manoel. Matemática: Volume Único. Editora Moderna, 2004.
- OSS, Sheldon M. Introdução à Probabilidade e Estatística. Editora Pearson, 2013.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
21	24	23	22

Recurso Procedente. Altera-se o gabarito para a alternativa B.

Como Ana deve estar no comitê, 1 vaga deve ser fixada para ela. Sobram, portanto, 5 vagas no comitê e 18 especialistas disponíveis para ocupá-las (já foram excluídos Carlos e Ana do raciocínio: $20 - 2 = 18$). Assim, há um total de $C_{18}^5 = 11628$ maneiras distintas de formar essa comissão com as condições solicitadas.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
26	29	27	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Meio Ambiente: Proteção ambiental, princípios do direito ambiental, política e sistema nacional de meio ambiente.

A alternativa “C” está errada pois a Constituição Federal estabelece a competência concorrente entre União, Estados e Municípios para legislar sobre meio ambiente. Os Estados podem criar normas ambientais, desde que respeitem as diretrizes gerais federais, nos termos do Art. 24, VI e §1º, da Constituição Federal.

Já a assertiva “B” está errada tendo em vista que nos termos da Constituição Federal (Art. 24, VIII, 225 da Constituição Federal), compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.

Além disso, o STF no Tema 145, fixou a tese de que o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e o Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c 30, I e II, da Constituição Federal).

No que diz respeito à assertiva “A”, a mesma está errada uma vez que o STF firmou a tese de que é imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental no Tema 999 do STF.

A assertiva “D” é a correta tendo em vista a tese fixada pelo STJ no Tema 1204 firmada no sentido de que as obrigações ambientais possuem natureza 'propter rem', sendo possível exigi-las, à escolha do credor, do proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente.

Além disso, o art. 225, § 3º da Constituição Federal dispõe que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
29	28	26	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Servidores públicos: princípios constitucionais.

A assertiva que afirma que João, por ser servidor estável, não poderia ser exonerado sem processo administrativo disciplinar, pois sua permanência no cargo é garantida em qualquer circunstância, está errada pois, nos termos do Art. 41, § 1º, da Constituição Federal, embora servidores estáveis tenham garantias contra exoneração arbitrária, é possível a perda do cargo por insuficiência de desempenho, decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, desde que respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

A afirmação de que Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública está correta estando em consonância com o Enunciado 651 da Súmula de jurisprudências do STJ, compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

No que diz respeito a assertiva que menciona que A Constituição Federal permite o acúmulo de dois cargos públicos, independentemente da área de atuação, desde que não haja prejuízo à administração pública, ela está errada em virtude de o acúmulo de cargos públicos só é permitido em situações específicas, como dois cargos de professor, um de professor e outro técnico ou científico, ou dois cargos na área da saúde (Art. 37, XVI, da Constituição Federal).

No que tange a assertiva de que O servidor público estável pode perder o cargo por decisão judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo disciplinar que assegure ampla defesa, mas não por insuficiência de desempenho, é considerada errada em virtude de a perda do cargo de servidor estável pode ocorrer por insuficiência de desempenho, desde que haja previsão legal e garantia de contraditório e ampla defesa, conforme Art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal e STF, ADI 5437/SP.

Assim, considerando o exposto, são improcedentes os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
30	27	29	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O presente item está inserido no bloco que exigiu do candidato conhecimento sobre Preâmbulo, normas constitucionais programática.

A assertiva que afirma que O preâmbulo da Constituição Federal tem força normativa plena, sendo vinculante para os Estados-membros e devendo ser observado, obrigatoriamente, na interpretação das normas constitucionais e infraconstitucionais. está incorreta em virtude de o STF ter decidido em sede de ADI, 2076/DF, STF, que o preâmbulo da Constituição não possui força normativa vinculante e não pode ser usado como parâmetro de controle de constitucionalidade.

A afirmação de que as normas programáticas possuem aplicabilidade direta e imediata, não sendo necessário regulamentação para que seus efeitos sejam concretizados está igualmente errada tendo em vista que as normas programáticas possuem eficácia limitada, ou seja, precisam de regulamentação legislativa para produzirem efeitos concretos. Segundo José Afonso da Silva, as normas constitucionais programáticas são aquelas através das quais o constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente, determinados interesses, limitou-se a traçar-lhes os princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos (legislativo, executivos, jurisdicionais e administrativos), como programas das respectivas atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado.

Já a afirmação de que o preâmbulo da Constituição Federal constitui norma central da Carta Magna, de reprodução obrigatória no Estado-membro está errada em virtude de o STF entender que o preâmbulo não constitui norma central da Constituição Federal, de reprodução obrigatória na constituição do Estado-membro, conforme ADI 2076/DF, STF.

A afirmação correta é a que afirma que o preâmbulo da Constituição Federal não possui força normativa e, portanto, não pode servir como parâmetro para controle de constitucionalidade, em virtude de entendimento do STF firmado na ADI 2076/DF, no sentido de que o preâmbulo constitucional não tem caráter normativo vinculante, sendo apenas uma declaração de intenções sem força jurídica obrigatória.

Assim, considerando o exposto, é improcedente o recurso, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- José Afonso da Silva. Aplicabilidade das normas constitucionais. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo. p. 109.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
31	34	35	34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais partem de premissa inválida, visto que se fundamentam na Lei Federal nº 11.107/2005. O enunciado da questão guerreada é expresso ao afirmar que a resposta deve ser dada conforme a Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).

A seguir, apresenta-se o julgamento correto dos itens apresentados para análise:

- I: inexigibilidade
 - Art. 74, I

- II: dispensa de licitação
 - Art. 75, XI
- III: dispensa de licitação
 - Art. 75, XIV

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 63, p. 1, 2 abr. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
34	35	32	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que o segundo ato (decreto visando à fiel execução de lei estadual) seria expressão do poder regulamentar, conforme apresentado pelo gabarito divulgado. Tais argumentos não prosperam. Ocorre que a doutrina utiliza as denominações “regulamentar” e “normativo” como sinônimas para tratar da prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis. Nesse sentido Rafael Carvalho Rezende (Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9. ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021).

Ratifica-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
35	32	33	31

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Prosperam as razões recursais ao afirmarem que a terceira afirmativa é falsa. Assim, o julgamento correto das assertivas deveria ser F / F / F. Desse modo, os recursos são procedentes e a questão deve ser anulada.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
40	37	39	36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais argumentam, em síntese, que:

- A segunda afirmativa para julgamento na questão seria falsa;
- A terceira alternativa para julgamento na questão seria verdadeira.

Não há divergência quanto à primeira afirmativa, que é falsa.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o enunciado da questão é expresso ao afirmar que as afirmativas devem ser analisadas conforme o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, ou seja, de acordo com a Lei Estadual nº 13.743, de 29 de março de 2006. A resposta correta para a questão deve ser exclusivamente fundamentada em tal diploma legal, sendo impertinentes quaisquer fundamentos com base em outros documentos, como pretendem os recorrentes. Em alguns recursos inclusive foram mencionados diplomas legais que sequer são objeto do conteúdo programático das provas, como o Decreto Estadual nº 30.818/2012.

Passando à análise do mérito dos argumentos recursais, tem-se que:

- 1) Sobre a segunda afirmativa da questão: É correto afirmar que compete ao Conselho Diretor, por decisão unânime, designar e exonerar o Diretor Executivo, cabendo ao Presidente do Conselho Diretor os respectivos atos. Tal afirmativa tem fulcro no art. 45 da Lei Estadual nº 13.743/2006.

- 2) Sobre a terceira afirmativa da questão: A afirmativa é correta, conforme art. 8º da Lei Estadual nº 13.743/2006, que dispõe que a Lotação de Pessoal da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, fica constituída de: I - Cargos efetivos; II - Funções de confiança; III - Cargos em comissão de Conselheiro Diretor e Diretor Executivo.

O julgamento correto dos itens da questão, portanto, é “F, V, V”.

Confirma-se, portanto, o gabarito preliminar divulgado.

Fonte:

- Lei Estadual nº 13.743, de 29 de março de 2006 - <https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/4335-lei-n-13-743-de-29-03-06-d-o-de-30-03-06-mens-n-6-831-06-executivo>. Acesso em 24.05.25.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
41	44	44	45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “AGÊNCIAS REGULADORAS: 5. Abordagens econômicas: teoria econômica da regulação, teoria da captura, teoria do agente principal.”

A questão foi pensada e desenhada para julgar 3 afirmativas. Desta feita, após o julgamento das afirmativas, o comando da questão solicita marcar a alternativa que apresenta o correto julgamento das afirmativas. Dessa forma, não há como ter mais de uma resposta que atenda ao comando da questão. Outrossim, não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado. Todas as afirmativas a serem consideradas estão corretas. (Vide transcrições a seguir):

(...), observou-se a teoria da captura diante da interferência política, pessoal e econômica que atinge os usuários-consumidores, acabando por impedir decisões de cunho técnico e partindo para interesses próprios. Importante frisar que o fenômeno da captura é originário dos Estados Unidos da América, sendo desenvolvida a partir dos estudos de George Stigler (The Theory of Economic Regulation) em 1971, considerado o marco dessas discussões, ora pertencentes à Escola de Economia de Chicago. Assim, por definição, a teoria da captura, ocorre quando interesses privados, ainda que não preponderem no início, acabam por ultrapassar os motivos do interesse público, visto que as agências reguladoras acabam por se curvar à influência dominante dos regulados ou serem capturadas pelos seus interesses (Salomão Filho, 2001). (Fonte: BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições.)

4.1) Teoria da Agência

A teoria do agente-principal vem sendo desenvolvida na tentativa de introduzir a questão dos incentivos. Na visão de HART (1995) apesar dela ser mais rica e mais realista em relação às firmas do que a teoria neoclássica, ela deixa de esclarecer o ponto básico dos determinantes dos limites da firma. Esta abordagem está relacionada com as questões relativas tanto à assimetria de informações quanto àquelas relacionadas aos direitos de propriedade, uma vez que estes últimos possuem efeitos em termos de incentivos. Esta vertente da teoria dos contratos se interessa pelo relacionamento entre dois atores econômicos (um é o principal e o outro é o agente), no qual o agente dispõe de um conjunto de possíveis comportamentos a adotar, suas ações afetam o bem-estar entre as partes e dificilmente são observáveis pelo principal. Este tipo de relação coloca em tela o problema de assimetria de informações entre o agente e o principal. A análise consiste, então, em como um ator econômico (principal) estabelece um sistema de compensação (contrato) que motive o outro ator (agente) a agir de acordo com o interesse do primeiro. O grande ponto colocado por esta vertente da teoria dos contratos é que é difícil monitorar o esforço dos atores econômicos envolvidos em uma transação. Daí deriva-se uma grande dificuldade na elaboração dos contratos. Por esta razão são incluídos esquemas de incentivos baseados na performance observada. Na elaboração de um esquema de incentivos as partes envolvidas enfrentam o trade off entre incentivos ótimos e repartição de riscos ótima. Mesmo admitindo a vigência de um contrato entre as partes (como por exemplo, um contrato de concessão), a relação e o cumprimento dos dispositivos contratuais se enquadram num contexto de informação assimétrica, pois o principal dispõe de um

conjunto imperfeito de informações sobre o agente. Se essas informações são referentes à estrutura de custos do agente (empresa regulada), é de se esperar que o principal (regulador) tenha uma base de conhecimento que depende da confiabilidade das informações prestadas pelo agente. Neste ponto reside o problema da captura do regulador por parte

Em questão de Teoria de Regulação Econômica, o primeiro grande conceito a ser lembrado é o de eficiência econômica, seja sob a forma produtiva, distributiva ou alocativa. O primeiro traduz-se na utilização da tecnologia e da planta produtiva instalada com o máximo de rendimento e mínimo custo; o segundo consiste na capacidade de eliminação de rendas monopolísticas e/ou outros ganhos temporários de agentes econômicos individuais através da concorrência;

A eficiência sob a forma alocativa, o mais importante do ponto de vista da Teoria da Regulação nos diz que um resultado econômico é mais eficiente do que outro se ele é superior de Pareto¹, o que geralmente ocorre quando há a realização de um maior número de transações e, portanto, maior renda é gerada. Há controversas na doutrina e jurisprudência a respeito do conceito de Teoria da Regulação, parte por ser um fenômeno recente no Brasil. Entende-se que a regulação jurídica é um fenômeno jurídico que autoriza determinados órgãos técnicos (agências reguladoras e outros similares) a normatizar e controlar determinada atividade de cunho técnico, fora do Poder Legislativo. Desta forma, fixamos como conceito operacional: é uma intervenção estatal em setores estratégicos da atividade econômica ou de serviços públicos, que visa normatizar, controlar e fiscalizar tendo em vista ao planejamento governamental para induzir comportamentos e restringir a liberdade dos agentes econômicos nos seus objetivos e instrumentos operacionais.

Fontes:

- BAIRD, M. F. Teorias da regulação: captura e instituições. In: Alimentação em jogo: o lobby na regulação da publicidade no Brasil [online]. Santo André: Editora UFABC, 2021, pp. 49-66.
- ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES E PROBLEMAS REGULATÓRIOS. Helder Q. Pinto Jr. e Melissa Cristina Pinto Pires. Fevereiro/2000. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/notas-e-estudos-tecnicos/notas-tecnicas/arquivos/2000/nota-tecnica-9-2000.pdf>.
- DE LIRA, Marília Gabriela de Amp de. Teoria da Captura no Brasil. Revista Eletrônica da Estácio Recife, Recife, v. 1, n. 1, p.1-10, 2015. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/issue/view/6/showToc>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
48	42	46	43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: “REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 1 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos;”

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado..

Está incorreto o que se afirma apenas em: “A intervenção estatal regulatória é pautada pela imposição de objetivos e comportamentos previamente determinados pela autoridade pública. Na moderna regulação, o Estado exerce seu papel de forma impositiva, arbitrando interesses e tutelando hipossuficiências.” (Vide transcrições a seguir)

1.4 O papel regulador do Estado: pressupostos, objetivos e instrumentos

As transformações ocorridas nos últimos anos (de forma acentuada no Brasil, mas igualmente em vários países do continente europeu que guardam muita semelhança com nossa tradição de intervenção estatal e de estrutura jurídica) apontam para uma redução da intervenção direta e do incremento de uma nova forma de intervenção, substancialmente distinta daquela acima divisada. Tem lugar entre nós o fortalecimento do papel regulador do Estados em detrimento do papel do Estado produtor de bens e serviços.

[...]

A atividade estatal de regulação não deixa de ser uma forma de intervenção estatal na economia. Porém, uma forma

de intervenção que nos seus pressupostos, objetivos e instrumentos difere substancialmente da intervenção direta no domínio económico.

Difere nos seus pressupostos porque a intervenção regulatória é muito mais pautada pelo carácter de mediação do que pela imposição de objetivos e comportamentos ditados pela autoridade.

É próprio dessa concepção de regulação a permeabilidade do ente regulador aos interesses dos regulados, sejam operadores económicos, sejam usuários, sejam mesmo os próprios interesses estatais enredados no setor regulado.

[...]

Portanto, o carácter de imposição da vontade da autoridade estatal (que impõe o interesse público selecionado pelo governante) dá lugar, na moderna regulação, à noção de mediação de interesses, no qual o Estado exerce sua autoridade não de forma impositiva, mas arbitrando interesses e tutelando hipossuficiências.

Difere dos seus objetivos porque, contrariamente ao que ocorre na intervenção estatal direta, os objetivos se deslocam dos interesses do Estado-Nação e passam a se identificar mais com os interesses da sociedade (tanto os interesses dos cidadãos - consumidores efetivos ou potenciais de bens económicos - quanto os interesses subjacentes às relações económicas).

A intervenção estatal direta se justifica pela incompatibilidade suposta entre interesses públicos e a atuação privada. Já a moderna regulação estatal procura atuar no sentido de compor e articular os interesses públicos com os interesses dos particulares, partindo do pressuposto de que a atuação privada em setores sujeitos à regulação não só é aceitável como é essencial para atingir o interesse público. Antes, objetiva suprimir espaços da atuação privada, procura condicionar, amoldar, incentivar e coordenar (em uma palavra, regular) a atuação dos particulares.

Por fim, difere nos instrumentos porque a regulação vai demandar a construção de mecanismos de intervenção estatal que permitam efetivar essa nova forma de relacionamento com os agentes económicos. Os espaços de exercício da regulação deverão ser aptos ao exercício da mediação e da interlocução com os agentes envolvidos no setor regulado. De outro lado, o manejo das competências regulatórias passa a seguir regras e procedimentos aptos a impedir que a atividade regulatória seja capturada por interesses privados ou que seja cerceada pelos interesses das forças políticas.

Fonte:

- MARQUES NETO, Floriano Peixoto de Azevedo As Agências Reguladoras Independentes e seu Enquadramento Legal: A Importância de Uma Lei Quadro. REVISTA DE DIREITO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES. v.1, p.41 - 58, 2006.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
49	45	41	50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático:” REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 4 Reforma do Estado e o papel das Agências Reguladoras.”

A questão foi pensada e desenhada para julgar 5 afirmativas. Desta feita, após o julgamento das afirmativas, o comando da questão solicita marcar a alternativa que apresenta o correto julgamento das afirmativas. Dessa forma, não há como ter mais de uma resposta que atenda ao comando da questão. Outrossim, não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado.

Está incorreta apenas a afirmativa: “No Brasil, a reforma do Estado não deixou dúvidas quanto ao seu alinhamento ao gerencialismo combinado a propostas no campo da regulação. A reforma administrativa serviu ao processo de instauração de um novo Estado regulador no país, apresentando propostas objetivas, detalhadas, prontas e acabadas no campo da regulação.” (Vide transcrição a seguir):

No Brasil, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) não deixou dúvidas quanto ao seu alinhamento a essa agenda dupla, ou seja, o gerencialismo combinado a propostas inovadoras no campo da regulação. Todavia, nota-se também que o PDRAE é, verdadeiramente, pouco detalhado na temática da regulação. Embora o plano recomende que a reforma administrativa sirva ao processo de instauração de um novo Estado regulador no país – o qual surgiria como produto de uma reforma de Estado mais ampla do que a iniciativa reformista circunscrita à esfera da gestão pública –, não se pode afirmar que estão no plano propostas prontas e acabadas no campo da regulação.

Contudo, a filiação programática ao movimento de reformas regulatórias vigente nos anos 1990 ao redor do mundo, somada à estratégia de desconcentração do Estado por intermédio da criação de agências (ou agencificação), fez com que o PDRAE impulsionasse a instauração de agências reguladoras no Brasil. Esses órgãos concretizaram transformações no terreno das relações entre a administração pública e o mercado (e destes para com a sociedade), acompanhando o processo de privatização de empresas e delegação de serviços públicos em curso na mesma época. Ao final, entende-se que precedentes internacionais que serviram de base para a mutação do Estado no sentido do novo perfil regulatório foram também modulados pelas particularidades administrativas e políticas brasileiras. O resultado, como veremos, em parte confirma e em parte frustra as expectativas do PDRAE e de seus idealizadores. Contudo, uma conclusão mais abrangente aponta para o enraizamento e a normalização do modelo de agências, o qual segue atendendo a tendências dominantes no campo da gestão pública.

As agências reguladoras foram indispensáveis também para o que Majone (1997) tratou como a transição do Estado positivo para o Estado regulador. O primeiro diz respeito ao Estado de tipo interventivo e de atuação ampla e deliberada na economia, inclusive como provedor de bens e serviços. O Estado regulador, por seu turno, atuaria de modo mais indireto, por meio de uma governança dita passiva ou negativa, posto que voltada a orientar, corretivamente e de uma maneira antecipatória e formalizada, as decisões de agentes econômicos privados (Jayasuriya, 2001). O Estado regulador deteria objetivos circunscritos à geração de eficiência econômica e à promoção de competição, além da proteção de usuários e consumidores, em casos específicos (Christensen e Lægreid, 2006).

Fonte:

- REFORMAS DO ESTADO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS, INOVAÇÕES E DESAFIOS. Organizadores(as) Pedro Luiz Costa Cavalcante. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Rio de Janeiro – 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10944/1/AgenciasReguladorasBrasileiras_cap09.pdf. Ta efetuada em: 27.01.2025.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
50	41	45	44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão atende ao instrumento convocatório, tendo por base o conteúdo programático: REGULAÇÃO E AGÊNCIAS REGULADORAS: 6 Formas de regulação: regulação de preço; regulação de entrada; regulação de qualidade.”

Não foram observados vícios, incorreções no enunciado ou nas afirmativas ou quaisquer outras irregularidades ou falhas que possam ser consideradas prejudiciais à compreensão do candidato ou alteração do gabarito já divulgado.

Está correto o que se afirma apenas em: II, III e IV. (Vide transcrições a seguir):

4 - QUALIDADE E REGULAÇÃO PELO PREÇO

4.1 - Características da Regulação pelo Preço

Neste sistema o agente regulador estabelece o preço limite, abaixo do qual a firma tem liberdade para agir conforme sua conveniência. O limite é reajustado através do índice de preços ao consumidor (no caso britânico, o RPI), corrigido por um fator X, previamente estabelecido. Devido ao uso corrente da sigla, o sistema é também conhecido como “RPI-X”. Como o índice de preços só é disponível com alguma defasagem, isto implica na existência de um grau irreduzível de defasagem dentro do sistema RPI-X.

(Fonte: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza)

A regulação de preços é uma das tarefas principais do regulador, pois relaciona-se diretamente com o excedente econômico e sua distribuição. As regras tarifárias são formuladas de maneira a conciliar o interesse dos consumidores e da firma regulada (Araújo, 1997). As regras tarifárias mais antigas são a tarifação a custo de serviço e a custo marginal.

O estabelecimento do número de firmas pode ser feito através de restrições impostas sobre a entrada e saída das firmas no mercado. A restrição quanto à entrada, pode se dar tanto em relação a novas firmas, como também para firmas reguladas já existentes, pois ou o mercado já estaria sendo suprido por outras firmas reguladas ou então, trata-se de um mercado desregulado.

Finalmente, tem-se a regulação por qualidade, que está intimamente ligada à regulação de preço e até certo ponto com a regulação por comparação pois, em ambas, a necessidade de monitoramento para a preservação da qualidade

se faz presente. Nota-se assim que o aumento de produtividade induzido por essas regras não pode ter como contrapartida a queda do padrão de qualidade do bem oferecido ao consumidor. O regulador pode estipular um padrão mínimo de confiabilidade do serviço. Este tipo de instrumento não é muito utilizado devido a seu custo de implementação, pois, uma definição precisa tornar-se difícil, além de sua fiscalização ser uma tarefa complexa.

Fontes:

- Estratégias de Regulação e Qualidade dos Serviços Públicos. André Garcez Ghirardi. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 920-935, novembro 2000. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>
- ELEMENTOS DA REGULAÇÃO SETORIAL E DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA: UMA AGENDA DE QUESTÕES PARA O SETOR DE ENERGIA. Helder Q. Pinto Jr. e Joyce Perin Silveira. maio/1999. Disponível em: <https://www.gov.br/anp>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
57	51	56	53

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão toma como base o item 1.6. O modelo quatro etapas (geração, distribuição, divisão modal e alocação) do conteúdo programático do concurso. A questão objetiva identificar se o candidato conhece as quatro etapas e para tanto questiona qual dos itens não faz parte do modelo, a partir da seguinte chamada: Com base na proposta tradicional, sem as mudanças atuais, são etapas que fazem parte desse modelo, EXCETO:.

Conforme Ortúzar & Willumsen (2011) as etapas do modelo são:

- _ Geração de viagens;
- _ Distribuição de viagens;
- _ Divisão modal;
- _ Alocação de tráfego.

A questão indica como itens:

- A) Observação modal.
- B) Geração de viagens.
- C) Alocação de tráfego.
- D) Distribuição de viagens.

Fica claro e transparente que o item inadequado as etapas é o item A) Observação modal.

Fonte:

- Ortúzar, J. de D., & Willumsen, L.G. (2011). Modelling Transport. John Wiley & Sons
- <https://www.fratar.com.br/servicos/estudos-de-trafego-e-transportes/plano-de-mobilidade/>

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
59	55	52	54

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

O item 1.2. Princípios básicos da análise de sistemas de transporte. Princípios de Manheim está explícito no Conteúdo Programático do concurso. Sendo assim e, tomando como base a obra *Principles of Transport Systems Analysis (1967)* de autoria Marvin L. Manheim, a questão tem uma alternativa incorreta. A questão menciona que "Todos os fluxos de transporte devem ser considerados, pois as mudanças em um afetam os demais", entretanto, essa formulação não corresponde a nenhum dos princípios descritos pelo autor. O correto seria considerar o princípio que define os componentes básicos de um sistema de transporte, conforme Manheim (1967), que são: a. as pessoas e bens sendo

transportados; b. os veículos utilizados no transporte; c. as redes de conexões e pontos pelos quais os veículos se deslocam.

Dessa forma, a questão deve ser anulada, pois apresenta um equívoco conceitual ao atribuir um princípio inexistente à obra de Manheim. Essa correção é essencial para garantir a precisão e coerência do exame.

Fonte:

- MANHEIM, Marvin L. Principles of transport systems analysis. Cambridge: School of Engineering, Massachusetts Institute of Technology, 1967. (<https://onlinepubs.trb.org/Onlinepubs/hrr/1967/180/180-002.pdf>)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
63	69	65	68

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O item C propõe implantação de política tarifária diferenciada, com redução da tarifa no entropico e aumento nos horários de pico, e aumento da oferta sem majorar tarifa, o que, longe de representar contradição, reflete o uso de subsídios cruzados e gestão de oferta adotados em diversos sistemas de transporte público (ex.: Londres, Cingapura), conforme práticas de tarifação dinâmica descritas em Button (2010) e Vuchic (2007). Além disso, a Lei nº 12.587/2012 (“Política Nacional de Mobilidade Urbana”) prevê expressamente a adoção de tarifas diferenciadas e a consideração de custos sociais (art. 5º, § 2º).

A alternativa D, genérica, faz apenas menção a “análise de viabilidade” sem indicar ações concretas de oferta, tarifa e subsídio, não atendendo ao comando da questão que pede “estratégia mais adequada”. A análise de viabilidade pode ser uma boa medida estratégica, mas não aborda diretamente as ações que precisam ser tomadas para ajustar a oferta de viagens ou modificar a política tarifária de forma eficiente. Embora tenha uma perspectiva mais ampla, a falta de ação prática imediata pode atrasar a solução para os problemas econômicos e operacionais do sistema de transporte. Portanto, não há elemento técnico ou normativo que justifique alteração do gabarito, devendo ser mantido o C conforme edital e gabarito preliminar.

Fontes:

- BUTTON, Kenneth. Transport Economics. 3rd ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2010.
- HENSHER, David A.; BREWSTER, David. Handbook of Transport and the Environment. Amsterdam: Elsevier, 2003.
- VUCHIC, Vukan R. Urban Transit Systems and Technology. Hoboken: John Wiley & Sons, 2007.
- Política Nacional de Transportes: Resumo Executivo / Livro de Estado e Caderno das Estratégias Governamentais. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Brasília: MTPA, 2018
- Lei nº 12.587/2012 (“Política Nacional de Mobilidade Urbana”)

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
64	68	67	69

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa B.

A questão objeto do presente recurso apresenta problema no gabarito oficial informado, que deverá ser alterado. A afirmativa I apresenta como referência a ABNT NBR 7187:2021, que é uma norma que trata do dimensionamento de pontes de concreto armado e protendido, portanto não é aplicável ao projeto de pavimentos rodoviários. Também com relação ao uso de pavimentos flexíveis em áreas alagadas não é a melhor escolha. Pavimentos rígidos (concreto) tendem a apresentar maior resistência à umidade do que os flexíveis (asfalto), desde que devidamente projetados.

A afirmativa II está correta do ponto de vista técnico, pois não se deve aplicar novo revestimento sobre base comprometida. A NBR 15391:2006 trata de projetos de pavimentos flexíveis e aborda os procedimentos de dimensionamento e estabilização da base; a análise de tráfego é fundamental para o dimensionamento das camadas.

Também a afirmativa III está correta. A NBR 6484 trata de sondagens de simples reconhecimento com SPT, sendo adequada para investigações geotécnicas preliminares. A solicitação dinâmica dos trens é de fato intensa, e exige um controle rigoroso das propriedades do subleito e das fundações, especialmente devido a vibrações cíclicas.

A afirmativa IV apresenta parte de seu texto correto, pois a utilização de materiais reciclados, como o asfalto quente com material reciclado (C&D), é amplamente reconhecida e amplamente incentivada pelo DNIT. No entanto há uma ambiguidade, pois, a sigla C&D refere-se a "Construction and Demolition waste" (ou RCD - resíduos de construção e demolição), que não são, por padrão, usados diretamente na mistura de asfalto quente. O uso de RCD (resíduos da construção civil) em pavimentos pode ocorrer em camadas inferiores (sub-base e base), mas não diretamente em misturas betuminosas convencionais — exceto com tratamentos específicos e sob pesquisa experimental. O termo "asfalto quente com material reciclado (C&D)" pode induzir ao entendimento de que se está falando da mistura asfáltica reciclada a quente com fresado asfáltico, que é técnica comum e consagrada. Contudo, isso não envolve C&D como tradicionalmente definidos. Outro equívoco na afirmativa IV está na afirmativa "Conforme o Manual de Construção de Pavimentos Rodoviários (DNIT 2018)", que na aborda o uso de materiais reciclados, mas com ênfase no fresado asfáltico (RAP) e RCD para camadas granulares, não diretamente para mistura asfáltica quente com C&D.

Já a afirmativa V está correta, pois sistemas de monitoramento é uma tecnologia moderna e eficaz no controle e manutenção de ferrovias. Monitoramento de vibrações, tensões e deslocamentos é prática comum em linhas férreas com alto volume de carga. A utilização desses sistemas está alinhada com o conceito de manutenção preditiva, fundamental para evitar falhas.

Sendo assim, a resposta correta define I e IV como incorretas e apenas II, III e V como corretas (alternativa b).

Fontes:

- BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Manual de Pavimentação de Rodovias – Parte I: Projeto de Pavimentos Flexíveis. Brasília: DNIT, 2018.
- BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Manual de Pavimentação de Rodovias – Parte II: Projeto de Pavimentos Rígidos. Brasília: DNIT, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15422:2013 – Execução de pavimentação asfáltica – Procedimentos. Rio de Janeiro, 2013.
- AMERICAN ASSOCIATION OF STATE HIGHWAY AND TRANSPORTATION OFFICIALS. AASHTO Guide for Design of Pavement Structures. Washington, D.C.: AASHTO, 1993.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
65	63	69	62

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A redação do item é clara e tecnicamente precisa, sem gerar interpretações múltiplas que prejudiquem a isonomia. Quanto à regência e escopo da oração o gerúndio “reduzindo” retoma logicamente o efeito sobre as camadas inferiores do pavimento, imediatamente mencionado antes, não sobre o “sistema de drenagem”. Em português, estruturas com gerúndio e pronome possessivo geralmente retomam o antecedente semântico mais relevante e próximo no enunciado — aqui, “capacidade estrutural” é atributo exclusivo do pavimento, e não do sistema de drenagem.

Com relação à contextualização técnica, mesmo que houvesse dúvida superficial, o contexto da engenharia de transportes deixa claro que “capacidade estrutural” se refere às camadas do pavimento, uma vez que sistemas de drenagem não têm “capacidade estrutural” a ser reduzida.

Quanto ao princípio da boa redação em provas, itens técnicos devem ser entendidos à luz do conhecimento exigido para o cargo; pequenos desvios de ambiguidade gramatical, se fosse o caso, são solucionados pela lógica do conteúdo e pela competência técnica do candidato.

Dessa forma, fica evidenciado que: a estrutura sintática e o contexto técnico apontam inequivocamente o pavimento como antecedente de “sua capacidade estrutural”; a interpretação “técnica” elimina qualquer leitura alternativa sem coerência. Portanto, a alternativa I permanece correta conforme fundamentação técnica e normativa, devendo manter-se o gabarito oficial.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- SILVA, José A. L.; COSTA, Maria B. D. Influência da drenagem na capacidade estrutural de pavimentos flexíveis. Revista Pavimentação e Rodovia, v. 23, n. 2, p. 45–53, 2019.Springer, 2011.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). Manual de Pavimentação. Brasília: DNIT, 2018.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM (DNER). Manual de Pavimentação. Rio de Janeiro: DNER, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 16482:2016 – Pavimentação Asfáltica – Projeto de Misturas Asfálticas. Rio de Janeiro, 2016.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos. Brasília: DNIT, 2018.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
66	67	62	65

Recurso Procedente. Altera-se a questão para a alternativa C.

A questão em tela apresenta quatro alternativas para serem analisadas e solicita que seja assinalada aquela que apresenta a estratégia mais eficiente.

Analisando cada alternativa com foco econômico e uso de elasticidade-preço da demanda para avaliar o impacto nas receitas, é possível verificar que a alternativa B apresenta a melhor estratégia, conforme indicado no gabarito.

A alternativa A fala reduzir a tarifa em 5% (para R\$ 4,75) o que geraria uma queda na receita, apesar de aumento na demanda: $\Delta Q = (-0,6) \times (-5\%) = +3\%$ de demanda; nova receita R\$ 10.274.250 < R\$ 10.500.000 (receita atual); com subsídio inalterado, receita total = R\$ 16.774.250 < custos.

A alternativa B propõe aumentar a tarifa em 10% (para R\$ 5,50), o que aumenta a receita total e o lucro, mesmo com perda moderada de demanda: $\Delta Q = (-0,6) \times (+10\%) = -6\%$; nova receita tarifária: $1.974.000 \times 5,50 \approx \text{R\$ } 10.857.000,00$; lucro = $17.357.000 - 16.500.000 = \text{R\$ } 857.000,00,00$. Há aumento do lucro sem investimentos, cortes, etc.

A alternativa C trata de reduzir tarifa em 3% (R\$ 4,85) + cortar custos em 5% (R\$ 15.675.000,00), gerando um aumento da margem por redução de custo, que compensa ligeira perda na receita tarifária: $\Delta Q = (-0,6) \times (-3\%) = +1,8\%$; novos pagantes: $2.100.000 \times 1,018 \approx 2.138.000$; receita tarifária: $2.138.000 \times 4,85 \approx \text{R\$ } 10.371.300,00$; lucro = $16.871.300 - 15.675.000 = \text{R\$ } 1.196.300,00$. É uma boa estratégia, pois há aumento do lucro e de oferta de vagas, porém exige a implementação de cortes de custos.

A alternativa D propõe implementar uma tarifa diferenciada para o período de pico +20% (R\$ 6,00) e para o período de entropico -10% (R\$ 4,50). Assim, no horário de Pico (40% = 840.000): $\Delta Q = -0,6 \times 20\% = -12\% \rightarrow 739.200$ passageiros; receita: $739.200 \times 6 = \text{R\$ } 4.435.200,00$. No horário de entropico (60% = 1.260.000 passageiros): $\Delta Q = -0,6 \times (-10\%) = +6\% \rightarrow 1.335.600$ passageiros; receita: $1.335.600 \times 4,5 = \text{R\$ } 6.010.200,00$. Assim sendo, passaria a atender a um total de pagantes de 2.074.800 (menor que a atual), permitindo um lucro final de aproximadamente R\$ 445.400,00. Funciona, mas é menos eficiente que B ou C. E adiciona complexidade operacional (bilhetagem e aceitação).

De forma que, analisando cada alternativa, é possível verificar que a C é a mais eficiente, pois combina aumento moderado na demanda com redução de custos, resultando na maior margem operacional. Dessa forma, os recursos são procedentes, devendo-se proceder a correção do gabarito oficial para a alternativa C.

Fontes:

- BUTTON, Kenneth. *Transport Economics*. 3rd ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2010.
- HENSHER, David A.; BREWSTER, David. *Handbook of Transport and the Environment*. Amsterdam: Elsevier, 2003.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
68	70	64	61

Recurso Procedente. Anula-se a questão.

Com base em legislação vigente, normas institucionais e coerência textual, após análise criteriosa dos recursos interpostos, a conclusão é pela anulação da questão.

Avaliando cada uma das afirmativas da questão em tela, verifica-se que: Item I: a afirmativa menciona que os serviços intermunicipais no Estado do Ceará são “operados exclusivamente por empresas privadas por meio de concessões públicas”. De fato, conforme argumentado nos recursos, a Lei Estadual nº 13.094/2001, em seu Art. 4º, e o Decreto Estadual nº 29.687/2009, em seu Art. 23, preveem que os serviços de transporte intermunicipal podem ser delegados por concessão ou permissão, sempre mediante licitação. Além disso, a Lei Federal nº 8.987/1995, aplicável subsidiariamente, admite a permissão a pessoas físicas ou jurídicas, não restringindo a operação exclusivamente a empresas privadas. Assim, reconhece-se que a expressão “exclusivamente por empresas privadas” incorre em imprecisão normativa, o que compromete a exatidão da assertiva, estando o item I incorreto; Item II: a afirmativa de os serviços de transporte metropolitano (ônibus, metrô e VLT) são “regulados pela Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor” está incorreta. A Metrofor é empresa pública estadual responsável pela operação de sistemas ferroviários urbanos, conforme previsto na Lei Estadual nº 12.682/1997, e não exerce função regulatória. A competência para regular e fiscalizar os serviços públicos delegados, incluindo os sistemas ferroviários operados pela Metrofor, é da Agência Reguladora do Estado do Ceará – ARCE, conforme Lei Estadual nº 12.786/1997, art. 2º e 4º. Ainda que se interprete que o termo “regulados pela Metrofor” refira-se apenas aos sistemas sobre trilhos, a redação permite interpretação equivocada ao incluir também os ônibus, e atribui indevidamente função regulatória à Metrofor; Item III descreve com precisão a coexistência de serviços de carga e passageiros no transporte ferroviário no Estado (está correto); Item IV está correto, pois reconhece corretamente a competência regulatória da ARCE sobre serviços delegados no âmbito estadual; Item V está correto, pois embora traga redação sintética, é compatível com o propósito do VLT Parangaba–Mucuripe de integrar modais e reduzir tempos de deslocamento entre regiões estratégicas da capital; Item VI: a afirmativa trata do modelo de concessão como único regime jurídico para o transporte interurbano no Ceará. Entretanto, a legislação estadual vigente prevê também a possibilidade de prestação por permissão, conforme a já citada Lei nº 13.094/2001. Portanto, ao não mencionar a dualidade contratual (concessão ou permissão), a assertiva generaliza impropriamente o modelo de contratação; Item VII: a afirmativa declara que a ARCE fiscaliza todos os serviços de transporte ferroviário no Ceará, incluindo os operados pela Metrofor. A ARCE possui competência legal para fiscalizar os serviços de transporte delegados pelo Estado do Ceará, incluindo os sistemas sobre trilhos operados pela Metrofor, no entanto, não fiscaliza ferrovias de competência federal, como a Transnordestina, que são reguladas pela ANTT e DNIT. A expressão “todos os serviços ferroviários” generaliza indevidamente o campo de atuação da ARCE.

Com base nos argumentos técnicos e legais apresentados, reconhece-se que nenhuma das alternativas da questão contempla exclusivamente as afirmativas corretas. Todas apresentam ao menos um item incorreto, ferindo o critério objetivo de seleção de alternativa exigido pelo comando da questão. Assim, em respeito aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da objetividade que regem os concursos públicos, decide-se pela ANULAÇÃO da questão.

Fontes:

- CEARÁ. Lei Estadual nº 13.094, de 12 de janeiro de 2001. Regula o transporte rodoviário intermunicipal e ferroviário de passageiros.
- METROFOR. *Relatórios Institucionais*. Disponível em: www.metrofor.ce.gov.br.
- CEARÁ. Decreto nº 29.687, de 18 de março de 2009. Regulamenta as atribuições da ARCE.

BRANCA	VERDE	AMARELA	AZUL
70	62	66	63

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em tela apresenta quatro alternativas para serem analisadas e solicita que seja assinalada aquela que apresenta a estratégia mais eficiente, sem comprometer a eficiência operacional.

Analisando o problema, primeiro é necessário verificar a capacidade atual do sistema, que em consegue fazer 1,5 viagens/hora (idealmente), mas que na prática faz apenas 1 viagem/hora útil (tempo para retorno inviabiliza 2 viagens no intervalo de 1 hora). Portanto, com $24 \text{ ônibus} \times 50 \text{ passageiros} = 1.200 \text{ passageiros por hora}$, não se atende à demanda de 1.500.

A etapa 2 da questão era avaliar cada alternativa, para depois compará-las. A alternativa A propõe uso de faixas exclusivas, reduzir para 35 min o tempo da viagem e também reduzir a frota para 20 ônibus: o tempo não resolve o problema, pois cada ônibus ainda faz no máximo 1 viagem completa por hora, pois ida + retorno ideal seriam de 70 min (1h + 10 min). Dessa forma, a capacidade passaria para 1.000 passageiros/hora (20×50), o que é ainda pior, sendo insuficiente para atender à demanda de 1.500 passageiros.

A alternativa B propõe aumentar a frota para 30 ônibus e incluir faixas exclusivas que reduziriam o tempo para 35 min: assim, continuaria com 1 viagem por hora, num total de 1.500 passageiros/hora (30×50). Como o tempo de viagem foi reduzido, é possível manter regularidade e conforto, atendendo à demanda exatamente, sem sobrecarga.

A alternativa C propõe manter a frota em 24 ônibus e adotar rotas otimizadas, que reduziriam o tempo de viagem para 30 min. Esse novo tempo permitiria o dobro de viagens por hora, levando a um total de 2.400 passageiros/hora ($2 \times 24 \times 50$), o que atenderia com folga à demanda de 1.500 passageiros/hora, sem aumentar a frota (que implica em custos).

Alternativa D sugere aumento da frota em 20% ($24 \times 1,2 = 28,8$, arredondando para 29 ônibus) e manutenção do tempo de viagem em 45 min (1 viagem/hora). Portanto, com 29 ônibus seria possível viabilizar até 1.450 passageiros/hora (29×50), o que não atinge a demanda de 1.500, mesmo com investimento em novos ônibus.

Não procede, portanto, o pedido de alteração ou anulação. A alternativa indicada no Gabarito, a C, é a mais viável com folga, pois não há aumento de custos com aquisição de frota ou necessidade de faixas exclusivas, implicando apenas em adequação dos usuários ao novo itinerário e rota da linha.

Fontes:

- BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Diretrizes para Planejamento e Projeto de Transportes Rodoviários Urbanos e Interurbanos.
- BRASIL. Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 - Política Nacional de Transportes Rodoviários. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.
- FERNANDES, João M. Planejamento de Sistemas de Transporte: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora Ciência, 2017.
- ROCHA, L. M. et al. Transportes Urbanos: Planejamento e Gerenciamento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- TOSTO, Eduardo P. Transportes Rodoviários Intermunicipais: Gestão e Planejamento. São Paulo: Editora Transportes, 2018.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

1º de julho de 2025
INSTITUTO CONSULPLAN